

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL-PPGHS**

SAULO JACKSON DE ARAÚJO BRITO

**TRABALHADORES RIBEIRINHOS DO VELHO CHICO:
EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E MODOS DE VIDA EM SÃO
FRANCISCO-MG (1980-2011)**

**UBERLÂNDIA
2012**

SAULO JACKSON DE ARAÚJO BRITO

**TRABALHADORES RIBEIRINHOS DO VELHO CHICO:
EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E MODOS DE VIDA EM SÃO
FRANCISCO-MG (1980-2011)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Emília Jacinto
Barbosa

**UBERLÂNDIA
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SAULO JACKSON DE ARAÚJO BRITO

**TRABALHADORES RIBEIRINHOS DO VELHO CHICO:
EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E MODOS DE VIDA EM SÃO
FRANCISCO-MG (1980-2011)**

Prof^ª. Dr^ª. Marta Emísia Jacinto Barbosa (Orientadora- UFU)

Prof^ª. Dr^ª. Regina Ilka Vieira Vasconcellos (UFU)

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário da Cunha Peixoto (PUC/ SP)

UBERLÂNDIA, ___ / ___ / ___

RESULTADO:

FICHA CATALOGRÁFICA

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Dayse... Que mesmo em momentos de extrema dor e depressão não esqueceu de seus três filhos! À minha mãe, que na ausência de meu pai, foi minha protetora, conselheira, amiga e anjo da guarda! Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

No trabalho que se apresenta, nenhuma dessas linhas seria possível sem a colaboração, o carinho e a dedicação de muitas pessoas a quem, este espaço, mínimo que seja, servem para demonstrar minha gratidão!

À minha mãe, Dayse, minha luz, meu porto seguro!

À Prof^a Dr^a. Marta Emísia Jacinto Barbosa, por ter aceitado o desafio de me orientar! Agradeço pela paciência e atenção durante o Mestrado. Soube compreender minhas dificuldades, seja pelo deslocamento ou pela disponibilidade de tempo para entregar os textos no prazo! Vida de não bolsista, professor e estudante ao mesmo tempo não é uma tarefa fácil!

À Prof^a Dr^a. Regina Ilka, sempre criteriosa, contribuiu para que a pesquisa chegasse nesse estágio. As leituras, indicações, correções e clareza ajudaram-me a refletir sobre os rumos deste trabalho. Agradeço pela participação na Banca de Qualificação e as ponderações feitas.

À Prof^a Dr^a. Célia Rocha Calvo, pela participação na Banca de Qualificação e o privilégio da argüição. Pela generosidade da crítica e pela fina qualidade das sugestões, que tentei atentamente incorporar ao texto.

Em toda esta caminhada, nas leituras, na escrita, quero agradecer imensamente à Prof^a. Dr^a. Rejane Meirelles que esteve presente desde o início da jornada acadêmica, quando ainda muito jovem, encarei os desafios do curso de História na Unimontes- Campus de São Francisco, me recepcionando, orientando e cobrando! Penso que as cobranças, as indagações estarão sempre presentes! Serei eternamente grato pelas indicações de leituras e caminhos possíveis! Obrigado!

Agradeço ainda aos professores, Dilma Andrade de Paula, Sônia Regina de Mendonça, Paulo Roberto de Almeida e Sergio Paulo de Moraes, por terem compartilhado muitas das experiências e conhecimentos. Pelos questionamentos que me fizeram traçar caminhos possíveis, buscar novas fontes, quebrar paradigmas, formular novas indagações.

Aos meus irmãos, Fernanda Maria (Nanda) e Luiz Guilherme: nosso “silêncio” não é maior que o orgulho de sermos uma família!

À minha doce e pequenina princesa Alynne, que desde o nascimento me fez acreditar novamente na importância de sermos uma família!

Ao meu “irmão”, amigo de todas as horas, Rodrigo (Digão), pela amizade sincera, pelo ombro amigo nos momentos em que mais precisei nesses últimos anos! Minha eterna gratidão!

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre: Hudson, pelo companheirismo, pela amizade, pelo ombro amigo e pelos momentos de alegria e por ter me concedido a honra de ser padrinho de sua filha, a pequena Ana Sofia! Esses 11 anos de amizade foram, sem dúvida, de extrema alegria!

Ao amigo Danillo, pela seriedade e lealdade!

À Simone, por me fazer acreditar que era possível!

Os dias e noites em Uberlândia seriam mais difíceis sem a amizade e o companheirismo de Valmiro. Não esquecerei jamais os ensinamentos, o exemplo de vida e luta a quem sempre devo mais do que consigo imaginar.

Aos companheiros que convivi em Uberlândia: Tadeu, o “pastor das ovelhas perdidas”, agradeço pela atenção e recepção nesta cidade; Oberdan e Patrícia, pela cumplicidade; Alex Sander e Wiver; Laura, pela parceria; Cristiano, Gilmar e Leonardo Latini.

Aos companheiros Eduardo (Manga) e Auricharme, pelo apoio nos momentos finais da concretização desse trabalho.

Aos trabalhadores ribeirinhos que abriram as portas de suas casas, sempre me recebendo com atenção, sendo os grandes protagonistas desse trabalho. Obrigado.

Por fim, não posso deixar de mencionar e agradecer imensamente a três pessoas importantes nesta caminhada: Zu, Elizene e Marileide.

Zu, grande amiga e companheira, agradeço e dedico este trabalho, no qual, toda a sociedade sanfranciscana tem muito a agradecer sentir orgulho! Exemplo de responsabilidade, dedicação e companheirismo.

Elizene, pela compreensão, pela amizade e carinho. Sempre soberana e segura, sei que não foi fácil “segurar as pontas” pela necessidade de afastar-me do trabalho. À família Vieira de Aquino, agradeço pelo apoio em todos os momentos. A sua confiança a mim dedicada foi muito importante.

Marileide(Mona), que compreendeu os momentos de minha ausência, ainda durante o processo seletivo.

Não mediram esforços para que tudo isso fosse possível.

À Jussara, mesmo não querendo, soube compreender meus momentos de isolamento, meu stress, minha ansiedade e minha ausência; À família Souza Paraíso, pelo espaço concedido durante meu “confinamento”, pelo carinho e respeito.

Aos amigos e companheiros: Lucélio, Warley, Celso, Eduardo, Deir; Aos colegas de pelada do Bacardi Futebol e Farra, que apesar de desvirtuar-me dos meus compromissos

temporariamente, pelas horas de alegria e distração, com a companhia agradável de uma boa cerveja gelada.

RESUMO

O presente texto procura refletir sobre as experiências, a cultura e os modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico na cidade de São Francisco, localizada ao norte do Estado de Minas Gerais. Elencar tais trabalhadores, portanto, torna-se essencial: os vazanteiros, pequenos agricultores, proprietários de terras; os pescadores ; os tombadores e os areieiros.

Os anos entre 1980 e 2011 são marcantes, pois nesse espaço temporal, busco analisar e compreender as vivências, as lutas cotidianas, mudanças e permanências nos modos de viver desses trabalhadores. Todo o processo histórico vivido é marcado por importantes mudanças ocorridas nos últimos anos, dentre elas, podemos enfatizar a consolidação dos direitos aos trabalhadores ribeirinhos, como o Seguro Defeso, analisando as estratégias elaboradas por eles num ambiente marcado por lutas, conflitos, mudanças e permanências entre os sujeitos que constituem a pesquisa. A partir da década de 1990, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tornam-se de suma importância e, portanto, ganham dimensões, presentes nas memórias produzidas pelos trabalhadores e, diante desse processo de transformação, atento aos impactos das políticas públicas que reordenam o presente.

PALAVRAS CHAVE: Trabalhadores ribeirinhos; Modos de vida; Experiências e Bolsa Família.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the experiences, culture and livelihoods of workers bordering the Old Chico in San Francisco in the north of Minas Gerais. I try to think about the trajectory of these workers, by striking presence on the streets of the city and the importance of these activities, as areieiros, fishermen and vazanteiros. The years between 1980 and 2011 are striking, because in this timeline, I attempt to analyze and understand the experiences, everyday struggles, changes and continuities in the ways of living of these workers. All this historical process lived is marked by important changes in these years, among them we can emphasize the consolidation of the riparian rights of employees, such as the Secure closed season, analyzing the strategies developed by them in an environment marked by strife, conflict, change and permanence of subjects which constitute the search. From the 1990s, the income transfer programs such as Bolsa Família, become of paramount importance and therefore earn dimensions present in the memories produced by workers and, before this transformation process, aware of the impacts of these policies which reorders the present.

KEYWORDS: Workers riparian, modes of life, experiences, Bolsa Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPITULO 1	
TRILHANDO CAMINHOS, (RE) PENSANDO O SERTÃO: TRABALHADORES RIBEIRINHOS EM SÃO FRANCISCO	41
1.1- Os sertões das Gerais	48
1.2- Os sujeitos da pesquisa	64
 CAPITULO 2	
PESCADORES, VAZANTEIROS, TOMBADORES E AREIEIROS: MODOS DE VIDA E RELAÇÕES DE TRABALHO	75
2.1- Pescadores e vazanteiros do São Francisco	78
2.2- Areieiros e tombadores: lutas por um lugar ao sol	100
 CAPITULO 3	
A LUTA POR RECONHECIMENTO: EXPERIÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA DOS TRABALHADORES RIBEIRINHOS	116
3.1- A institucionalização dos trabalhadores	120
3.2- Trabalhadores em ação: a Seguridade Social e as estratégias na conquista de direitos.	130
3.3- O Bolsa Família na vida dos trabalhadores ribeirinhos	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
FONTES	167
ENTREVISTAS	169
BIBLIOGRAFIA	170

São Francisco & São Francisco

Uma palavra pode definir o encontro do rio São Francisco em São Francisco:

Deslumbramento !

Deslumbramento ao deitar os olhos no espelho das águas plácidas

Que trazem notícias das chapadas e, depois, deslizam buscando seu destino.

Deslumbramento, ao volver os olhos aos (in)finitos pontais acompanhando uma trilha.

O brilho que se espicha levando o rio, o rio que quer ficar.

Deslumbramento ! Quando deixar os olhos na linha do horizonte

E lá, eles se deitam no mais belo espetáculo do rio : o pôr-do-sol. Nada igual !

O criador deixou escorregar os pincéis celestes deslizando pelo arco-íris

E eles vão descrevendo linhas, quadros, aquarelas,

um berço de pedras multicoloridas esfuziantemente belas !

São Francisco abençoou São Francisco !

E o criador deu mais a São Francisco:

Um povo hospitaleiro, generoso e feliz,

Tem na sua cultura a imensa riqueza – que é a alma barranqueira / cerratense.

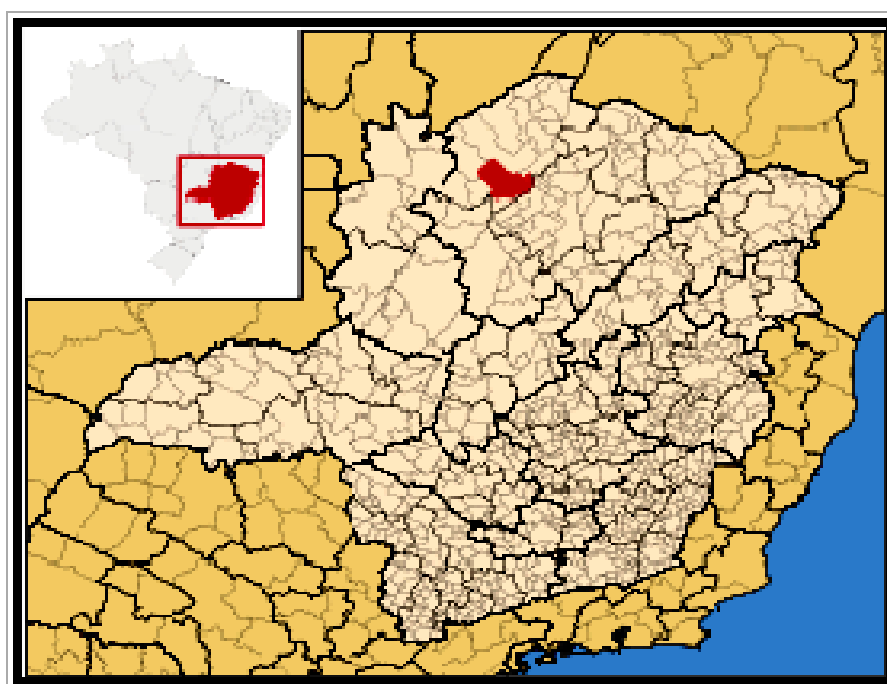
De peito franco e aberto, o chamado :

Sacie-se no belo / Sinta a vida no São Francisco em São Francisco.

João Naves de Melo

INTRODUÇÃO

Analisar as experiências e os modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos na cidade de São Francisco é um desafio que procurei encarar com afinco, sobretudo pelo fato desta realidade estar marcada por contradições, conflitos, mudanças e permanências no decorrer do processo histórico do Norte do Estado de Minas Gerais. Estes aspectos são fundamentais para a compreensão da realidade da cidade e região. O mapa abaixo mostra a localização do município de São Francisco:



Mapa 1:

Localização do município de São Francisco no Estado de Minas Gerais

Fonte: IBGE.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=316110>>.

Acesso em: 02/06/2012

A região norte mineira é formada pela união de 89 municípios, com uma área de 128.454.108 km, uma população estimada em 2.591.507 habitantes e com densidade demográfica de 12,4 habitantes por km².¹

Nas visões construídas sobre a região Norte do Estado de Minas Gerais, ela se distingue pelas suas características sociais, econômicas, culturais e ambientais do restante do Estado de Minas Gerais. Em diversos momentos de nossa história, desde sua ocupação à configuração atual do seu território, estudiosos, memorialistas, entre outros, buscaram sempre

¹ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em 06/11/2011

pautar suas análises como uma região desfavorecida, pobre, com indicadores sociais abaixo da média e relações sociais baseadas na reciprocidade, na confiança mútua, e caracterizada pela aridez e pela seca predominante na região.

É conhecida a afirmação sensível de Guimarães Rosa de que "Minas Gerais são muitas". Essa percepção, justificada pelo quadro histórico descrito a seguir, aponta para a necessidade de entender a complexa organização social, com suas realidades heterogêneas e as especificidades dos vários povos que compõem a região. O conhecimento histórico contribui e permite pensar a dimensão social desse espaço mineiro.²

De fato, quando adentramos o sertão norte mineiro, temos a impressão de estar adentrando em outro Estado. Numa perspectiva mais ampla, é possível dizer, em linhas gerais, o que resultou da ocupação na região Norte de Minas. A sociedade constituída na região ficou marcada pela dispersão espacial, diversidade cultural e uma desigualdade social acentuada e a relação de dependência entre os pequenos produtores aos grandes produtores.

Na região composta de 89 municípios, encontram-se comunidades de acampados e assentados de reforma agrária, assalariados rurais, produtores familiares (parceiros, meeiros, posseiros e arrendatários), proprietários rurais minifundistas/ latifundiários, populações tradicionais (ribeirinhas, pescadores artesanais, quilombolas) garimpeiros, povos indígenas, comunidades extrativistas, entre outros. Torna-se necessário, portanto, repensar os métodos e estratégias do Estado para tentar suprir as necessidades da região e de seu povo, incapazes de promover ações públicas para alcançar amplo desenvolvimento.³

É neste cenário que se localiza o município de São Francisco- MG, unidade administrativa selecionada para a pesquisa.

Ao propor o estudo sobre os trabalhadores ribeirinhos da cidade de São Francisco, analiso, a partir das experiências de um conjunto de sujeitos, como se constituíram modos de vida e relações de trabalho próprias das barrancas do Velho Chico.

Ainda na formulação do projeto de pesquisa, tinha por objetivo analisar as experiências e os modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos na cidade de São Francisco. A proposta, até aquele momento, baseava-se naquilo que presenciei por muito tempo: mudanças e permanências nos modos de vida e na cultura dos sujeitos que compõem a pesquisa. No entanto, era necessário ir além, repensar meus pressupostos. Os trabalhadores ribeirinhos não eram meros reflexos ou passivos diante de sua realidade e suas formas de luta e ação, apesar

² GUIMARÃES ROSA, João. Minas Gerais. In: **Ave, Palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 245-250.

³ WILDHAGEN, Cid (org). **Rede Comunidade Viva**. Belo Horizonte: MDA-SEDVAN-IDENE, 2006.

de “quase” imperceptíveis, eram e ainda são intensas. Pude perceber que o dia a dia é marcado por conflitos, lutas e contradições.

A partir das discussões, orientações e debates em sala de aula, nos seminários de pesquisa, nas entrevistas realizadas, outras possibilidades foram surgindo em relação às formas de organização, lutas cotidianas, movidos por diversos interesses acerca do trabalho e da garantia dos direitos dos trabalhadores. Algumas delas, ainda permeadas de silêncios e inquietações nos diálogos realizados com esses trabalhadores.

Entre conquistas, esperanças, frustrações, formas de organização, foram se desenhando caminhos possíveis e pertinentes para o campo de análise, ou seja, as mudanças ocorridas, as formas de luta cotidiana e organização dos trabalhadores como estratégias para modificar a realidade. Essas possibilidades foram ganhando força e sentido nas discussões e orientações.

As décadas de 1990 e 2000 foram fundamentais nestas transformações. Foram consolidados neste período, projetos parlamentares, emendas constitucionais e programas de transferência de renda plausíveis de muita discussão, indagações e polêmicas.

O Bolsa Família⁴ e o Seguro Defeso⁵ são exemplos de como ocorreram mudanças significativas nas perspectivas de pesquisa, de voltar nosso olhar para a contemporaneidade, para uma realidade social que vem modificando-se gradativamente. O primeiro, na tentativa de diminuir a desigualdade social no país, possibilitando a igualdade de oportunidades para a conquista de melhores condições de vida da população mais carente; o segundo, a consolidação e a garantia de direitos aos pescadores.

Nos depoimentos dos sujeitos de nossa pesquisa, percebi como isso tem influenciado nos modos de viver das famílias beneficiadas, na maioria delas, de forma positiva, referências de conquistas e do poder de ação dos sujeitos.

⁴ O Programa Bolsa Família(PBF) é um programa de transferência de renda direta que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria(BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 12/01/2012

⁵ SEGURO-DESEMPREGO PARA PESCADOR ARTESANAL-Essa modalidade do seguro-desemprego é destinada ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de *proibição da pesca para determinadas espécies*. Os períodos de defeso, essenciais para a preservação do pescado e desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - Disponível em: http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm. Acesso em 12/01/2012

Em determinados momentos, procurei estabelecer certos cuidados para que outras discussões não permeassem minha análise e ela se enveredasse para outros rumos, mas, com o intuito de buscar compreender as estratégias populares de participação política, transformação social e ação desses sujeitos para lutar por melhores condições de vida.

A pesquisa intitulada *Trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico: experiências, memórias e modos de vida em São Francisco-MG (1980-2011)* nasce da compreensão e reflexão sobre as contradições presentes na realidade social, de assimilação e rejeição, harmonia e conflito, aceitação e negação, autonomia e dependência, componentes indivisíveis no cotidiano dos trabalhadores ribeirinhos.

Em São Francisco, como em outras várias cidades do país, encontramos até o ano de 2012, centenas de atividades realizadas em seu interior, cujos destinos é o trabalho à beira do rio. Trabalhadores sobem e descem as ruas dos bairros com suas tralhas;⁶ vendem verduras e frutas nas ruas; extraem areia do rio São Francisco e depois vendem para estabelecimentos comerciais; transportam pessoas e mercadorias em seus barcos até a margem oposta do rio. Fazem o possível para conseguir um “trocado”, que se transformará em um saco de arroz, um remédio, um presente, e que, por fim, significará o rendimento mensal de um trabalhador, de um casal, de uma família. É notório a presença deles no movimento das ruas, no centro da cidade e principalmente nos bairros periféricos.

Esse movimento de trabalhadores marca a vida da cidade, tanto daqueles que trabalham nessa área quanto dos demais habitantes. Entretanto, pouco se sabe sobre as reais condições de vida desses trabalhadores, além das aparências e moradias.

No início da pesquisa, foi difícil encontrar trabalhadores que estivessem dispostos a conceder-me uma entrevista e relatar suas experiências. Para tanto, não consegui encontrá-los com facilidade, seja em suas casas ou seus locais de trabalho. A maioria deles, apesar de saber de sua localização, viviam nas vazantes, nas roças e dificilmente eram encontrados em casa para uma entrevista.

Outras possibilidades surgiram no decorrer da realização deste trabalho. Por conhecer a realidade da maioria dos alunos que estudam na Escola Estadual Sagrada Família, meus alunos, pude, enfim, estabelecer diálogo com trabalhadores, filhos e netos que compõe outra geração dessas famílias.

⁶ Instrumentos de trabalho dos pescadores e vazanteiros, como rede, anzol, enxada, facas e outros materiais para o trabalho.

Encontrei muitos deles em suas residências, onde fui bem recebido. A primeira entrevista, com indicação dos alunos, foi realizada com o senhor João Augusto e sua esposa, Dona Orenice(Nice).

Inicialmente, a conversa demorou a desenrolar, para que pudéssemos ficar a vontade para ouvir seus relatos, suas experiências. Tudo isso, aliados a uma dose de desconfiança, pelo fato de não me conhecer ou desconhecer o conteúdo e objetivos da entrevista, apesar de todos os esclarecimentos ao me apresentar. Reunido com a família na sala da casa, todos curiosos em saber o “porquê” de escolher um membro daquela família era interessante e ao mesmo tempo estranho. Depois do incômodo inicial, fiquei à vontade para esclarecer sobre os objetivos e interesses da entrevista.

As práticas, nas quais muitos trabalhadores inserem-se, contribuem para modificar diversos ambientes existentes no interior do espaço urbano. Criam-se, a partir delas, relações de conflito, interação, solidariedade e desafios. A presença desses trabalhadores redimensiona os espaços em complexos de venda de produtos e de prestação de serviços.

Vivi e compartilhei muito das experiências dos sujeitos de minha pesquisa. A trajetória destas pessoas confunde-se, não com a minha, pois suas origens e perspectivas de vida eram outras. As formas de trabalho no cotidiano, as relações familiares, os conflitos, as conquistas e as dificuldades eram comuns a muitas dessas famílias.

Desde a infância moro em um bairro da cidade de São Francisco, denominado Bandeirantes. A maioria daqueles que ali viviam naquele período, no final da década de 1980 quando mudei com minha família para o bairro, eram ex-moradores oriundos das regiões próximas à beira do rio, obrigados a mudar em função das conseqüências da enchente de 1979 que assolou a cidade. Todas essas pessoas, numa situação de flagelo, buscaram alternativas diante da situação; lutaram contra uma realidade que não era favorável.

São famílias de pescadores, encarando as dificuldades do dia a dia; pequenos agricultores/vazanteiros que, em tempos de cheia, eram obrigados a mudar-se para a cidade; trabalhadores ambulantes, entre vendedores de picolé, engraxates e outros objetos; trabalhadores sazonais, exercendo suas atividades em firmas por alguns meses; pedreiros, serventes, chapas (homens responsáveis para carregar/descarregar mercadorias, caminhões de carvão). Famílias inteiras, entre o subir e descer as ruas do bairro. As últimas décadas foram de intensas transformações para essas pessoas.

Neste mesmo lugar, compartilhei muitas experiências e foi com essas pessoas que criei amizades, vivi minha infância, minha adolescência, onde presenciei e observei as mudanças ocorridas em relação aos modos de trabalhar e de viver destes trabalhadores. As

dificuldades, a esperança de melhorias, as alegrias, as frustrações, a satisfação de suas conquistas e a simplicidade com que vivem são situações compartilhadas por mim em nossa convivência diária.

Não escrevo hoje me sentindo como “*o outro*”, ou “*de fora*”, mas como alguém que escolheu seguir outros caminhos, ir em busca de oportunidades proporcionadas pela minha mãe, assim como eles optaram seguir os seus. Escrevo como alguém que possui uma visão de mundo um pouco diferente e hoje compreendo as escolhas e os significados presentes em cada uma delas na luta cotidiana. Esta proximidade fez-me perceber a importância dos trabalhos realizados.

O vai e vem, subir e descer as ruas do bairro por esses sujeitos era surpreendente. Os homens empurrando seus carrinhos de mão, com seus instrumentos, suas tralhas; as mulheres com sacos, trouxas na cabeça, trazendo aquilo que um dia de trabalho na beira do rio lhes proporcionou.

Ainda hoje é possível nos deparar com essa realidade, embora o número de trabalhadores tenha diminuído significativamente nos últimos anos. A urbanização, a oportunidade de emprego para outros membros da família, seja na própria cidade ou em outros centros urbanos; os programas de transferência de renda do Estado, como o Programa Bolsa Família e a concessão de direitos trabalhistas, como o Seguro Defeso (Seguro Desemprego aos pescadores artesanais), vêm modificando essa realidade.

Era muito comum observar os trabalhadores caminhando pelas ruas, com suas ferramentas nos ombros. Esse movimento diário na vida destas pessoas, contrastava com a realidade de muitas outras cidades do Brasil, principalmente em relação à presença do rio São Francisco e as formas de trabalho realizadas nas suas beiradas. Não raro, uma leva deles saía em ônibus e caminhões para trabalhar em lavouras distantes, com a obrigação do cumprimento das tarefas propostas.

A forma como aquelas pessoas viviam era muito diferente da vida que eu tinha em casa, mas tudo se desenrolava, em meio à presença constante do rio São Francisco e das formas de trabalho realizada às suas margens, haveria de manter as esperanças no poder de transformação e possibilitar aos demais membros da família, apesar dos obstáculos da vida, perspectivas de futuro cada vez melhores. Embora pareça, não posso aqui demonstrar como essas pessoas encaram a realidade, não como um fardo, mas como escolhas que resolveram seguir.

A cidade de São Francisco, como é muito comum nas cidades do interior do Brasil, desde décadas atrás, sofre com a falta de investimentos em larga escala, com problemas estruturais para suprir a demanda e as necessidades básicas da população.

Isso pode ser comprovado nos altos índices de migração para os grandes centros urbanos, taxas de desemprego, trabalhos informais, carências habitacionais e no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro, atualmente São Francisco possui 51.497 habitantes, sendo 27.835 na zona urbana e 23.662 na zona rural do município, em uma área total de 3.298,44 km². Consta ainda que os índices de analfabetismo são alarmantes, tendo em vista a taxa entre pessoas de 15 anos acima, o percentual chega a 22,8%; o PIB per capita em 1.281,19 e o IDH chegando a 0,680.⁷

Entre outros, analisei dados da Fundação João Pinheiro. Eles demonstram a situação dos municípios mais próximos de São Francisco e similares a esta realidade do Norte de Minas Gerais.⁸ Optei por selecionar, entre tantos outros, dados dos municípios vizinhos:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			ÁREA(Km ²)	ANALFABETISMO	PIB	IDH-M
	TOTAL	URBANA	RURAL		(15 ANOS OU MAIS) %	per capita/2000 (em R\$)	
Icarai de Minas	9.315	1.942	7.373	616,60	26,9	951,80	0,650
Januária	63.605	35.923	27.682	7.299,48	22,1	1.654,56	0,699
Luislândia	6.121	2.208	3.913	424,73	30,3	1.373,15	0,634
Montes Claros	306.947	289.183	17.764	3.581,95	9,9	5.157,69	0,784
Pintópolis	6.949	2.204	4.745	1.232,52	25,2	1.006,98	0,636

O estudo acentuado sobre os dados revela um ambiente de resistência de uma população marginalizada e subordinada, mas consciente e ativa no que concerne à realidade e

⁷ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. Condições de vida nos municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2010. Disponível em www.fjp.gov.br/ Tabela síntese de RPC- Municípios/2010. Acesso em 13/01/2012.

⁸ Os dados da tabela acima refere-se à situação dos municípios mais próximos e vizinhos de São Francisco. A tabela original consta a situação de todos os municípios da região norte mineira disponíveis no site da FJP (www.fjp.gov.br)

ao seu poder de ação. Esse conjunto permite visualizar diferentes ângulos dos modos como se constitui a população na região, considerada uma das mais carentes do país, favorecendo práticas assistencialistas e paternalistas.

Na cidade de São Francisco, as dificuldades vão se intensificar no decorrer da década de 1980, devido à enchente do rio São Francisco no ano de 1979. Tornou-se um agravante o fato do município não possuir condições suficientes para absorver e possibilitar melhorias para a população diante das perdas ocorridas. Assim, podemos dividir a história da cidade entre o *antes* e *depois* da enchente de 79.

O episódio da enchente sempre aparece nas falas das pessoas que entrevistamos como um marco da mudança em suas vidas e, portanto, cheguei a esta periodização, 1980-2011, a partir dos depoimentos, no qual, os trabalhadores não deixam de lado a atual situação em que vivem em relação à outros tempos, seja de fartura ou de carência. Essas condições e circunstâncias, apesar de parecer meros reflexos e necessidades, provocaram a formação de memórias que representavam o poder de ação dos trabalhadores, seja no recomeço ou na luta cotidiana, deixando para trás propriedades e uma realidade, por vezes crítica em alguns relatos e em outros casos retratados de forma positiva, como podemos perceber no decorrer das entrevistas.

A enchente do rio São Francisco em 1979 descortinou de vez, uma realidade perpassada pela consciência e necessidade dos moradores dessas regiões, como a necessidade de estudar, arrumar um “emprego formal” e pelas múltiplas carências historicamente consolidadas naquele período. São situações que contribuem para a ação e mobilização das famílias em busca de outra realidade a que estavam submetidos e queriam modificá-la.

O propósito das entrevistas realizadas com os trabalhadores era buscar, a partir das experiências deles, o cotidiano e relações com a cidade após as mudanças ocorridas em suas vidas. Apesar de menções em relação ao local em que viviam, a roça, a pequena propriedade ainda era local onde podiam extrair e produzir seus recursos para a manutenção das famílias destes trabalhadores. A necessidade, movida por pressões externas e imediatas, contribuíram para o deslocamento desses trabalhadores em direção à cidade e significou um recomeço diante da nova realidade. As entrevistas evidenciam uma movimentação espacial, luta por direitos e pela sobrevivência.

Constituiu-se assim em São Francisco, uma massa de trabalhadores exercendo atividades variadas para suprir as necessidades. Nas ruas ou na beira do rio, buscavam encontrar saídas e soluções num ambiente alheio: a cidade.

Em todas essas etapas, os trabalhadores produzem memórias, refazem seus movimentos e procuram, através de suas experiências e do vivido, as transformações de suas vidas. As modificações, precipuamente do espaço, são fruto de ações desses sujeitos ao longo de suas trajetórias.

Em todas as narrativas, pude perceber que os entrevistados evidenciavam modos de vida e trabalho marcado pela carência de bens materiais, formas de trabalho exaustivas e regras morais de convivência mais duras que a atual realidade. A disciplina na realização do trabalho, as exigências de metas cumpridas para que todo o trabalho obtivesse sucesso, são encaradas de maneira extenuante e sofrida por todos eles. A comparação entre o ontem e o hoje contribui para evidenciar essas mudanças ocorridas em suas vidas e vangloriam-se pela superação e transformação de suas realidades com a força de trabalho.

Ao propor a realização desta pesquisa, não enfatizo apenas uma categoria, os pescadores, isso seria natural em termos de números, no entanto, optei por um conjunto de categorias que vão exercer diversos trabalhos em locais diferentes nas barrancas do rio São Francisco. Um número significativo de trabalhadores que vão buscar alternativas de sobrevivência e compõem esse universo ribeirinho. É, portanto, uma das escolhas desta pesquisa, evidenciar formas de luta de sujeitos não organizados e dispersos, sem nos deixar aprisionar por algumas escolhas metodológicas que possam levar à mera descrição, ainda que exaustiva, de conjunturas, ou à naturalização da exploração.⁹

Para tanto, fui trilhando caminhos, lidando com novas descobertas, com a consolidando o poder de mobilização e organização desses sujeitos, e outros fatores externos que modificam a condição e a realidade em que vivem; formas de lutar, trabalhar e viver dos trabalhadores no cotidiano.

O fato de observar à distância e questionar sobre como sobreviviam, fez com que eu me aproximasse deles o que foi uma experiência gratificante e ao mesmo tempo preocupante, diante das condições em que encaram a realidade. Deparei-me com novos questionamentos, uma realidade peculiar, permeada de experiências e significados.

Não encontrei novos sujeitos, eles já estavam lá, percorrendo seus caminhos, vivendo seus conflitos, realizando suas atividades e lutando a cada dia por uma vida mais digna e justa.

⁹ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo; Olho D'água, 2006. p. 19.

Elencar tais trabalhadores, portanto, torna-se essencial: os vazanteiros, pequenos agricultores, proprietários de terras, enfrentando diversos tipos de dificuldades, tanto em tempos de seca quanto de enchentes, sobrevivendo da produção de hortaliças e da criação de animais, fazem parte do cotidiano urbano; os pescadores, que vivenciam as mudanças ambientais e a degradação do rio São Francisco, produzem seus equipamentos, embarcações, trabalham de forma artesanal e sobrevivem exclusivamente da atividade pesqueira; os tombadores e os areieiros, em sua labuta diária, entre um barco que chega “abarrotado de areia” e pás que sobem e descem, num movimento exaustivo e penoso, mas por vezes lucrativo, recorrem à extração da areia para o seu sustento; os barqueiros, que ainda sobrevivem da travessia de mercadorias e/ou pessoas.

Como sobrevivem? Que tipos de trabalhos são realizados ali? Como se manter e sobreviver (resistir) durante anos às dificuldades cotidianas, à dureza de seus trabalhos? Como se organizam para a realização do trabalho diário? Quais os sentidos dessas atividades na vida dessas pessoas? Que elementos fazem-se presentes e nos levaram a olhar com outras perspectivas? O que mudou e/ou permanece nos modos de viver e trabalhar?

Sujeitos cujas adversidades não diminuíram a vontade, o prazer de trabalhar e lograr conquistas a cada dia. As “*outras histórias*” agora ganham força, sentido, descortinando os reais significados dado à vida dos trabalhadores.

Em grande parte das fontes pesquisadas, era evidente o processo de exclusão dos trabalhadores. Os mais conhecidos eram tratados como o outro, o contador de histórias e causos, o preguiçoso e cachaceiro, sempre de forma pejorativa, preconceituosa ou como figuras folclóricas.

Os estigmas sempre estiveram presentes sobre estes sujeitos na cidade de São Francisco. Não fazer parte de uma “estirpe” na sociedade sanfranciscana era um fator de exclusão, marginalidade. E isso era evidente em cada uma das fontes que me deparei. Jornais, revistas, livros de memorialistas. Em todos eles, a figura do trabalhador comum não estava presente e quando estava, era nas páginas policiais.

Percebi, para além dessas interrogações e da história política e factual que acostumei a ler nos impressos que circulavam, a existência de outros personagens, cuja importância eram renegadas ao esquecimento e marginalizadas em seus respectivos bairros, construídos para essa finalidade: colocar os desprovidos em seus devidos lugares.

Por mais que esses trabalhadores não estivessem em evidência nas fontes escritas, faziam-se presentes na cidade, estavam em toda parte e vivenciaram as mudanças, as lutas e as contradições presentes no dia a dia.

Procurei inicialmente, registros, fontes escritas para apontar pistas da presença desses trabalhadores no cotidiano da cidade a partir dos impressos que circularam na década de 1980, notícias, fatos, evidências para elucidar minha pesquisa.

No jornal *SF- O Jornal de São Francisco*, percebi que a maioria da população estava ausente das notícias, nem sequer sendo citada nos principais acontecimentos. Neste jornal, encontrei vários registros de discursos, fatos narrados engrandecendo os membros de uma elite em uma tentativa clara de supervalorizar as ações do poder local.

Na história da cidade, seus personagens apareciam como os salvadores, aqueles que tirariam as pessoas das condições em que viviam, dando lhes um lugar ao sol.¹⁰ Uma versão que priorizava a atuação de urbanistas, administradores e políticos, tidos como seus construtores e colocados acima das tensões e disputas que a engendram e constituem como espaço vivido.¹¹

O jornal, de fato, desempenhou com louvor o seu papel de veículo das idéias das elites locais, tanto que redesenhou a história política, definindo, por vezes, os rumos das eleições por ser, ele, um veículo patrocinado e de propriedade da Prefeitura Municipal de São Francisco.¹² Portanto, estas idéias aparecem nos artigos, nos editoriais e na maneira como são narrados os episódios políticos, porta-voz dos interesses das classes dominantes na cidade de São Francisco. Fontes impressas e oficiais apenas consolidavam uma memória hegemônica da cidade. No artigo *Relação entre imprensa, fotografia e memória*, Marta Emísia Barbosa chama a atenção sobre a imprensa de modo a problematizar sua natureza social e suas relações nas instituições as quais criam tal relação. Muitas vezes essa relação de poder, quando não manipula, esconde a realidade.¹³

Afora outros estudiosos que arriscaram trabalhos críticos a documentos históricos ou até mesmo às leituras recorrentes de memorialistas, muitas delas são vozes que falam de um lugar, para uma determinada direção elitista e, ao falar, silenciaram outras tantas “vozes”. Em suma, descreveram apenas os fatos de uma elite “colonizadora e colonizada”.

¹⁰ As matérias publicadas nos jornais/periódicos do período retratavam, especialmente, o processo de reconstrução da cidade, de salvação da população devido aos estragos causados pela enchente de 1979, cujo fator contribuiu para deflagrar o aumento significativo do êxodo rural. A população dobrou nesse período.

¹¹ CRUZ, Op. Cit, p. 14.

¹² São inúmeros os periódicos que dispõem das matérias sobre a história política da cidade, não cabendo neste espaço, enumerar a quantidade de artigos, imagens sobre o período, mas estão disponíveis ao público na ONG PRESERVAR.

¹³ BARBOSA, Marta Emísia. *Relação entre imprensa, fotografia e memória*. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

Na ONG PRESERVAR, um pequeno espaço em que se reúnem os principais documentos da cidade, como cartas de alforria datadas do século XIX; registro de propriedade de imóveis e escravos; jornais que circularam na cidade nas primeiras décadas do século XX aos dias atuais; objetos que resguardam parte da memória da cidade e de seus habitantes; fotos; livros; revistas. Fontes de diversos tipos nos quais os historiadores podem recorrer para suas pesquisas. De certa forma, desde minha graduação, a ONG tornou-se um lugar muito freqüentado por acadêmicos, alunos das escolas públicas e particulares justamente por constituir um importante órgão de pesquisa. Vivenciei o início de diversas pesquisas por meio do curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros. Apesar dos exemplares de jornais e do material reunido no local, não consegui sequer uma única fonte para iniciar o trabalho. A ONG é fruto das demandas e necessidades de pesquisadores, professores, que se dispuseram e esforçaram para contribuir com a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade de São Francisco, valorizando a nossa história.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontramos dados relacionados ao município de São Francisco, nos censos realizados entre as décadas de 1970 e 2000, auxiliando-me na compreensão da movimentação espacial dos moradores da cidade, trazendo especificidades da economia local, da movimentação dos trabalhadores e traçando um pouco da realidade de seus moradores.

A história do “povo” não constava nos arquivos. Tornou-se necessário buscar em outros lugares, “distantes” dessa história oficial, elementos para compor essa realidade.

Diante das versões oficiais e das contradições existentes entre o discurso presente nos periódicos dos jornais da cidade que alcançaria o progresso e o desenvolvimento a partir das transformações ocorridas no período, voltou-se minha atenção para outros viveres e sujeitos que a normatização e a regulação buscam silenciar, negando suas práticas, tratando-as como atrasadas, inadequadas ou obstáculos ao progresso das cidades.¹⁴

Fui atrás desses trabalhadores em diversos lugares, em suas casas, locais de trabalho ou casualmente os encontrei nas ruas, buscando os sentidos reais que essas pessoas trazem nos modos de trabalhar na cidade e no campo e, analisando as narrativas no tempo presente deles e nesse presente tentando compreender o passado. Realces adequados vão surgindo e outras histórias e experiências ganham espaço e solidez de trabalhadores que não apareciam nesses instrumentos a partir de visões construídas, informações diversas, vistas sob outro prisma.

¹⁴ CRUZ, Op. Cit. p. 14.

Algo mais, além das questões anteriores me intrigava: como aquelas pessoas conseguiam sustentar suas famílias apenas com aquele trabalho, que à primeira vista, não me pareciam suficientes? A valorização e o reconhecimento das experiências dos trabalhadores ribeirinhos expressam-se na compreensão de que suas práticas são perceptíveis e moldam os contornos da cidade.

Tento compreender os sentidos, os significados das formas de trabalho e os modos de viver dessas pessoas. Busco ainda problematizar e demonstrar a heterogeneidade das vivências, dos conflitos, bem como a tentativa de captar os significados que atribuem às suas vidas, traços que os revelam como sujeitos que, diariamente, criam possibilidades através de suas práticas, no local de trabalho, em relação à família, em suas moradias ou em outros espaços para alcançar melhorias.

Outras questões surgiam: como esses trabalhadores adaptaram à lógica do mercado de trabalho? Como resistiam às mudanças, exercendo suas atividades cotidianas, se não da mesma forma mas com o mesmo vigor, aliando-se àquilo que essas mudanças lhes proporcionavam? E quais suas reais condições?

À medida que fui percorrendo as beiras do rio, deparei-me com outras pessoas que se dispuseram a colaborar para a pesquisa. Alguns com certa desconfiança, relutando em dar informações, em conceder entrevistas, com medo da “*fiscalização*”. Essa desconfiança era pertinente, pois a cada momento, diante de manobras políticas, eleitoreiras e clientelistas, aumentavam os boatos que permeavam a cidade sobre a “*cassação*” de carteiras de pescadores.

Essa foi a grande dificuldade de minhas andanças: onde encontrar este trabalhador, que nas décadas de 1980 e 1990 constituíam uma figura muito comum na beira do rio, mas hoje não eram mais vistos? Como lidar, por um lado, com o aumento do número desses trabalhadores nos dados oficiais e com a diminuição da atividade pesqueira? Quais as reais condições de trabalho? Onde estão elas? Isso me inquietava antes mesmo da formulação da proposta desta pesquisa e ganhava força no decorrer dela.

Aos poucos com as entrevistas e os diálogos decorrentes destes encontros, pude perceber a maneira como esses trabalhadores interpretam a realidade. A escolha dos entrevistados foi, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa, em aproximar-me dessa realidade, a partir dos significados de suas experiências. Era o que de fato eu pretendia com as entrevistas realizadas com João Augusto, pescador e vazanteiro e sua esposa, Orenice(Nice), dona de casa e pescadora; Joaquim e Socorro, pescador, pedreiro, ela dona de casa e pescadora; Dirceu Nunes, barqueiro, areieiro e tombador; João de Deus Rodrigues,

areieiro e tombador; Dona Adelina, vazanteira; Dona Altina, vazanteira; Dona Gerací e Juscelino, pescadores e vazanteiros; João Barbosa, vazanteiro e pescador; Argemiro Francisco, pescador; José Rodrigues, vulgo Zé Pincel, barqueiro e pescador aposentado; Israelita Ferreira Cardoso, pescadora; Laiane de Souza Vieira e Leandro Rodrigues Pereira, estudantes, cujas entrevistas foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

No entanto, os depoimentos por si só “não esclarecem necessariamente os fatos passados, mas são interpretações atuais deles”¹⁵. A memória do passado não equivale exatamente ao fato ocorrido, o presente interfere no passado, as condições históricas em que o depoimento se inscreve são elementos constitutivos do próprio discurso.¹⁶ Daí, o esforço de reconstituição da realidade vivida pelos diversos personagens das relações estudadas por esta pesquisa e com o cuidado necessário com as fontes orais, pois o tempo e a memória interferem nas formas como lidamos com esta fonte.

Para Portelli, as entrevistas concedidas pelos sujeitos sociais são produzidas no tempo presente mas relacionam-se constantemente com o passado, ou melhor, os entrevistados falam no presente mas se reportam ao passado. Nesse sentido, muitos valores contidos no presente interferem no contar as lembranças do passado, por isso, o tempo e a memória são importantes em todos os procedimentos.¹⁷

Não obstante a realidade social apontada, elas não significam a aceitação tácita das condições sociais como imutáveis, criando em seus espaços outras possibilidades de trabalho e sobrevivência. Foi por meio das entrevistas que percebi como aquele viver significava algo maior, evidenciando transformações no social. As experiências trazidas nas falas dos trabalhadores permitiam ver que o social com o qual lidamos é múltiplo e possuem caminhos diversos.

Nestes novos espaços formados na luta pela sobrevivência, as principais demandas são agravadas pela falta de empregos, baixa remuneração, onde os direitos destes trabalhadores são negados ou inconclusos.

Os novos rumos e perspectivas teóricas fizeram-me percorrer caminhos mais longos em busca destas evidências, de novas fontes problematizadas para a pesquisa. O

¹⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Moco e RSA, Zita de Paula. História oral: uma utopia?. **Revista Brasileira de História**. São Paulo : ANPUH, vol.13, nº 25/26, pp. 7-16, p. 13.

¹⁶ MONTENEGRO , Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol.13, nº25/26, 1993, pp.55-65

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: Funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005.

enfrentamento de nossas questões com a historiografia tornou-se um grande desafio para a produção de “*outras histórias*”, de novos olhares, não sendo uma tarefa das mais simples.

O amadurecimento que acompanhou todo este processo contribuiu para (re) pensar minhas questões e propósitos, à luz das experiências sociais dos sujeitos históricos, pertencentes ao “mundo” do trabalho ribeirinho do Velho Chico, na valorização desses trabalhadores e refletindo como passaram a integrar a cidade, enfrentando os problemas e os impactos que interferem em seus modos de vida.

Era preciso, a todo o momento, questionar sobre a história pensada inicialmente ainda no projeto de pesquisa, tomando cuidado sobre fato de não reproduzir os estereótipos a respeito desses trabalhadores, como a preguiça e a passividade, retirando a potência do conjunto dos sujeitos sociais que constituíram um modo de trabalhar característico nas regiões ribeirinhas do Velho Chico.

O diálogo com as fontes orais fizeram-me perceber mais claramente que não basta a teoria, mas sim, os direcionamentos da pesquisa. Deste modo, pude redirecionar os objetivos, proporcionados pelo amadurecimento que acompanha este processo, pude perceber e/ou compreender as experiências sociais dos trabalhadores.

Déa Felon enfatiza esta questão:

Não se tratava de mera renovação de temas e objetos, mas de uma inversão do olhar, alerta à existência de outros sujeitos e os sentidos de suas reivindicações e lutas, alerta aos compromissos sociais e históricos que tais sujeitos nos propunham¹⁸.

Ao narrar e contar as próprias histórias, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos a partir de seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, esses enredos tornam-se fatos significativos que se constroem ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada. A partir da história oral, na perspectiva de que não oferece um esquema de experiências comuns, mas um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias.¹⁹

¹⁸FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun(Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo, Editora Olho d'Água, 2006, p. 11/12.

¹⁹ PORTELLI, A. “A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Revista Tempo**, v. 1, nº2, PP.59-72, 1996.

O fato das dificuldades em trabalhar e tornar visível a história que propus analisar é importante considerar diversos aspectos que escapam aos nossos olhares. A historiadora Yara Khoury nos leva a pensar nessa relação entre as narrativas pessoais e o social. Para ela, através das falas podemos refletir sobre as “dimensões do social vivido e compartilhado”²⁰ e, diante de diversos fatores e lutas sociais presentes nesse cotidiano.

Portanto, as falas dos sujeitos são significativas de um tempo que constantes mudanças foram promovidas pelas lutas sociais presentes no cotidiano.

A idéia deste trabalho surgiu da necessidade de conhecer a realidade da região em que vivemos, ao mesmo tempo em que se propõe contribuir para uma obtenção mais detalhada das experiências dos trabalhadores ribeirinhos.

Seguindo os passos dos historiadores Déa Ribeiro Fenelon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, a categoria de análise cultura é entendida aqui, como a expressão de todas as dimensões da vida, constando nela valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portanto, associado às varias dimensões da realidade.²¹

A problematização da categoria cultura, conforme proposição de Williams, instigou-me a pensá-la como um “processo social constituído, que cria modos de vida específicos e diferentes” e, portanto, a considerar modos de viver como modos culturais de luta²², alerta à existência de outros sujeitos, os sentidos de suas reivindicações e lutas e alerta aos compromissos sociais e históricos que nos propunham. As narrativas abrangem a sensibilidade dos fatos expressos em relatos sobre os acontecimentos que movimentam a vida cotidiana.

Cabe salientar que o percurso da História Social deve ser esclarecido a partir dessa preocupação com outros aspectos do social, presentes em nosso cotidiano. Para Fenelon, esse social, por vezes “negligenciou forças culturais importantes, tais como a vida em família, os hábitos e costumes, a religiosidade e seu peso na formação das tradições, festividades populares, experiências, modos de viver e lutar dos trabalhadores urbanos”.²³

A reflexão sobre memória se relaciona com os apontamentos de Portelli, em *A Filosofia e os fatos*,²⁴ no qual, a mesma é entendida na relação entre lembrança e interpretação, ou seja, “não só a Filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar

²⁰ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun(Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo, Editora Olho d'Água, 2006.

²¹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha, Op. Cit, p. 10.

²² WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 12.

²³ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? IN: **História e Perspectiva**. Nº 06. 1992. p. 12.

²⁴ PORTELLI, A. “A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Revista Tempo**, v. 1, nº2, PP.59-72, 1996.

consiste precisamente em expressar o significado da experiência dos fatos: recordar e contar já é interpretar”²⁵. Se memória é lembrança e interpretação, questionando em que condições as mesmas são evocadas e quais os propósitos.

Para a interpretação das narrativas, pelo veio metodológico da História oral, levo em consideração os escritos de Yara Khoury, que, ao dialogar com Alessandro Portelli, chamou atenção sobre a exploração das experiências dos sujeitos e da relação temporal no diálogo entre pesquisador e narrador:

(...) o ato de narrar se faz no tempo e com o tempo, e que preserva o narrador contra o tempo, nosso interesse é trabalhar a narrativa oral no movimento da história; como uma prática social, ela tem sua própria historicidade; o narrador constrói sua identidade, fazendo uso dos elementos de sua cultura e historicidade e recorrendo a um passado significado e ressignificado no presente, ao tempo em que expressa tendências do processo vivido.²⁶

O trato com as fontes orais na presente dissertação evidenciou a importância de cada indivíduo e sua relação com a sociedade na qual está inserido. Portelli ressalta a importância da memória individual é importante, contudo, o autor reconhece que apesar da memória constituir-se enquanto um processo essencialmente individual remete ao mesmo tempo a aspectos sociais e padrões culturais:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são - assim como as impressões digitais ou, a bem da verdade, como as vozes - exatamente iguais²⁷.

Em outros termos, a memória compreende dois níveis concomitantemente: um individual e outro social. O caráter social e cultural da memória é consequência da interação entre indivíduo e meio social e, portanto, é importante analisar a constituição dos espaços e territórios urbanos, as relações sociais entre moradores, o modo de constituir o cotidiano da cidade, contemplando os significados das diversas experiências sociais e, portanto, inúmeras memórias e das várias histórias das cidade e de seus moradores.

²⁵ PORTELLI, Idem, p. 60.

²⁶ KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara, Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Olho d’Água, 2004, p.128.

²⁷ PORTELLI, Op. Cit, p. 16.

As formas de organização, experiências, sentimentos e modos de vida passaram a ser articuladas com outras possibilidades, fornecendo o diálogo com outras premissas teóricas- metodológicas de nossa pesquisa.

Num recorte cronológico mais recente, sobretudo nas três últimas décadas, presenciamos a proliferação de algumas atividades e o desaparecimento de outras, devido às mudanças ocorridas nos espaços da cidade. Trabalhadores foram obrigados a deslocar-se de onde viviam para outros lugares mais distantes. Alguns resistiram às mudanças e adequaram-se à nova lógica de trabalho.

As condições de trabalho, realizada principalmente de modo artesanal, em cujas características principais podem incluir o trabalho familiar e a diversidade de suas atividades, são elementos que constituem essa realidade. Os espaços da casa e do trabalho acabam se “confundindo”, incorporando outros membros da família e ampliando, assim, as possibilidades de aumentar a renda familiar.

As condições de sobrevivência e a maneira de lidar com determinadas situações e necessidades, suprir as carências materiais e melhorar a cada dia, tornam-se as esperanças e sonhos desses sujeitos, organizando-se para encarar a realidade e modificá-la com suas formas de trabalho.

Em todos os momentos, fui obrigado a repensar as possibilidades da pesquisa, colocar em questão meus pressupostos e pontos de vista com o propósito de levar adiante minhas indagações.

Nas leituras, nos seminários, em sala de aula, ouvi muitos questionamentos sobre o que realmente estamos propondo pesquisar, quem são esses trabalhadores, como vivem e que tipo de história eu procurava fazer, além do compromisso enquanto pesquisadores/historiadores. Em meio a construções e desconstruções, o trabalho foi se desenrolando.

Algumas dessas leituras fizeram-se constante no desenrolar da pesquisa. Repensando algumas possibilidades de investigação, a obra de Thompson, *A Miséria da Teoria*, torna-se de suma importância para compreender melhor o papel e lugar do historiador. Dentre outros apontamentos, nesta obra Thompson assinala que, “os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas”.²⁸

²⁸THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981. p. 48.

O “fazer” a história dos trabalhadores requer disciplina e problematização das fontes, pois como Thompson ainda nos adverte:

A história não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, pois as leis, ou a lógica ou as pressões do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências.²⁹

O texto *“Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica”* traça o percurso de professores e alunos que compõem a Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Dentre vários apontamentos, o esboço destaca a preocupação “com as experiências dos diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos”. Os autores, entendendo a cultura como modos de ser e de viver como prática social em movimento, destacam a importância de se pensar o social como lugar de tensões³⁰ e consideramos as problematizações que possibilitaram refletir acerca de culturas, cidades, disputas entre diferentes sujeitos, tradições, hábitos, costumes, modos de viver e outros. Os autores também enveredam para o diálogo com a história oral.³¹

A discussão do texto de Déa Fenelon Ribeiro contribuiu para refletir a respeito das questões perturbadoras nas investigações da história social e para esta pesquisa.³²

Os trabalhadores são frequentemente discutidos em sala de aula e produções de textos. A pesquisa dos sociólogos Paoli, Sader e Teles buscou examinar justamente os modos de construção da imagem dos trabalhadores nas ciências sociais no país e teceram novos direcionamentos na mudança de foco como os operários brasileiros apareciam nas páginas dos livros.³³

Ao fazer uma análise das obras de outros sociólogos que escreveram sobre os trabalhadores brasileiros durante o início e meados do século XX, os autores apontam as críticas de como tais trabalhadores apareciam no imaginário acadêmico. Este texto contribuiu para que houvesse reducionismos a respeito dos sujeitos analisados, enquanto trabalhadores

²⁹ THOMPSON. *A miséria da teoria*. 1981. p. 49.

³⁰ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Apresentação. CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Orgs.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.7.

³¹ CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e Movimentos Sociais: memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO; MACHADO. (Orgs.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. pp. 21-24.

³² FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: **Projeto História**, n. 10, Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, 1994. p. 80.

³³ PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: **Revista Brasileira de História**, n. 6. São Paulo: Marco Zero, 1986. pp. 129-149.

que fazem sua própria história. Além do mais, abre possibilidades para travarmos um diálogo com sociólogos sobre tais assuntos presentes em nossas pesquisas.

Entretanto, para trilhar sobre esses trabalhadores é preciso que haja uma mudança de perspectiva, sair do mundo do trabalho e imergir no mundo dos trabalhadores. Este é o desafio que o texto da professora Yara Khoury nos coloca para inserir os sujeitos como essência das histórias que produzimos ou propomos a dissertar.³⁴ Seja no campo ou na cidade, compreender o fazer-se desses trabalhadores, cotidianamente, abre um leque de possibilidades, “a partir de um presente vivido como tensão se posicionando no presente”.³⁵

Como a história oral está largamente presente na dissertação, os artigos de Alessandro Portelli contribuíram para descortinar esses caminhos.³⁶ A caracterização dos entrevistados, a interpretação daquilo que eles trazem consigo, o vivido, são aspectos que nos ajudam a interpretar criticamente as narrativas.

As leituras provenientes das obras *Muitas memórias, outras histórias* e *Outras Histórias: memórias e linguagens*, exerceram uma contribuição importante no sentido de nos direcionar para debates que abrangem as novas formas de se posicionar diante das encruzilhadas da história. Proporcionaram um leque de possibilidades de pesquisa, novos rumos teóricos, fontes de pesquisa e novos olhares de se pensar o social, marcado por conflitos, lutas cotidianas que engendram o cotidiano e por vezes, eram imperceptíveis.

Para Cruz, Peixoto e Khoury, a produção historiográfica a partir dos anos 1980 voltou-se com maior ênfase para as temáticas do trabalho e da cidade.³⁷ Nesta discussão, as autoras debatem várias problemáticas abordando a tarefa e o papel do historiador em ocupar-se do campo social, buscando indagações sobre a pesquisa a partir das questões do presente. As inquietações a respeito do “fazer história”, a partir desse ponto de vista, são os elementos norteadores das discussões das autoras.

A influência de E.P. Thompson na forma de pensar a produção do conhecimento histórico é muito forte no que tange a essa dissertação. Sua clareza no que diz respeito ao

³⁴ KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: PORTELLI, Alessandro et .all. **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2009. pp. 213-240.

³⁵ KHOURY, Idem.

³⁶ PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: **Revista Tempo**, v. 1, n. 2, 1996. pp. 59-72. THONSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e historia: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: 8ª edição: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

³⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo; Olho D’água, 2006. p. 13.

posicionamento teórico - metodológico explicita que, ao invés de ser modelo, deva ser uma inspiração, suscita reflexões sobre os perigos que corremos quando reduzimos os sujeitos sociais ao enquadramento mecanicista de algumas formas de se produzir o conhecimento histórico.³⁸

Para tanto, a influência de Thompson é essencial para tentar, a partir das experiências sociais desses trabalhadores, analisar os enredos, as mudanças históricas e sociais que se consolidaram nesses últimos anos. É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.³⁹

A noção de experiência defendida por Thompson torna-se chave para compreender homens e mulheres como sujeitos:

...não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.⁴⁰

Thompson introduz a categoria experiência e a articula com a cultura. Ao entender a cultura como componente não passivo de análise histórico-social, Thompson reconhece que a experiência vivida, além de pensada é também sentida pelos sujeitos. A noção de experiência implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história. Conforme ele mesmo afirma:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...) Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.⁴¹

³⁸ THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

³⁹ THOMPSON, Op. Cit, p. 17.

⁴⁰ THOMPSON, Idem, p.182.

⁴¹ THOMPSON, Idem, p. 189.

Nesse sentido, procuramos refletir sobre tais conceitos, procurando não tratá-los como universais e fechados, repensando a constituição e transformações nos modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos do “Velho Chico”, os conceitos historiográficos sobre a nossa própria realidade.

A problematização da categoria cultura, conforme proposição de Willians, levou-me a pensá-la como um “processo social constituído, que cria modos de vida específicos e diferentes” e, portanto, a considerar modos de viver como modos culturais de luta⁴², alerta à existência de outros sujeitos e os sentidos de suas reivindicações e lutas e aos compromissos sociais e históricos que tais sujeitos nos propunham.

As narrativas abrangem a sensibilidade dos fatos expressos em relatos sobre os acontecimentos que movimentam a vida cotidiana, e a historiadora Yara Khoury nos leva a pensar nessa relação, entre vivências pessoais e o social. Para ela, através das falas podemos refletir sobre as “dimensões do social vivido e compartilhado”,⁴³ as narrativas tornam-se expressões do que a pessoa vivenciou ao longo de sua vida, e ao contar, ela traz acontecimentos que transformaram o social; suas falas, portanto, são significativas de um tempo de constantes mudanças promovidas pelas lutas sociais.

As peculiaridades da região e de sua população, por vezes, foram deixadas de lado, e seus múltiplos significados foram renegados. Cabe salientar que no sertão é uma *região* complexa de múltiplos significados, onde reside uma população cujas experiências possuem características em comum.

Podem-se reconhecer toponímias, descrições sobre o cenário, a paisagem, as casas construídas de adobe e/ou de pau-a-pique com cobertura de palhas de palmeiras, as relações com o gado, os conhecimentos fitoterápicos, chás, remédios caseiros e ervas curativas; modos de falar e tantos outros elementos dos habitantes do sertão norte dos gerais.

Portanto, as regiões ribeirinhas do São Francisco apresentam certas singularidades em relação à outras regiões. Além do sertão, a presença do rio São Francisco contribuiu para o desenvolvimento de certos aspectos, diferenciando a população ribeirinha e barranqueira.

Longe de qualquer tentativa de “vitimizar” esses trabalhadores, pelo contrário, busquei evidenciar, a partir de suas experiências, suas relações de trabalho, suas formas de organização, a força e o poder de transformação de suas realidades a partir de suas próprias visões de mundo.

⁴² WILLIANS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 12.

⁴³ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antnes e outros(org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olhos d'água, 2006.

As experiências desses trabalhadores ganharam sentido para a maioria das pessoas que encontraram por si mesmas, formas para construção de sua autonomia. Mostraram caminhos atrativos para minimizar os problemas vividos no cotidiano.

A cidade ainda convive com antagonismos, historicamente consolidados, acumulando problemas de uma região cujos discursos de pobreza e miséria estão impregnadas no cotidiano, resultantes de um longo itinerário histórico perpassado por períodos de avanços, recuos e permanências, constituindo-se em desdobramentos singulares na vida das pessoas desta localidade.

A inércia, a involúpia, a preguiça, eram tratados como as verdadeiras características desses trabalhadores. As suas formas de organização e as estratégias elaboradas por esses trabalhadores eram subestimadas, como se não obtivesse o poder de ação e transformação de suas realidades, demonstrando outra história, pois elaboram estratégias capazes de dar sentido às suas práticas. As narrativas abrangem a sensibilidade dos fatos expressos em relatos sobre os acontecimentos que movimentam a vida cotidiana.

Surgiram, ainda, outros questionamentos para constituir o campo de análise e investigação, tais como: Quais as expectativas que os trabalhadores tinham em relação à cidade? De que maneira a diminuição das principais atividades econômicas na região, como a navegação e a pesca, contribuiu para modificar os modos de vida desses trabalhadores? Que práticas foram adotadas e ainda resistem às transformações do tempo? Como os programas de transferência de renda modificaram a realidade desses trabalhadores?

Analisei a ampliação, a adoção e a criação de novas políticas públicas voltadas para as necessidades da população norte mineiro, modificando de forma positiva ou negativa suas condições de vida, superando as desigualdades sociais e fortalecendo modos de lutar e vivenciar a cidadania.

A perda do espaço não se constituiu como simples acomodação, reclamações e/ou lamúrias nesse contexto, pelo contrário, demonstrou a força e o poder de transformação social.

Ainda nesta fase, alguns problemas ainda são pertinentes no que se refere às fontes. Não encontrei registros ou documentos sobre esses trabalhadores e suas formas de organização até então, pois são normalmente produzidas fora dos limites destas populações e, portanto, a centralidade nas fontes orais é essencial para entender todo este processo, viabilizando diálogos entre narrativas e fontes disponíveis.

No que tange à documentação, utilizo para análise, fontes de origens distintas, dados quantitativos, tais como mapas, gráficos, as documentações escritas oficiais, crônicas, jornais, estatísticas, relatórios, censos e atas de organizações, junto aos órgãos especializados, além de obras de memorialistas.

Os documentos oficiais foram de suma importância para conhecer a realidade da cidade de São Francisco. Foram utilizados dados da Fundação João Pinheiro, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas); levantamentos feitos na Colônia dos Pescadores-Z3 de São Francisco; número de cadastrados e famílias beneficiadas com o Bolsa Família na Secretaria Municipal de Assistência Social; número de crianças beneficiadas com o Bolsa Escola na Escola Estadual Sagrada Família, onde a quantidade de crianças atendidas é o maior em todo o município, retratando de maneira eficaz essa realidade.

Os últimos dados foram importantes para avaliar o grau de acessibilidade das famílias no município aos programas de transferência de renda.

Ao analisar o alcance dos programas de transferência de renda e os impactos em nossa economia, é necessário ressaltar que os números referem-se ao ano de 2011, pois ainda nesta fase da pesquisa, não haviam sido concluídos o cadastro para o período de 2012 e poderiam ocorrer mudanças no número de beneficiados.

Com a criação do Cartão Cidadão⁴⁴, os benefícios foram incorporados e seus valores são proporcionais ao número de pessoas na família. Além disso, dispomos de leis, decretos e emendas constitucionais disponíveis em documentos oficiais do Governo Federal. Assim, procurei selecionar a literatura existente e disponível sobre o referido assunto, discutindo a questão de suas vinculações com o objeto de pesquisa e conceitos que proporcionem o conhecimento da região estudada e de sua formação histórica, econômica e social. Deste modo, proponho a realização dessa dissertação em três capítulos.

O primeiro, intitulado *Trilhando caminhos, (re) pensando o sertão: trabalhadores ribeirinhos em São Francisco*, tem por objetivo discutir a constituição econômica e social da região Norte do Estado de Minas Gerais, bem como as transformações que impactaram e modificaram os territórios tradicionais ao longo do São Francisco.

É necessário pensá-la como região que recebeu diferentes frentes de expansão e foi alvo de políticas públicas que vieram, ao longo de muitos anos, modificando a paisagem, o espaço e novas territorialidades. Por meio destes fatores, é possível inteirar e pontuar como

⁴⁴ O Bolsa Família unificou esses benefícios, portanto as famílias integradas ao programa deixam de receber os benefícios do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás e passam a receber exclusivamente o benefício Bolsa Família.

consistem as experiências dos trabalhadores com o meio, destacando os laços, a relação íntima e a cumplicidade entre ambos.

Evidencio ainda a importância da hidrografia, do meio ambiente, a relação íntima de cumplicidade que os ribeirinhos mantêm com o rio São Francisco, demonstrando sua importância no sentido de que o modo de vida deles têm uma relação profunda com o meio.

Os memorialistas foram de grande importância na análise sobre as “histórias e estórias” da região e na obtenção de informações específicas.

As leituras provenientes dessa visão contribuíram para esclarecer e colocar em pauta algumas concepções cristalizadas sobre a região norte mineira. A ação do Estado, a inoperância das instituições de direito, a ausência de relações capitalistas mais intensas e a falta de industrialização eram justificativas para o atraso econômico e social da região. Procurei desvencilhar dos estigmas, das armadilhas e das contradições sobre a região.

Os trabalhadores ribeirinhos eram considerados substratos, meros reflexos da visão construída sobre essa realidade. Restavam-lhes as alcunhas de atrasados e despossuídos frente à uma visão cosmopolita construída pelos viajantes e memorialistas.

Desta forma, procurei analisar as principais características político-econômicas e sociais de São Francisco no período de 1980 - 2011. Nele, tem-se como objetivo principal, contextualizar a cidade, suas relações políticas, econômicas e sociais e descrever os desdobramentos históricos, auxiliando na configuração das características mais evidentes da cidade e região.

O primeiro capítulo configurou-se em uma sobrevivência material nas condições de vida da população em estudo. A análise das relações sociais, tecidas entre as camadas populares em sua luta urbana contra a pobreza e a exclusão social, num contexto de relativo isolamento regional, de migrações e permanências, converte-se em nosso objetivo principal neste capítulo.

O segundo capítulo, intitulado *Pescadores, vazanteiros, tombadores e areieiros: modos de vida e relações de trabalho*, procuro discutir a constituição de modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos em sua diversidade, trajetórias, relações sociais, onde e como viviam os sujeitos de nossa pesquisa; as alternativas que buscaram para o sustento de suas famílias; os significados do trabalho e do viver na cidade. Aos trabalhadores impõe-se uma nova forma, não mais de subordinação, mas de resistência e sobrevivência que se colocam de forma diferenciada.

Neste capítulo são discutidas e analisadas as interpretações dos trabalhadores, suas experiências, os caminhos percorridos, a luta por trabalho e moradia, desde questões relacionadas aos motivos que os levaram a realizar determinadas atividades às condições enfrentadas por eles na cidade de São Francisco. Os modos de vida desses trabalhadores são evidenciados, não se restringido apenas às trocas e/ou relações comerciais, mas também às experiências vividas.

No terceiro e último capítulo *A luta por reconhecimento: experiências e transformações nos modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos*, evidencio os impactos e as mudanças ocorridas nos modos de viver desses trabalhadores nos últimos anos.

Por meio das narrativas, analisei a produção de outras memórias, o que me possibilitou uma compreensão crítica das transformações, dos sentidos e dos significados históricos traduzidos na experiência social, focalizando nas mudanças dos espaços, territórios, trabalho e cotidiano. Algumas dessas mudanças “abalaram” modos de viver, constituídos no decorrer desses últimos anos na cidade de São Francisco e nas regiões ribeirinhas. Elas são perceptíveis principalmente nas relações de trabalho, evidenciados nas formas como essas famílias de trabalhadores têm modificado e vêm melhorando a cada dia. Por outro lado, práticas foram fortalecidas e consolidadas frente às transformações ambientais, sociais e históricas que se processaram na cidade.

Nesta direção, analisei as recentes transformações vigentes no padrão do sistema de proteção social brasileiro, ocorridas em decorrência da implementação da Lei da Pesca nº 10.779, de 25 de novembro de 2003⁴⁵, que dispõe sobre a concessão do Benefício de Seguro Desemprego ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal e em economia de regime familiar.

Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

A Lei da Pesca, se, por um lado, possibilitou aos trabalhadores melhores condições de vida, por outro, aumentou o número de atividades realizadas de maneira informal, denominados “bicos”.

⁴⁵ Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/11/2011.

Os trabalhos anteriores, freqüentes e habituais, agora fazem parte de um enredo composto por poucos que ainda resistem e vivem exclusivamente daquilo que o meio lhes proporciona. A Lei da pesca, portanto, tornou-se importante instrumento para viabilizar o acesso a determinados bens e serviços, ganhos para a classe, para mim, podem evidenciar o seu poder de organização e reivindicação e reflete na consolidação dos seus direitos.

As entrevistas realizadas apontaram para a complementaridade dessas atividades, embora alguns indiquem a pesca como a única atividade econômica que exercem. A obrigatoriedade de não possuir nenhum vínculo empregatício ou o “arrocho” da fiscalização sobre a concessão de carteiras de trabalho para os pescadores, deixava os entrevistados com receio em concederem entrevista ou mesmo o temor delas “chegarem” ao conhecimento das autoridades competentes.

É necessário ressaltar que exercer outra função em determinados momentos constitui uma necessidade eminente para os trabalhadores, utilizada como estratégia para ampliar a renda e garantir o sustento de suas famílias e a garantia de suas necessidades.

As diferenças entre as atividades exercidas diretamente no rio São Francisco, embora existam para efeito de identificação entre os trabalhadores entrevistados, elas não se concretizam de forma clara. A disparidade entre a atividade e a identificação como tal, só tem efeito na condição de segurados do INSS no período da piracema, quando recebem o Seguro Defeso.

Ainda existem poucos trabalhos que analisam as mudanças ocorridas na vida desses trabalhadores após a implementação do Seguro Defeso. Portanto, proponho a utilização da história oral e a sua centralidade na pesquisa torna-se essencial pela atualidade de nossas questões.

No cerne da configuração desse debate, está a compreensão acerca da atuação do Estado, das políticas públicas e os impactos na vida dos trabalhadores ribeirinhos. Para tanto, à medida que avançava em minhas análises, percebia cada vez mais os impactos positivos e negativos do Programa Bolsa Família na vida dos trabalhadores e suas famílias. Tanto o Seguro Defeso quanto o Bolsa Família são evidências destas transformações. Em determinados momentos, a utilização destes instrumentos no combate à desigualdade social no Brasil pode acarretar uma série de preconceitos para com aqueles que deles se dispõem para o sustento de suas famílias, mas o alcance é maior do que pensamos.

De fato, o programa Bolsa Família não consegue abarcar todos os problemas sociais vigentes e urgentes, com raízes historicamente fundadas nesse ambiente, mas os beneficiários que realmente dele necessitam são exemplos claros de que, em curto prazo,

podem não contemplar todos objetivos propostos, mas possibilita uma transformação social e uma perspectiva de vida sem precedentes para as famílias.

É possível afirmar que, em todo o momento, outras questões, além das propostas, borbulhavam pelo caminho que o rio desenhava. Por isso, estão longe de serem conclusivas, pois acredito que este trabalho seja apenas mais uma contribuição para outras discussões que já fizeram e estão se fazendo.

CAPITULO I

TRILHANDO CAMINHOS, (RE) PENSANDO O SERTÃO: TRABALHADORES RIBEIRINHOS EM SÃO FRANCISCO

O presente capítulo tem por objetivo principal, analisar a configuração das relações existentes na formação e constituição da região norte mineira e a cidade de São Francisco. Dentro deste amplo quadro analítico, o objetivo maior é procurar descrever de forma crítica, como ocorreram as diversas construções históricas em torno das categorias de pobreza, da exclusão social e da carência da região que se aglutinam na órbita do subdesenvolvimento do município de São Francisco no período de estudo.

Esta análise dos aspectos sociais e econômicos da região busca enfatizar como os escritos e a historiografia sobre a região se relacionou com as demandas pelos bens materiais e com a realidade da população. Seus desdobramentos históricos me auxiliam na compreensão das características mais evidentes, nas relações de trabalho e nos modos de viver da população ribeirinha.

Na região, o capitalismo que se apresenta é gerador de pouco emprego, causando um desequilíbrio entre consumo e produção. Neste ponto, configuraram-se formas de sobrevivência material típicas.

As relações sociais são tecidas entre as camadas populares em sua luta urbana contra a pobreza e a exclusão social, num contexto de relativo isolamento regional, de migrações e permanências.

Alguns caminhos foram traçados para compreender a realidade dos trabalhadores ribeirinhos na cidade de São Francisco e as condições que historicamente contribuíram para a constituição daquilo que chamamos de modos de vida e trabalho.

A cidade de São Francisco⁴⁶ está situada ao Norte do Estado de Minas Gerais, limitada ao Norte pela cidade de Januária, ao sul por Icarai de Minas, pelo leste por Pedras de Maria da Cruz e Brasília de Minas e no oeste pela Chapada Gaúcha e Pintópolis.

A obra *São Francisco nos Caminhos da História*, de Brasiliano Braz, é um relato, semelhante a uma autobiografia, com escritos sobre a política da cidade⁴⁷ e remonta ao

⁴⁶A cidade de São Francisco no período aqui tomado por estudo (1980 - 2011), principalmente, era composta por lugarejos que adquiriram emancipação nos anos 1990. As emancipações iniciadas em 28/04/1992, pela Lei Estadual nº 10.704, criou nove municípios, dentre eles territórios pertencentes a São Francisco: Icarai de Minas e Urucuaia e posteriormente, em 1995, Chapada Gaúcha e Pintópolis.

passado da cidade para demonstrar a forma como a atual situação foi se constituindo na região desde o início do povoamento que ali se estruturou:

Suas origens remontam a posse de terras por Domingos do Prado e Oliveira, que fundou o povoado conhecido nos seus primórdios pelo nome Pedras de Cima, para distingui-lo do de Pedras de Baixo, também ribeirinho, hoje Maria da Cruz⁴⁸. Outra característica, porém, mais impressionante o distinguia: no cimo do nosso imponente cais de pedras erguia-se altaneiro um angico que dava maior realce à incomparável beleza da paisagem, originando daí a outra denominação de Pedras dos Angicos, que nasceu espontânea na voz do povo, caindo à outra no esquecimento por ser menos expressiva. Por mais de um século perdurou a nova toponímia, que ficou oficializada na carta de 1778 do cartógrafo português José Joaquim da Rocha. A Lei provincial nº 1.356, de 6 de novembro de 1866, que criou a paróquia, conservou a denominação em voga, já acrescida do nome do grande padroeiro; São José das Pedras dos Angicos. A Lei nº 1.755, de 30 de março de 1871 transferiu para a povoação a sede do município localizada em São Romão, mas respeitou a mesma denominação de Pedras dos Angicos. Finalmente (...) na Lei nº. 2416 de 5 de novembro de 1877 e a antiga vila das Pedras dos Angicos se engalanou com foros de cidade com a denominação simplificada de São Francisco com o nome de São Francisco.⁴⁹

De acordo com Braz, o município de São Francisco possuía, em 1977, uma população estimada de 66.223 habitantes numa área de 8.141 m², composta pela cidade de São Francisco, e pelos distritos de Conceição da Vargem, Morro, Serra das Araras e Urucuia. Possuía, ainda, uma das maiores extensões territoriais do Estado de Minas Gerais.

É importante conhecer os dados obtidos na publicação de 1977, pois referem-se ao ano do centenário da cidade, e período anterior à enchente de 1979 e onde se dá a periodização da pesquisa.

Também necessário retratar os dados deste período, pois, desta forma, pode-se repensar as mudanças ocorridas no pós – 1979, período da maior enchente da história do rio São Francisco que assolou a cidade. Esse fato acarretou uma série de mudanças populacionais e nos índices de avaliação da qualidade de vida da população, como o IDH e a distribuição de renda.

O município de São Francisco está localizado à margem direita do rio São Francisco, na região Norte do Estado de Minas Gerais, no vale do médio São Francisco, com uma área territorial de 3.300 km². Situa-se a 158 km de Montes Claros-MG, 580 km de Belo Horizonte e 420 km da capital federal, Brasília.⁵⁰

⁴⁷ BRAZ, Brasileiro. **São Francisco nos caminhos da História**, 1977.

⁴⁸ O distrito de Maria da Cruz conseguiu a sua emancipação em 28/04/1992, conforme legislação anteriormente citada, passando a se chamar Pedras de Maria da Cruz.

⁴⁹ BRAZ, Brasileiro. **São Francisco nos caminhos da História**, 1977, p. 36.

⁵⁰ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 06/11/2011

A realidade do município de São Francisco é marcado por antinomias, tais como: integração e isolamento, conflitos e conciliações, seca e enchentes, emigrações e permanência, e, portanto, está visceralmente entrelaçada à história do Norte de Minas Gerais, nos seus aspectos constitutivos mais evidentes, mas também guarda algumas particularidades, principalmente pela presença do rio São Francisco.

As singularidades que permeiam a vida e o trabalho de seus moradores contribuíram para se constituir na cidade modos de trabalhar e viver que sempre estiveram entrelaçadas ao rio, nos escritos de memorialistas que consolidaram a idéia de uma forma de vida singular. Isso pode ser verificado em diversas obras dos memorialistas da cidade de São Francisco, em poesias, versos, cantos que marcam a vida dos seus moradores como nos escritos a seguir, de Saul Martins, no qual o homem está estritamente identificado com o meio em que pertence e que o identifica:

Do ponto de vista biológico, o que identifica o ser humano é o seu legado genético, o sangue. Do ponto de vista antropológico, aquilo que o identifica é a cultura que decorre do seu relacionamento social com os semelhantes que o cercam e com a natureza. Assim como o filho se parece com o pai ou com a mãe, também o membro do grupo tem as características da comunidade a que pertence, guarda semelhanças. Homem e meio sempre foram ligados.⁵¹

No entanto, há ressalvas a se fazer sobre os escritos dos memorialistas. Apesar da presença do rio e de sua importância, não levam em consideração muitos aspectos da realidade dessas pessoas e daqueles que ali vivem, muitas vezes complexas, contraditórias e conflitivas. Sobre essa realidade nas barrancas do São Francisco, temos a seguinte descrição de Botelho Neto:

Para marcar o tempo não havia o relógio. O serviço começava com a saída do sol, vinha o sol alto, o meio dia, o meio da tarde, a entrada do sol, bora da noite, meia noite velha, galo amudando. A rosa dos ventos não desabrochava no sertão. O rio São Francisco era o grande meridiano que dividia o mundo em duas partes: o lado de lá e o lado de cá. Quem ia para o sul, subia, quem ia para o norte, descia. O ano se dividia em duas estações: o tempo da seca e das chuvas.⁵²

Os escritos acima, de João Botelho Neto, memorialista e pesquisador, embora sua publicação tenha sido um pouco tardia, descreve o tempo de trabalho e de vida nos quais os

⁵¹MARTINS, Saul. Cultos populares. IN: **Folclore em MG**. - 2ª ed. Revisada e ampliada - BH: UFMG, 1991- 128 p. (Coleção aprender.)p.54

⁵² BOTELHO NETO, João. **Imagens Sertanejas**. Gráfica Santo Antônio, 1ªed. São Francisco. 2002, p. 04/05.

ribeirinhos não estavam acostumados às relações capitalistas, mas a sua essência, de um modo de vida pautado na presença do rio São Francisco.

Descrever esta relação com o meio e os passos que me levaram a apresentá-lo à dissertação é importante pois, as páginas posteriores resultam de um processo de desenvolvimento de questões, de um exercício de investigação de relações sociais e de um processo histórico que nos remete de imediato ao estado de luta diário dos trabalhadores.

Existe um modo de vida que se pauta na relação com o rio e a experiência vivida⁵³ por estes homens é delineada por uma prática que extrapola a simples dicotomia econômica e a necessidade natural da relação. O modo de vida dos trabalhadores ribeirinhos está condicionado ao ciclo da natureza, de forma particular, considerando-os como uma extensão dos espaços de lazer e trabalho, presentes na lida diária, no sustento.

É necessário pensar que as relações sociais estão ligadas ao desenvolvimento de uma sociedade em que o homem estabeleceu em seu meio e adaptou sua experiência para o melhor aproveitamento do modo de produção. A experiência passada de geração para geração e no convívio com o rio São Francisco, certamente contribuiu para a construção de hábitos e valores que se adaptaram no decorrer dos anos. No entanto, ainda é necessário analisar as atividades exercidas por esses sujeitos e as condições em que desenvolveram como formas de trabalho que, com sua luta, construíram e modificaram sua realidade.

Muitas das análises feitas por escritores na cidade de São Francisco, como João Botelho Neto, perpetuam essa visão de uma população que vive essa relação próxima com o rio São Francisco de forma distante da realidade e das disputas que engendram no cotidiano:

Nestes sertões, homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo demais para que se faça sentir a pressão das necessidades. A natureza prodiga não deixa haver a verdadeira pobreza, que force a trabalhar e que o obrigue e mantenha a disciplina pela necessidade de viver. Não há aqui tampouco estímulos pra capitalizar. Vive-se bem, vive-se ao natural, sem cuidados pelo futuro, porque a pobreza aqui não aterra a ninguém. O rio é um enorme viveiro onde o peixe não escasseia jamais, assim como a caatinga e as matas marginais um imenso e inesgotável tesouro fácil de explorar nos momentos em que a preguiça universal cede um pouco do seu império.⁵⁴

As leituras de Williams⁵⁵ contribuíram para modificar essa visão “naturalista” a partir das experiências e perceptivas dos sujeitos, que implicaram formas de organização econômica, social e cultural distante das idéias de imobilismo e idealização de uma sociedade

⁵³ WILLIAMS. **Marxismo e literatura**. 1977.

⁵⁴ BOTELHO NETO, João. **Imagens Sertanejas**. Op. Cit, p. 04/05.

⁵⁵ WILLIAMS, Op. Cit.

sem conflitos, sem disparidades e relações sociais em seu meio. As experiências individuais, sociais, temporais e materiais sofreram modificações durante o processo histórico.

O diálogo tem o sentido de proporcionar o entendimento de “práticas sociais num universo amplo, diversificado, constituindo formas de expressão da experiência social e com as quais tentamos dialogar para construir outras histórias”,⁵⁶ além de buscar outro modo de ver que seja capaz de captar os novos tipos de experiência determinadas pela reorganização social, analisando os procedimentos culturais no modo como essa organização da sociedade se expressa, é vivida e apreendida pelas pessoas como agentes de modificação social.

Desde o período da colonização, coube ao sertão abastecer a região mineradora por meio da atividade pecuária e da prática da agricultura, desenvolvida no entorno das fazendas de gado. A sociedade sertaneja era rural, as cidades eram poucas e abrigavam um número reduzido de população. O comércio era limitado com pequenas trocas de mercadorias e os rios eram importantes vias na comercialização de produtos e abastecimento da região, na análise de Ribeiro um exemplo a ser citado:

Os rios, principalmente, o São Francisco foram uma importante via de escoamento da produção e abastecimento da região, constituindo uma vida social e cultural própria nos portos e entre aqueles que se dedicavam a navegação.⁵⁷

Existe uma premissa comum entre os memorialistas, pois por volta da década de 1980, pouco havia-se produzido no campo histórico das relações sociais e trabalho na cidade. Sem dúvida nenhuma, os escritos desses memorialistas são fundamentais para compreendermos a trajetória, as informações históricas sobre os ribeirinhos. Braz ilustra a grandeza e influência exercida pelo rio:

É o São Francisco igual ao Danúbio, três vezes maior que o Tejo, quatro vezes maior que o Douro, tão grande como o Orenoco, um terço maior que o Reno. Banhando cinco estados da Federação, é o mais brasileiro dos nossos grandes rios. Era o Pará dos indígenas o rio-mar. Era avenida das águas morenas na expressão poética de Afrânio Peixoto.⁵⁸

No entanto, é necessário nos posicionar contra tais idéias, no sentido que a investigação aqui desenvolvida tenta mostrar que essa idéia está historicamente equivocada.

⁵⁶ FENELON, CRUZ, PEIXOTO. Op. Cit. p. 08.

⁵⁷ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, 2000. p.47-106.

⁵⁸ BRAZ, Brasileiro. Op. Cit, p. 356.

Não há como negar a relevância da produção dos memorialistas para a história regional, sobretudo, se considerarmos que tal produção legou à historiografia regional um vasto manancial de fontes, com metodologia apropriada, convertida em riquíssimas pesquisas que servem como referências em muitos trabalhos acadêmicos.

Se por um viés antropológico, a presença do rio São Francisco contribuiu para a construção de uma identidade do homem com o seu meio, como unidade administrativa interligadas por um eixo comum, segui os passos da historiadora Déa Fenelon, para tentar compreender uma realidade contraditória e marcada por conflitos, pela diversidade e pluralidade, diferentes dos ditames produzidos pelos memorialistas:

Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina, oprime e oculta os conflitos e as diferenças, subjugados ao valor das identidades, da unidade, do homogêneo e do único, então, reafirmamos: o direito à memória torna-se uma reivindicação vital para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias que nos permitem construir outras histórias.⁵⁹

Neste ponto, Hobsbawm destaca a importância da análise contemporânea ao dar ênfase na pesquisa sobre os atores esquecidos:

É para as pessoas que ao longo da história, fora de seu bairro, apenas tem entrado para a história como indivíduos nos registros de nascimento, casamento e morte, que os nossos esforços intelectuais deve se voltar. Toda a sociedade na qual valha a pena viver é uma sociedade que se destina a elas, e não aos ricos, inteligentes e excepcionais, embora toda a sociedade em que valha a pena viver deva garantir espaço e propósito para tais minorias.⁶⁰

A trajetória histórica desta região é composta pelo dinamismo, expansão das fronteiras, limites territoriais e pela periódica transformação do espaço natural com implantação de estruturas produtivas e, com isso, reconfigurações do trabalho. Mais do que inventariar os instrumentos de trabalho, deve-se atentar aqui para o processo de continuidade, criação, transformação social e material da sociedade em foco.

Ocorreu então, uma necessidade de adaptação, presente nos discursos e nas práticas de substituição de atividades, através da abertura e implementação de métodos e técnicas de produção e reprodução econômica, social e cultural, além da apropriação e utilização de recursos provenientes dos investimentos realizados pelo Estado. Isso pode ser verificado posteriormente nos depoimentos dos trabalhadores e, portanto, não se pode afirmar que as populações ribeirinhas, ao longo do rio São Francisco, ficaram estacionadas e

⁵⁹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: **Muitas memórias, Outras Histórias**. São Paulo, Editora Olho d'Água, 2000, p. 08.

⁶⁰ HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21

delimitadas pelas condições ambientais que o rio tem proporcionado e, não obstante, ao longo dos séculos, tiveram a contribuição de toda a sorte de trocas e experiências culturais, mesclando sujeitos e realidades, como definiu Botelho Neto:

Hoje, no século XXI, somos mais de 60 mil habitantes, numa mistura de índoles, de raças, como pescador, oleiro, vaqueiro, jagunço, coronel, artesão, folião, vazanteiro, carpinteiro, boiadeiro, doutor, político, professor, comerciante, religioso, barranqueiros e catrumanos. Essa gente é o povo de São Francisco.⁶¹

Em suma, pontuo aqui algumas das múltiplas faces da população ocupante da bacia do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais. Os traços mencionados tentam corresponder aos moradores fixados nas barrancas do rio São Francisco e demonstraram a realidade e o local de vivência desses trabalhadores.

Diante dessa realidade, evidenciar a importância e os sentidos dos rios na vida dos homens que vivem nas margens do Rio São Francisco é explicitar uma cumplicidade única que essas pessoas têm com o meio e fonte de sustento. O enlace entre a vida, as relações materiais e os modos de vida dos trabalhadores sofrem ação direta do rio nesse conjunto de significados.

O Rio São Francisco estende-se por aproximadamente 2.700 quilômetros, entre a nascente, que fica localizada na Serra da Canastra, no município mineiro de São Roque de Minas, e a foz, situada entre os estados de Alagoas e Sergipe, nas proximidades da cidade alagoana de Piaçabuçu. Em toda a região da bacia vivem do Velho Chico cerca de 13 milhões de habitantes, o que corresponde a 10% da população brasileira, beneficiando 503 municípios, 240 dos quais localizados em Minas Gerais.⁶²

Compreendida entre os estados de Minas Gerais e Bahia, a região do alto São Francisco abrange toda a área de seus afluentes, destacando as cidades de Pirapora, São Romão, São Francisco, Januária, Manga, Matias Cardoso e Pedras de Maria da Cruz, no norte do Estado de Minas Gerais.⁶³

Na trajetória do processo de ocupação e povoamento do rio São Francisco, homens e mulheres vão se fixando às suas beiras, incorporando saberes que se manifestam cotidianamente em sua cultura própria. Os espaços são transformados não só em espaços de

⁶¹ BOTELHO NETO, João. **Imagens Sertanejas**. Op. Cit, p. 04/05.

⁶² **Rio São Francisco: Patrimônio Cultural e Natural** – Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais – 2003.

⁶³ IBGE. Censo Demográfico 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/microrregioes>. Acesso em 06/11/2011.

produção, mas de vivência e interações com o meio físico-natural, místico, onde lendas, tradições, mitos, memórias refazem o caminho cultural desse povo.

Assim, a cultura do ribeirinho, do sertanejo e do barranqueiro (termos utilizados pelo povo das barrancas do Velho Chico) vai sendo substituída ao longo das relações do homem com o espaço e por suas percepções e interpretações.

As fontes que analisei, de um modo geral, principalmente os jornais, sempre foram de privilegiar as questões políticas assentadas nas noções de progresso e do crescimento da região. Algumas das abordagens em questão privilegiaram a análise das estruturas políticas e econômicas, onde pessoas comuns praticamente desapareceram. Isso contribui para que a maioria das pessoas esqueça que todos possuímos sentimentos, vivemos contradições, sentidos e significados no processo histórico repleto de valores e ações.

As interpretações dos trabalhadores e de sua relação com o meio, especialmente para os memorialistas, sempre se pautou na idéia de um lugar especial, assentado no imaginário, de maneira idílica, do que propriamente nas realidades específicas da região, e , para tanto, este estudo versa sobre as experiências e memórias dos trabalhadores ribeirinhos do São Francisco, trazendo para o campo de análise reflexões acerca das lutas sociais, pelo direito ao trabalho, moradia, sobrevivência, modos de vida, de (re) constituir os espaços da cidade de uma significativa parcela de trabalhadores que se configuram no espaço urbano da cidade de São Francisco-MG entre os anos de 1980 e 2011.

O rio São Francisco, navegável de Pirapora a Juazeiro, serviu como acesso principal por onde se deslocaram diversas populações, que trocaram entre si seus produtos, seus saberes, seus gostos e suas festas, fazendo da sociedade sanfranciscana composta por diferenças culturais que se imbricavam pelas trocas culturais vividas.

1.1 - OS SERTÕES DAS GERAIS

O contexto norte mineiro e sua multiplicidade sempre estavam presentes nessas análises pelas condições adversas da região. Por vezes, as leituras que permearam as análises historiográficas no período de minha formação acadêmica fizeram-se constantes nos debates e discussões sobre ela.

Não é pensar uma região como *problema*, que viveu e sobrevive às migalhas do Estado, mas, sim, valorizar a cultura, os modos de vida, as estratégias, as formas de organização presentes, como sujeitos que transformam sua realidade apesar das condições adversas e que, de forma alguma, ficaram inertes, parados no tempo. Sujeitos que por anos,

vivem sem água potável, convivem com a morte de seus animais, com a plantação que mais uma vez não vingou, mas constroem estratégias para suprir as necessidades do dia a dia.

As dificuldades estavam, entre outras, em pensar os constructos sociais, políticos e econômicos da região, vistos como um entrave ao seu pleno desenvolvimento, principalmente se levar em conta que o atraso pelo qual passa a população norte mineira, uma das regiões mais pobres do Brasil, tratada como mero resultado de sua exploração tardia. Os moradores do Norte de Minas, por sua vez, encontraram artifícios para se adaptarem à lógica da região.

A partir disso, tornou-se necessário desconstruir essa visão, estereotipada e preconceituosa sobre a região e sua população, seus modos de viver e trabalhar e onde estão inseridos os trabalhadores ribeirinhos do São Francisco.

O sertão passou a ser tratado como lugar esquecido, composto de cidades mortas e fazendas arruinadas, onde predominam lavouras de subsistência e atividades de extrativismo vegetal e animal,⁶⁴ cujas ações do Estado, visando à sua conquista, ampliou as fronteiras nacionais no Brasil Colônia e na República, à custa de violência, arbitrariedades, num total desrespeito às culturas e populações por ali estabelecidas secularmente, sem algum código de ética.⁶⁵

A região tem se constituído pelo viés da dicotomia entre a oposição espacial das Gerais e as Minas, desde os tempos coloniais e corroborou para o entendimento dessa localidade como o lado atrasado, constituída pela pobreza estrutural em oposição à região mineradora, marcada pela riqueza fácil, através do ouro.

O Norte de Minas é considerado área do Polígono das Secas⁶⁶, pelas condições climáticas adversas. A “seca” sempre foi assinalada por diversos segmentos sociais como a causa principal do subdesenvolvimento da região. Em função desse discurso estatal, são instaladas políticas compensatórias pelas quais os governos atendem periodicamente a população, enviando alimentos, abrindo frentes de trabalho e construindo açudes, em épocas críticas.

⁶⁴MORAES, Antônio Carlos Robert de. O Sertão: Um “Outro” Geográfico. s/p. In: **Terra Brasilis** – Revista de História de Pensamento Geográfico no Brasil Anos III – IV, N. 4-5 – Território, 2002- 2003 Rio de Janeiro, RJ, p.19).

⁶⁵RODRIGUES. **Diálogo com a escrita sobre o sertão. Op. Cit.**, p.310

⁶⁶ O Polígono das Secas (ocorrência de secas periódicas), que faz parte do semi-árido brasileiro (representa 18% do território nacional), possui uma área estimada em 1.083.709,7 km², engloba a região Nordeste do Brasil e o norte e Nordeste de Minas. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/regiões> Acesso em 06/11/2011

Historicamente, a região tem uma característica que lhe é peculiar, desde o seu isolamento à conexão com o restante do Estado, por volta de 1940.⁶⁷ Mesmo assim, nesse cotidiano, foi se constituindo uma história de resistência dos trabalhadores no seu fazer-se, utilizando as experiências acumuladas dentro da sociedade na qual viviam, organizando mutirões, construindo pequenos reservatórios de água ou mesmo carregando durante horas, sob sol e calor forte para pegar água.

A reconstituição da trajetória desses sujeitos sociais é uma contribuição imprescindível ao debate acerca das experiências sociais dos trabalhadores. A ênfase na direção da construção de um caminho possível, que nos conduzisse a superação do subdesenvolvimento, para estimular as potencialidades regionais e rompendo com os determinismos geográficos, consistiu em um esforço reflexivo primordial.

Desta forma, as ações do governo estão voltadas para as regiões mais pobres do país, como o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, onde a seca e os bolsões de pobreza são evidências dessa realidade. Nelas, os problemas são estruturais, e “se tratando de problemas estruturais, só a ação política resolve”⁶⁸.

A criação da SUDENE em 1959, pela Lei nº 3.692, foi um esforço no sentido, para atuar no espaço definido como Nordeste⁶⁹ e na Área Mineira do Polígono das Secas.⁷⁰

Essas atividades incentivadas pela SUDENE, embora sejam importantes, não conseguiram atingir um número significativo de empregos, persistindo a agricultura de subsistência como *locus* mais amplo de alocação da força de trabalho. As ações estatais com vistas ao desenvolvimento estiveram concentradas, prioritariamente, no setor de infraestrutura.

⁶⁷ LESSA, Simone Narciso. **Trem-de-Ferro: Do Cosmopolitismo ao Sertão**. Campinas. IFCH, Departamento de História, 1993. (Dissertação de Mestrado).

⁶⁸ FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

⁶⁹ Nordeste é um conceito que suplanta os limites geográficos de uma das cinco regiões do Brasil feitas pelo IBGE. A primeira de 1958, não incluía os Estados da Bahia e Sergipe, pertencentes à região leste juntamente com Minas Gerais. Em 1969 com a nova regionalização do IBGE, aqueles estados seriam incluídos na região nordeste e Minas Gerais na Sudeste. Assim, a região Nordeste se vincula, inicialmente, num programa de combate aos efeitos da seca e posteriormente, a uma situação de subdesenvolvimento agravado pelo fenômeno da seca. “Temos assim uma região definida pela seca- “Polígono das Secas”, a qual foi incorporada e implantada como área de atuação da SUDENE”. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da Sudene. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

⁷⁰ A Portaria da SUDENE 116/69 oficializou como pertencentes à AMS / AMPS os novos municípios criados (por desmembramento), após a Lei de 1951 bem como apressadamente declarou que as áreas à margem esquerda do Rio São Francisco, dos municípios de São Francisco, Manga e Januária, não pertenciam ao Polígono e, portanto, a região da SUDENE. Depois em 1976, estas áreas seriam incorporadas. Assim, a AMS aumentou o seu tamanho de 98. 000 Km² (17% do território de Minas Gerais) para 120. 701 Km², obtendo a sua configuração atual. Cf. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. Op Cit., p. 46.

A migração regional, inter-regional ou na direção dos grandes centros econômicos do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, dentre outros), será na maioria dos casos, o destino na vida de muitas pessoas. Dados censitários do IBGE de 1970 a 2000 apontam para algumas características da dinâmica da população rural e urbana do município de São Francisco (MG).

Na década de 1970 a população urbana era de 7.218 habitantes, enquanto a rural era de 51.036; na década de 1980 a população urbana salta para 13.719, enquanto a rural cai para 48.164; em 1991, a população urbana já representa quase 50% da população total com 21.861. Na década seguinte, esse percentual é invertido e a população urbana com seus 27.711 habitantes, supera a população rural 23.648,⁷¹ e posteriormente, constituindo o atual número de 53.828, sendo 34.204 na zona urbana e 19.624 na zona rural.

Um olhar ligeiro sobre estes números pode nos levar a crer no rápido crescimento urbano, mas lembrem-se dos municípios que conseguiram emancipação, no início dos anos 1990. Entretanto, eles são representativos da dinâmica espacial que envolve a emigração rural/urbana/ urbana/rural, na luta das camadas populares pelas melhorias das suas condições de vida.

A escassez de postos de trabalho, como se vê, coloca essa demanda como prioridade na vida dos habitantes do município de São Francisco, onde a falta de investimentos nas suas potencialidades impulsiona a migração e a movimentação espacial de sua PEA (População Economicamente Ativa).

Atenta às leituras sobre a ação dos sujeitos sociais no processo histórico, Marilena Chauí nos chama a atenção para uma questão importante: o perigo da valorização da ação do Estado em detrimento dos indivíduos.

O Estado, segundo Chauí, torna-se o sujeito da história, aquele que faz e realiza. Isto é devido à ausência de uma “classe” capaz de levar adiante as resistências e transformações da sociedade. O Estado aqui deve ser entendido como a ação dos governantes no âmbito da Federação, do Estado e do Município. A ação estatal vem sempre no sentido contrário ao dos anseios dos trabalhadores, pois as decisões tomadas em prol destes, nem sempre os beneficiam, pelo contrário, elas são empreendidas no sentido de tentar evitar a mobilização e ação dos trabalhadores. Pensando assim, os apoios estão mascarados, como forma de cooptar as ações daqueles que realmente agiram.

⁷¹ BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **Povos de Santana**: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2010

O Estado assume esse vazio de poder e tenta impor sua marca. Torna-se o sujeito da história. Chauí afirma que:

A idéia de vazio pressupõe, implicitamente, que a luta de classes não é constituinte do processo, mas um efeito em sua superfície e que só o “resultado” conta; ora, uma vez que neste “resultado” verifica-se que nenhuma das classes em presença e nenhuma das frações de classe preenchem os requisitos para assenhorar - se do poder, o Estado surge como preenchimento do vazio.⁷²

Percebe-se que o Estado, em alguns momentos da história, passou a direcionar suas ações para reprimir e cooptar os movimentos de resistência. Aqui, não como sujeito do processo histórico, mas como aquele que tentou impedir as ações dos trabalhadores. É importante estarmos atentos a tal fato para que possamos analisar a questão com mais criticidade e procurar nos desvencilhar desse viés de análise.

Dessa forma, construir uma história dos trabalhadores, suas resistências e lutas que estão ocultas e tratá-las de outra perspectiva para que as mesmas possam estar em evidência, torna-se o objetivo primeiro deste trabalho.

As análises feitas anteriormente, contribuem para orientar e estabelecer uma leitura dos trabalhadores tendo como enfoque principal a visão desses pesquisadores dentro do processo, ficando de lado a análise assentada na história do sindicato, do partido, da associação e mesmo do Estado. Procuramos ver as ações dos trabalhadores frente às instituições, como um “novo” espaço de relação e resistência.

De certa forma, a priori, a cidade de São Francisco convive até hoje com antagonismos, historicamente consolidados, acumulando problemas de uma região que estão impregnados em suas contradições, resultantes de um longo itinerário histórico perpassado por períodos de avanços, recuos e permanências, constituindo-se em desdobramentos singulares na vida das pessoas da cidade.

O município de São Francisco encontra-se inserido na microrregião de Januária, a mais pobre do norte do Estado, com menor Produto Interno Bruto (PIB) e maior índice de pobreza. No período aqui tomado como estudo, segundo as pesquisas realizadas pela Fundação João Pinheiro, eles eram graves se comparados a outras regiões.

O IDH⁷³ (Índice de Desenvolvimento Humano) aponta para indicadores muito baixos. Em 1970, o IDH era de 0,327; em 1980, 0,439; 1991 0,489. No tocante ao IDH

⁷² CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 38

⁷³ De acordo com Rodrigues, o IDH é calculado a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), saúde (expectativa de vida) e renda (PIB per capita). Com base no valor obtido para o IDH, os

longevidade, em 1970, tem-se 0,501; em 1980, 0,650 e em 1991, 0,741. No IDH educação, em 1970, tem-se 0,340; em 1980, 0,373, e em 1991, 0,478. Por último, o IDH renda: em 1970, 0,142; em 1980, 0,293 e em 1991, 0,248.⁷⁴

Ainda segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP), mesmo no período subsequente, esse município encontrava-se, em 2000, entre os 30 mais pobres do Estado de Minas Gerais, com 87% das famílias com renda média mensal de até um salário mínimo.⁷⁵ Atualmente, em que pese esses dados, a população ainda vive com uma renda per capita de 361,69 e um crescimento nessa última década de 7,92%,⁷⁶ mas ainda longe das expectativas da população.

O êxodo rural, portanto, demonstra essa movimentação espacial em busca de oportunidades diferentes daquelas que o meio rural não mais satisfaz ou não dá conta de suprir as necessidades dos trabalhadores. Ocorreu, portanto, diante dos dados acima, uma intensificação dessa movimentação espacial. Procurando compreender o idealismo do campo, Williams⁷⁷, analisou o comportamento contemplativo dos autores sobre o campo ao adotar a perspectiva de um passado ideal em relação à natureza, entretanto, quando procurou os autores daquele mesmo passado, percebeu que estes também se reportavam a um outro passado como sendo o ideal, mantendo uma eterna busca do elo perdido do bem-estar com o meio e consigo mesmo.

Para Williams, a passagem da cidade para o campo é contínua, e não uma ruptura como se parece. Criou-se assim, novos postos de trabalho no meio urbano da cidade de São Francisco que irão compor essa nova realidade.

Os dados do período demonstram que o aumento do número de empregos, não significa um aumento efetivo do número de estabelecimentos capazes de suprir a demanda pelo trabalho formal. A prestação de serviços públicos nas esferas federais, estaduais e

municípios podem ser classificados segundo três níveis de desenvolvimento: a) baixo índice de desenvolvimento humano (IDH até 0,5); b) médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), e c) alto índice de desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8). Ver: RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000, p.136.

⁷⁴ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970 – 1980 – 1991**. Belo Horizonte, 1996.

⁷⁵ RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

⁷⁶ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em www.fjp.gov.br/ Tabela síntese de RPC- Municípios/2010. Acesso em 13/01/2012.

⁷⁷ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

municipais, sobretudo na administração pública(principalmente em cargos de gestão, saúde e educação), converte-se na principal alternativa de trabalho formal.⁷⁸

No Produto Interno Bruto desse município, o setor de serviços, com 74%, é o que mais contribui, com 14%, seguido da agropecuária e, em menor porcentagem, do setor industrial, com 12%. A expressiva superioridade do setor de serviços sobre a agropecuária e a indústria está relacionada ao fato de que nessa cidade a maioria dos postos de trabalho são ofertadas pelo poder público. Essa escassez de emprego formal potencializa em última análise a informalidade.⁷⁹

Nessa perspectiva, historicamente, as cidades do sertão norte-mineiro partilham entre si características comuns em relação aos aspectos sociais. Ambos são vistos de maneira depreciativa no cenário nacional, da mesma maneira ocorrem com sua população e sua cultura.

O sertão norte-mineiro, sua geografia e sua sociedade foram tratados de maneira pejorativa no contexto nacional, frente às suas peculiaridades no que se refere ao litoral brasileiro, como um espaço estigmatizado pelo seu atraso econômico, arcaísmo social, político, violência, ainda hoje considerado base do clientelismo político e das práticas populistas.

Algumas obras descrevem essas formas de convivência, modos de vida e descrições sobre o interior do Brasil, como “*Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*”, de Richard Burton e “*Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*” de Saint-Hilaire, feitas a partir de suas viagens⁸⁰, por exemplo, dizem respeito às descrições do espaço, do ambiente, das pessoas que o habitam e da vida ali observada no século XIX. Essas visões de um modo de vida peculiar, com a ausência de relações capitalistas mais intensas passam a compor as análises feitas sobre o interior do Brasil.

Alguns aspectos da cultura local foram entendidos a partir de interpretações baseadas nos valores iluministas ocidentais, como sinal de atraso, sobretudo, ao trabalho determinado pelo meio, ao tempo determinado por fatores naturais e uma produtividade definida pela necessidade e não pelo mercado.

O maior tempo dedicado ao ócio pela população local foi visto e representado pelos pesquisadores europeus como preguiça e a simplicidade da vida material sertaneja,

⁷⁸ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970 – 1980 – 1991. Belo Horizonte, 1996.

⁷⁹ IBGE. Censo Demográfico 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidades/>. Acesso em 13/01/2012.

⁸⁰ BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, pp. 159; 168 e 182.SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p.330.

determinada pela pouca necessidade material representada como miséria e pobreza. Essas conclusões são decorrentes da inexistência de mentalidade capitalista e as condições que o meio em que viviam proporcionava à população a trabalhar apenas o bastante para a sua subsistência.

Portanto, os relatos dos pesquisadores europeus, não habituados aos costumes e aos modos de vida no interior do país, observavam com estranheza a folga dos sertanejos e alguns atribuíram a vagabundagem ao excesso de preguiça.⁸¹ Ao tentar compreender o campo diferenciado que depararam, os viajantes revelam o peso ideológico de que seu olhar estava imbuído, o fundamento eurocêntrico de sua visão de mundo.

Ao pensar sobre o posicionamento diante dessas questões, recorro ao posicionamento de Thompson quanto ao tempo, disciplina e trabalho, o que requer que entendamos primeiramente o seu pensamento e concepção de tempo. Aqui temos que pensar primeiramente no tempo psicológico existente na população até a invenção do relógio, este tempo psicológico está relacionado com o tempo das práticas sociais e é relativo de acordo com a sociedade analisada

Nesse sentido o autor esclarece em seu texto “*Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*”⁸²:

É bem conhecido que, entre os povos primitivos, a medição de tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo de trabalho ou das tarefas domésticas. Evans-Pritchard analisou o senso de tempo dos nuer: ‘ O relógio diário é o do gado, a rotina das tarefas pastorais, e para um nuer, as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua’. [...]⁸³

Percebemos então a presença forte das práticas sociais como marcador do tempo, seja no dia a dia ou comumente nas regiões ribeirinhas, nos tempos de seca e de enchente. Falar então de tempo até então, tinha sido discutir algo não palpável pelo homem e representado e regrado de acordo com seus hábitos O trabalho exercido pelas pessoas do nascer ao por do sol é visto como natural, devido a sua relação com a natureza e os ciclos naturais do rio ou do campo. O tempo e o trabalho domésticos em que referiam-se os pesquisadores europeus, é acima de tudo o tempo e trabalho da subsistência doméstica, não há a ideia de se produzir em larga escala visando o lucro.

⁸¹ MATA MACHADO, *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*, 1991, p. 95.

⁸² THOMPSON, E.P. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In: **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. Sao Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

⁸³ THOMPSON, E.P. *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, p. 269.

A presença do rio tem sido um grande vínculo que, até os dias atuais, garante a sobrevivência do ribeirão atrelada às condições históricas e sociais, de forma específica, e traz à tona um conjunto de experiências diversas, sendo a pesca, a extração de areia e o cultivo de vazante algumas delas.

Guimarães Rosa⁸⁴ delimitou o sertão de Minas a partir dos limites dos rios da região. Sendo assim, o autor estabeleceu dois sertões, o sertão do rio: do Jequitinhonha a Serra das Araras, da beira do Jequitaiá a barra do Verde Grande, do Rio Gavião até nos Montes Claros, de Carinhanha até Paracatu .

O rio São Francisco é apontado como aquele que interligou o Norte de Minas ao Nordeste. Essa posição intermediária entre o norte de Minas e a Bahia contribuiu para que as características do sertão mineiro se aproximassem do sertão baiano, em cidades localizadas à margens do Velho Chico, chamado de Rio da Integração Nacional e elo de diversos povos e fonte direta de sustento de diversas famílias e moradores de suas regiões mais próximas.

O grande debate nesses últimos anos tem se tratado sobre a transposição, os projetos de revitalização que ganhou espaço por diversos interesses, sejam públicos ou particulares, polêmica e divergência de opiniões entre governos e entidades ambientalistas, mas quase nenhuma discussão com as populações ribeirinhas e sertanejas e seus movimentos que lhes representam. Ao mesmo tempo, o rio tem sua vazão diminuída gradativamente em função do grande volume de águas para irrigação, sérios problemas de resíduos tóxicos depositados em suas águas por grandes empresas e pelo desmatamento em suas margens que causam o assoreamento do leito.

A modernização agrícola e os investimentos do Estado continuam aumentando a possibilidade de o homem dispor tecnicamente da natureza, de alcançar novos resultados, transformando através de um processo de exaustão, e onde a noção de progresso como o único ideal da realização da técnica, da ciência, do mercado, deixa os valores, as tradições e as coletividades colocadas à margem, desprezadas, em detrimento de diversos interesses.

A relação homem – natureza traduz a reprodução do seu modo de vida e a pesca representou uma importante fonte de alimentos anterior ao aparecimento da agricultura⁸⁵.

No decorrer de sua história, para a historiografia tradicional,⁸⁶ o Norte de Minas ocupou uma posição marginal durante um considerável espaço de tempo. A informalidade de

⁸⁴ GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.31.

⁸⁵ DIEGUES.A.C.; **Tradição e Mudança nas comunidades de pescadores do Brasil**: por uma sócio-antropologia do mar. Programa de Pesquisa e Conservação de áreas Úmidas no Brasil, São Paulo, 1989.

⁸⁶ MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. LESSA. Simone Narciso. **Trem de Ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. Dissertação de

sua economia e a distância dos centros econômicos no Brasil contribuiu para que esse “isolamento” se acentuasse no decorrer dos anos, apesar de seu papel relevante para o abastecimento das regiões mineradoras.

Tais situações eram evidentes na falta de uma estruturação da região para atender as demandas e as necessidades do restante do Estado de Minas Gerais, cuja reestruturação só foi possível a partir da conexão à rede urbana do Sudeste e daí para o restante do país.⁸⁷

Essa conexão abriu as artérias pelas quais chegaram à região uma lógica de mercado e trabalho ocidental que se sobrepuseram às lógicas locais, apagando-as ou transformando-as de acordo com os interesses mercadológicos que, também pela conexão, adentraram o sertão norte-mineiro.⁸⁸

Até a década de 1960, essa lógica não mercadológica e não capitalista, vigorava na região, atribuída à incipiência dos mercados e ao isolamento, até então desconectada dos principais centros consumidores do país. Isso pode ser analisado pelos ritmos irregulares de trabalho, comumente associados com bebedeiras, falta de mecanização, indisciplina, irregularidades no ano de trabalho, pontuado pelos feriados e feiras tradicionais,⁸⁹ ou especificamente, pelos trabalhadores ribeirinhos e pelas ingerências da natureza.

Os fatores naturais como as cheias e a seca, por vezes tratados como condições adversas para seus moradores não constituíram entraves para os trabalhadores da região, mas criando conformidades, ambientes propícios e condições que extrapolaram os limites desse isolamento e dessa lógica mercadológica.

mestrado. Unicamp, Campinas: 1993. ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. Belo Horizonte, 1983, Mimeo. (Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, FAFICH, UFMG). ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. (et.all) **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. (et all). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

⁸⁷Em 1940, o norte de Minas Gerais já estava conectado à rede urbana do sudeste. A ferrovia, ligando Montes Claros a Belo Horizonte, já havia chegado em 1926. Logo no início do século XX, mais precisamente em 1926, a implantação, pelo governo federal, da rede ferroviária na cidade acarretou transformações significativas. A economia, favorecida pela trajetória histórica do lugar como entreposto e rota comercial, foi otimizada com a chegada das linhas de trem, que possibilitaram aumento na circulação de bens, de pessoas e de renda. O entusiasmo era comum, ou ao menos era o que se propagava, entre as elites e a população mais modesta. Cf: LESSA. **Trem-de-Ferro**: Do Cosmopolitismo ao Sertão. Op. Cit.

⁸⁸ A conexão à rede capitalista envolveu a região na busca do desenvolvimento, do moderno e desestruturou/reestruturou as suas relações sociais, políticas, materiais e culturais anteriores, que passaram a ser representadas como símbolo de atraso e de ausência de civilização. Porém, o que deve ser observado é que tal reestruturação destituiu a população local de suas lógicas, de suas formas de produção material e imaterial da vida, de seu conhecimento, de suas técnicas. A autora nos dá uma idéia de que a conexão à rede urbana do Centro-Sul alterou muito mais do que a dinâmica econômica regional. Cf: LESSA. **Trem-de-Ferro**: Do Cosmopolitismo ao Sertão. Op. Cit.

⁸⁹ THOMPSON. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**, 1998, p. 284,285

A incipiência do mercado abria espaço para um mercado no qual as relações capitalistas passaram a vigorar e dar impulso às atividades. As teorias da preguiça, da miséria e da pobreza, se consideradas as lógicas, as técnicas e o conhecimento local são infundadas, ou necessariamente, esse descaso com o tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima e na qual as tarefas diárias parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade⁹⁰, e ainda assim, trabalhos cotidianos não são deixados de lado em favor da preguiça e da indolência. Alternativas são buscadas por esses trabalhadores e elas podem ser percebidas na ocupação espacial e nas formas de trabalho realizado por eles.

Ao abordar esse assunto, Sena comenta que as regiões do Brasil – e aí incluímos o Norte de Minas e o sertão nele presente – aparecem como uma construção em muitos discursos que costumam tratá-las como espaços geográficos separados econômica e politicamente. Essas regiões são espaços construídos e prenes de historicidade.

A baixa densidade demográfica, as características físicas, o clima, são algumas das características em comum registradas, tanto dos pesquisadores europeus quanto dos estudos recentes sobre a região, traçando um perfil semelhante, se não idêntica ao de outras regiões.

Isso pode ser atestado nas análises de Anete Marília Pereira, no qual a população não se distribui de forma regular no território e a maior concentração – equivalente a 20,83% do contingente regional – ocorre em Montes Claros, único município com mais de 100 mil habitantes⁹¹. Ao discorrer em termos gerais sobre a região, ela faz o seguinte comentário:

O Norte de Minas é considerado a parte nordestina das Minas Gerais pela semelhança socioeconômica que apresenta em relação ao nordeste brasileiro. Trata-se de uma região que vem passando por um significativo processo de urbanização, o que tem contribuído para a formação de novas espacialidades. Minas Gerais é um estado que apresenta desigualdades regionais. O estado é dividido em mesorregiões. O norte de Minas é uma região composta por 93 municípios. É uma área de transição entre o domínio do cerrado para o da caatinga. Do ponto de vista socioeconômico, a região é reconhecida pelos baixos indicadores que apresenta.⁹²

Com olhar atento voltado para o sertão da contemporaneidade e focando particularmente o norte mineiro, Anete Marília Pereira menciona, na história da região, muitas

⁹⁰ THOMPSON. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**, 1998, p. 271.

⁹¹ PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte - mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004, p. 15

⁹² PEREIRA, **A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões**, 2004, p. 11.

tentativas de implementar políticas de desenvolvimento⁹³ por parte do Estado, que poderiam servir para eliminar o estigma de lugar não desenvolvido. Observa-se, contudo, que os esforços governamentais não alteraram o quadro de desigualdade social típico dessa parcela do Brasil desde os primórdios de sua ocupação.⁹⁴

A região ainda é identificada como sertão, tanto pela densidade demográfica, que permanece baixa em quase todos os municípios, como pela agropecuária tradicional que continua sendo a atividade praticada pela maioria da população.⁹⁵

Associada a tal fato, perduram concepções que vieram a público já à época dos viajantes, que se referem à miséria como marca da região, contribuindo para a cristalização de uma imagem hegemônica do sertão das Gerais.

Isso, entretanto, não se insere neste estudo como uma visão única e exclusiva do que seja o sertão, muito pelo contrário, ela é questionada e entendida como concepção elaborada a partir de um olhar que não enxerga a fundo o universo do homem do sertão, sendo, portanto, vulnerável ao estranhamento, à parcialidade e a equívocos epistemológicos incontornáveis.

A construção do conceito de um universo sertanejo geralmente se dá tendo como ponto de partida um referencial externo, o que, inevitavelmente, prejudica a análise do objeto pesquisado, uma vez que ele é visto sempre em oposição a algo “civilizado”, a um estilo de vida “superior”.⁹⁶

Por isso, preferimos olhar o Norte de Minas como espaço marcado pela diversidade social, demográfica, cultural e econômica, em que a pobreza e o deserto não constituem elementos únicos de caracterização.

A cidade de São Francisco, e por extensão a região norte-mineira, antes quase isolada e vivendo, senão relações pré-capitalistas, pelo menos relações relativamente não-capitalistas, é integrada a um mercado mundial, passando a transitar para o capitalismo.

⁹³Dentre as ações governamentais está a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que, a partir da década de 1970, favoreceu o surgimento de indústrias na região norte-mineira, principalmente em Montes Claros. Esse processo se iniciou em 1963, quando a Sudene, por intermédio da Lei 4.239/63 (art. 39), incorporou ao Nordeste a área mineira do polígono das secas. Ver: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da Sudene. In: _____ (et al). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000, p. 46.

⁹⁴A autora salienta que a urbanização é significativa, mas não homogênea, concentrando-se em apenas algumas cidades: Pirapora, Janaúba, Salinas, Januária e Montes Claros. Considera que, em comum, todos os municípios se caracterizam por seu estado de pobreza - fator importante para entendermos a realidade vivenciada pelas populações sertanejas neste espaço. PEREIRA, **A urbanização no sertão norte-mineiro**: algumas reflexões, 2004, p. 11.

⁹⁵ PEREIRA. **A urbanização no sertão norte-mineiro**, 2004, p. 29.

⁹⁶JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 35, jul.-dez. 2006.

A região vai se transformando, incorporando uma nova lógica e caminhando para um novo modo de viver e de se reproduzir. Outros elementos vão se tornando mais presentes no espaço e o modo de vida local vai se transformando em favor dos interesses de diversos grupos.

Partindo dessa proposição, entendo que o seu isolamento não significou, de forma alguma, ausência de civilização e de cultura e muito menos, do ponto de vista econômico, falta de produção de bens materiais. O que tivemos foi a conformação de relações econômicas desvinculadas do mercado e do lucro.

É interessante observar que a pobreza foi associada à ausência das relações mercadológicas capitalistas, nas quais, a produtividade do trabalho é associada à manutenção dos trabalhadores em condições materiais próximas e às vezes abaixo dos limites da sobrevivência. Isto parecia não ocorrer na região, já que a população local dispunha de estratégias que pudessem contribuir para sua sobrevivência e de ações mercadológicas com o intuito de conquistar as benesses e suprir suas necessidades.

Outro fator que contribuiu para a projeção da imagem de atraso e ausência de civilização foi o da quase inexistência das instituições do Estado de direito na região. Pelo contrário, a existência de um código cotidiano de leis e de relações pessoais, no lugar das relações impessoais, tidas no ocidente como essenciais para a existência daquele tipo de Estado, foram interpretadas, na maioria das vezes, como desordem e tirania dos grandes proprietários sobre a população local.

Ao analisar a dinâmica do poder local no sertão, percebemos a presença de princípios baseados na reciprocidade e na dádiva e não aqueles que encontramos nas relações mercadológicas, determinantes da dinâmica política, social, econômica e cultural na região, desenvolveram-se devido ao seu isolamento, à margem da economia de exportação, do mercado.

Segundo Rodrigues⁹⁷, a sociedade que foi constituída no Norte de Minas ficou marcada pela sua dispersão espacial e por uma relação de dependência entre os pequenos produtores em relação aos grandes produtores. A autora enfatiza que a falta de investimentos estatais em suas potencialidades, teria contribuído para a passividade da população e para a falta de organização política. Por consequência desse imobilismo e autoritarismo, “o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaria para produzir o

⁹⁷ RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: _____ (et.all.) **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

subdesenvolvimento”.⁹⁸ Entretanto, essa passividade pode também ser interpretada como relativa.

O apelo à “violência na resolução de conflitos, ainda que de pequeno porte, foi apontado como prática não só legítima, mas imperativa nesta dinâmica social que naturalizava a existência de situações antagônicas”.⁹⁹ Neste contexto, a cidade de São Francisco ficou conhecida como cidade do *barulho*¹⁰⁰ e dos coronéis.¹⁰¹

Em muitas das produções e discursos historiográficos regional/nacional, tenta-se também desqualificar o lugar “sertão” a partir de considerações geográficas, com ênfase na questão do clima: o “sertão” seria um lugar deserto, marcado por um forte calor, bastante árido, atrasado do ponto de vista tecnológico e distante dos grandes centros urbanos, enfim, um lugar inóspito para se viver.

Percebe-se, no entanto, que o sertão é uma *região* complexa de múltiplos significados, mas, principalmente, uma região onde reside um povo de cultura com características peculiares. Partindo do que expomos, as observações e as representações construídas sobre o Norte de Minas são passíveis de equívoco, pois, procuram interpretá-lo a partir de matrizes européias.

Entre idas e vindas e a partir das leituras anteriores, uma tentativa de pensar uma História Social que pudesse contribuir para que outros sujeitos, até então esquecidos, lograssem um espaço como atores e sujeitos de sua própria história. A inversão desse pêndulo, valorizando as práticas cotidianas, as relações de trabalho, o repensar dos modos de vida e as transformações resultantes das políticas públicas nesses últimos anos, não foi uma tarefa fácil. Desvencilhar-me desses estereótipos e descobrir que esses trabalhadores não viram o “*trem da história passar*”, tampouco se acomodaram com a condição em que viviam, contribuiu também para repensar minha vida.

⁹⁸ RODRIGUES, Op. Cit., p. 119

⁹⁹ SILVA, Fábio Fernando Ferreira Silva. As Vozes das Gerais: norma e conflito no sertão sãofranciscano (1871-1888). In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de. (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010. pp. 39-74, p. 63.

¹⁰⁰ Barulho é denominação dada às violentas disputas pelo poder local, vinganças ou badernas, com efetiva ação da jagunçagem, a serviço dos desafetos ou dos coronéis.

¹⁰¹ O coronelismo foi uma prática política amplamente difundida durante a Primeira República (1889-1930), principalmente. Esse esquema unia as oligarquias locais ao governo Estadual e o Federal. Sua base de atuação era o chefe político local. O coronel de carreira militar mandava porque era coronel, já o chefe político local é coronel porque mandava. Neste sentido, quanto maior for sua capacidade de fazer favores, maior eleitorado terá e mais alto se colocará na hierarquia política, quer ocupe cargos administrativos quer não: será chefe municipal, estadual ou até federal. Cf: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III, V. 1. São Paulo: Difel, 1975.

Diante do exposto, percebo como o Norte de Minas Gerais e a cidade de São Francisco estiveram às margens dos padrões sociais, culturais, político e econômicos, moldados pela modernidade e progresso. O que tínhamos era uma região com um riquíssimo manancial de conhecimentos e técnicas que lhe davam as bases de uma formação social, de relações políticas e econômicas e de culturas, menos atreladas aos interesses do capital e do mercado. Relações baseadas nos princípios da reciprocidade e da dádiva.

Não há a pretensão de dizer que não havia conflitos, desigualdades e exploração do homem pelo homem, mas, repensar tanto as convergências como as divergências na região, baseadas em outras lógicas que não aquelas advindas da modernidade ocidental capitalista e racional - científica. E esta lógica era a base da estruturação de relações que a tipificaram.

Hoje, observamos que as mudanças nas relações de trabalho não vieram acompanhadas de modificações nas relações capital/trabalho, isto é, continuam a predominar relações informais, já que a maior parte dos trabalhadores não dispõe de vínculos formais de emprego.

Pode-se reafirmar que as transformações recentes na região são decorrentes, principalmente, de uma visão construída sobre o sertão e sua população, a partir dos escritos dos viajantes europeus no século XIX, caracterizando a região como vazia demográfica, populacional e civilizatório e suas populações não sendo reconhecidas como possuidoras de saberes e práticas passíveis de serem incorporadas pelas ações de promoção do desenvolvimento regional.

Em consequência disso, a população sertaneja teve sua cultura, modos de vida e valores desprezados, quer pelos viajantes europeus, no século XIX, quer pelas políticas públicas que transformaram a região. Essa realidade demonstra a arbitrariedade de tais práticas que não concebeu as populações residentes do sertão como autônomas do seu modo de vida. É necessário compreender a localidade definida como tal, possibilitando perceber a região em suas peculiaridades e particularidades, deixando um pouco de lado os estereótipos e encontrando essa pluralidade de entendimentos.

A partir dos argumentos aqui expostos, pretendemos demarcar um campo de pesquisa no qual prevalecem constructos sociais, políticos e econômicos sobre a região norte mineira, o sertão e a gente sertaneja.

Apesar das muitas contestações de que vem sendo alvo desde fins do século passado, o eurocentrismo ainda se faz sentir nos modos como essas pessoas são tratadas, especialmente no isolamento de regiões como o Norte de Minas. Uma análise categórica desta

região e, por conseguinte, de seus habitantes, não pode prescindir, obviamente, de uma alteração do eixo a partir do qual sertão e sertanejos são vistos, bem como grande parte da população brasileira.

Ao falar deste deslocamento do olhar, a análise não objetiva apenas apreender outro objeto: em lugar do litoral, o sertão, mas apreender o mesmo objeto, o sertão, de maneira nova, lançar sobre ele um novo olhar, com novas formas (ou antigas práticas que atribuem novos significados).

Desocupado e desconhecido, este território do vazio, tal como se apresentou aos viajantes, estava povoado de imagens, que hoje sabemos não serem gratuitas, pois dão conta dos modos de ser e estar de uma comunidade, de uma determinada cultura.

Compreendemos que não se podem ignorar o trabalho da memória, as narrativas orais de trabalhadores sertanejos e sertanejas e principalmente os ribeirinhos do Velho Chico que vivenciam as mudanças e tudo o que isso significa sobre o seu tradicional modo de vida.¹⁰²

O antigo preconceito como região problema, inviável ao desenvolvimento, não resolveu as questões que envolvem as vivências diárias de grande parte da população, tais como saúde, moradia, trabalho e educação. Desta maneira, as descritas formas de trabalho e alternativas buscadas por esses trabalhadores numa região cujas condições de acesso ao trabalho formal são limitadas e investimentos estruturais não alcançaram os objetivos propostos.

É necessário ir além da atuação do Estado como provedor das benesses do povo ou subestimando o mesmo e o seu poder de ação, como nas análises feitas por Chauí¹⁰³. Ressalta-se mais uma vez a mobilização e o poder de transformação dos trabalhadores e moradores da região. Se os tentáculos do Estado não foram capazes de prover o desenvolvimento necessário nessa visão de progresso tampouco foi capaz de torná-los inertes.

Assim, novas atividades surgiram e outras ganharam novos adeptos. Enquanto o pescador viu seu “peixe diminuir” com as mudanças ambientais e nas condições da pesca, ocorreu uma intensificação na produção das vazantes para dispor de um retorno financeiro que a pesca não mais lhe proporciona; os tombadores e areieiros, por sua vez, pelas dificuldades de arrumar um trabalho provisório em tempos de cheia, quando seu produto é escasso, procuraram “identificar-se” como pescador, para ter assegurado os direitos sociais;

¹⁰² PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

¹⁰³ CHAUI. **Cultura e democracia**. Op. Cit.

enquanto os barqueiros perderam sua freguesia, pois não apresentavam condições para realizar o transporte de mercadorias e pessoas, no período de seca e do lazer na praia, faturam com o transporte de passageiros e turistas.

Essas mudanças podem parecer corriqueiras mas de suma importância para estes trabalhadores e a partir dessas experiências que compõem essa realidade é que esses trabalhadores fazem e refazem o curso da história.

1.2 - OS SUJEITOS DA PESQUISA

Diante das questões mencionadas anteriormente, fui percebendo que era necessário ir mais além, buscar outros caminhos que me levassem à compreensão dessa realidade, de outros sujeitos que vivenciaram as mudanças não apenas como meros espectadores, mas como personagens ativos. Sujeitos que foram em busca das mudanças necessárias para a sobrevivência e sua realidade, mesmo com os conflitos, as contradições e as dificuldades cotidianas.

A cidade de São Francisco está localizada às margens direita do rio São Francisco, e este, tornou-se ponto de referência para seus moradores e para grande parte dos trabalhadores que dele extraem diretamente sua fonte de sustento. No decorrer dos anos, ampliaram-se os espaços de trabalho próximo às áreas ribeirinhas.

Para entender a dinâmica desses espaços presentes na pesquisa, é importante situar a cidade de São Francisco:



Fotografia 01:

Vista aérea da cidade de São Francisco.

Fonte: Google earth.

Disponível em: < http://www.mapas.acharei.com.br/satelite/brasil/estado/mg/cidade/sao_francisco/36935/mapa-de-sao_francisco.html >. Acesso em: 30/06/2012



Fotografia 02:

Vista panorâmica e parcial da área ribeirinha da cidade de São Francisco.

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura

Ao questionar sobre a realidade desses trabalhadores, todos fazem referência às condições atuais do rio São Francisco. Na ocupação de suas margens, vários sujeitos sociais, pertencentes a diversas culturas, vão se incorporando e organizando-se com modos de vida diversificados na mudança e ocupação do espaço.

Pelas condições climáticas, pelo desmatamento e pela falta de cuidados necessários à sua preservação, não apresenta as mesmas condições às quais esses trabalhadores se acostumaram durante muitos anos, como a pesca em abundância e a fartura na lavoura de vazantes. Porém, as mudanças não podem ser associadas apenas às condições do rio São Francisco, mesmo porque vivenciamos um período de transformações em que, para suprir as necessidades básicas da família, com as formas de trabalho que predominaram em outras épocas já não são suficientes. Além disso, surgem outras oportunidades de mudanças para todos os membros da família.

Era possível, mesmo movido por fatores alheios à sua vontade e poder, buscar alternativas, outros meios, tanto para os provedores da família quanto para os filhos. A cidade não tinha sentido para esses trabalhadores diante do rio, e nessa dicotomia entre campo e cidade, a segunda se apresenta como mera coadjuvante no conjunto das relações de trabalho. São estes trabalhadores que chamaram a atenção no período de formulação desta pesquisa.

Assim, tento provocar e evidenciar silêncios nas entrelinhas das fontes consultadas e leituras feitas no decorrer destes anos foram fundamentais para possibilitar respostas a muitas dessas questões pertinentes à história desses sujeitos sociais.

As leituras ajudaram-me a trazer a tona um debate que evidenciasse esses trabalhadores ribeirinhos em constante movimentação, o que demonstrou que a história e as experiências desses atores sociais não pode ser resumida apenas à ausência de um Estado de direito na região no decorrer dos anos.

Portanto, nossas discussões foram pautadas na tentativa de realizar uma pesquisa que dialogasse diretamente com todos esses sujeitos “excluídos” que desencadearam as relações de convivência, de trabalho e modos de vida, aliados a outros elementos históricos no Norte de Minas Gerais e todo o seu processo social ao longo de décadas e séculos. Daí, a necessidade de tentar compreender os meandros da formação territorial, populacional, econômica e política e, sobretudo, as reais condições dessa população. Portanto, ao pensar tais relações, buscamos analisar os indivíduos pluralizados e descritos como sujeitos dos processos por eles vividos.

O envolvimento e a ação, frutos de um longo processo de experiências, de aprendizagem e da capacidade inventiva desses atores sociais, revelaram-se constituintes de

uma construção histórica, diretamente relacionada com seus desejos, sonhos e perspectivas de um futuro melhor para si e seus familiares e por mudanças em sua realidade.

Tornou-se necessário fazer uma síntese histórica da região estudada e da cidade de São Francisco, que faz parte deste enredo, não por sua ocupação e por seu histórico sempre analisada de maneira pejorativa, ou não condizente com a realidade de seus habitantes. São homens e mulheres, que vivem na região em busca de melhores condições de vida, sobretudo, com o sonho de poder conquistar as mudanças em suas vidas, num ambiente conflitivo com seus sonhos e desejos, construídos a partir dos projetos e ideias que os incentivavam a produzir e reinventar suas formas de trabalho, de modo multifacetado e criativo.

Famílias inteiras que entre urbano e rural, entre lugares que se transformam em espaços que se modificam em lugares vivem o sertão, convivem entre e com as músicas, as rezas, os ritos, as tradições e assim preservam e resistem entre o real e o simbólico, entre a memória em ter uma percepção ambiental não só como utilização do espaço, mas como representação do eu, do outro e do “nós” neste espaço.

Migrantes que já foram com outros familiares na esperança de encontrar um espaço de vida, mas que sempre retornam à região. Pescadores, pequenos agricultores, tombadores de areia, barqueiros, homens e mulheres, são todos nossos sujeitos acompanhantes nessa viagem de investigação pelo sertão mineiro, nas margens do Rio São Francisco.

São os sujeitos diversos que fazem a vida nesses lugares e ali extraem o necessário para sua sobrevivência; elaboram estratégias de lutar por condições melhores; organizam-se a fim de buscar, no coletivo, mecanismos de luta por conquista de direitos.

No vale do Alto-Médio São Francisco existem milhares de famílias ribeirinhas que exercem, de forma artesanal, a pesca como sua atividade de trabalho. São populações tradicionais que utilizam equipamentos rudimentares para capturar o pescado e, na maioria das vezes, esses são produzidos pelos próprios pescadores. Suas técnicas de pesca e o conhecimento que possuem acerca do ambiente são compartilhados pelos diversos membros dessas comunidades, cujas populações tradicionais vivem a proximidade e dependência em relação aos diversos ambientes naturais e possuem, como característica, um profundo conhecimento do meio natural.

Na maioria das vezes os ribeirinhos acostumaram-se a uma vida de dificuldades e não reclamam. Nas áreas às quais vivem, as chuvas são escassas e a seca é predominante. Observa-se que nas cidades que a compõe, essa realidade vem se transformando nos últimos anos, com investimentos que vêm modificando essa realidade, devido aos programas governamentais, como o “Luz para todos”, “Pró-acesso”, a implementação do SAMU

(Serviço de Atendimento Médico de Urgência) entre outros, que podem ser vistos como sinônimos de melhorias para a população.

Outras áreas estão sendo exploradas de maneira eficaz, movidas por investimentos públicos ou privados. São Francisco tem um dos maiores rebanhos bovinos de Minas Gerais, sendo o segundo maior produtor¹⁰⁴. Sua economia consiste, portanto, na agropecuária, piscicultura, e está em andamento a exploração e extração de gás natural, além do comércio e serviços.

No entanto, sobrevivem atividades importantes para os trabalhadores na região. As formas de trabalho dos ribeirinhos aqui identificadas, são aquelas onde as pessoas têm no ato de capturar, extrair ou produzir meios de sustento em contato direto com o Velho Chico. Assim, todas elas praticadas essencialmente de maneira artesanal, tornaram-se atividades econômicas sustentáveis e viáveis para a população ribeirinha.

O uso de equipamentos simples, a ausência de relações de trabalho assalariadas e formais ou mesmo as referências históricas que relatam a falta de ambição por conquistas relativamente grandiosas contribuem para que essas formas de trabalho sejam desvalorizadas e desqualificadas por visões estereotipadas e preconceituosas.

Neste universo ribeirinho a ambição vai além das conquistas materiais, faz parte das conquistas cotidianas. O que, para alguns, apenas conquistas materiais podem ser sinônimo de grandiosidade e/ou riqueza, para outros, a satisfação dos prazeres e das necessidades imediatas a partir de seus trabalhos pode ser considerado um fator de extrema felicidade.

Percebe-se nesses últimos anos mudanças ocorridas no cotidiano dos trabalhadores do campo e da cidade que, a cada dia, se intensificam alcançando outros padrões de vida. As alterações provenientes dessas alterações “pregam” uma nova forma de viver que não pode ser padronizada e desprezando outros modos de viver.

È preciso considerar que há uma produção de viver a luta cotidiana e valorizar outras formas de luta e conquistas de modo diversificado, produtor de espaços e modos de vida não hierarquizados. O que se percebe, então, é que existem contradições sociais que se afluam nos âmbitos da vida cotidiana, longe da homogeneização que se pretende constituir.

Um dos trabalhadores que encontramos foi o “seu” Argemiro, pescador profissional, uma das pessoas indicadas para a entrevista, sendo um dos mais conhecidos e

¹⁰⁴ IBGE. Censo Demográfico 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/microrregiões> Acesso em 06/11/2011.

mais velhos. Chamado por todos como “Niu Paú”, encontrei-lhe na sede da Colônia dos Pescadores. Ainda um pouco tímido e receoso em conceder a entrevista, apenas aceitou quando um dos funcionários da Colônia insistiu.¹⁰⁵

Reside aí alguns fatores importantes na entrevista e no local onde realizamos. Nos últimos anos, vêm ocorrendo várias denúncias pela concessão de carteiras de pescador para pessoas que não atuam na atividade, beneficiando “*gregos e troianos*” e pessoas com diversos interesses.

Portanto, em tempos de “cassações” de carteiras, medo de denúncias, ou do entrevistador ser membro do governo, fiscal ou coisa assim, ficava o receio de falar algo que achasse indevido. Esclareci que não tenho interesses em prejudicar ninguém, apenas tinha o propósito de conhecer um pouco de sua trajetória, como vive, como é o seu trabalho.

A partir daí, percebi que ficou mais à vontade para a entrevista, mas é importante que se note as condições com que se deu a instalação dessas pessoas na cidade, envoltas em dificuldades, concorrência com outros sujeitos com demandas diferentes. O relato descrito pelo entrevistado, Argemiro tem base na condição de quem vivenciou este contexto, seja como morador da cidade, que teve a experiência marcante da migração em sua vida:

Vim pra cá em 1950, porque aqui era o lugar de escola, de coisa, nós morava na roça. Fazenda Picado, lá na Maria Baiana, no toco preto, perto do Pau de Sebo¹⁰⁶. Na época, o meu pai, mãe trabalhava na casa paroquial e só tinha eu, ela resolveu mudar pra cá... Na época eu era filho único, hoje são dez irmãos, e eu sou o mais velho deles. Vim pra cá, acabou, num estudei, porque daqui fui pro... com 7 anos eu fui pro Piauí, vim de lá com 12, 11, 12 anos...em 60 eu tava chegando do Piauí pra aqui, em 59, eu tava lá...em 59, em 60... dia 2 de outubro eu cheguei aqui.¹⁰⁷

Sair do lugar em que nasceu para residir em São Francisco não foi fácil. O fato de ser “*lugar de escola*” ou “*de coisa*” era um passo do reconhecimento da importância dos estudos que seus pais tinham para os filhos e da perspectiva de futuro. No entanto, “o lugar de escola” que se referiu, era uma cidade que não tinha grupos escolares suficientes para atender todos os interessados em estudar. As expectativas eram muito além disso.

Na década de 1950 até meados da década de 1970, o número de escolas em São Francisco era reduzido, contanto apenas com alguns grupos escolares, como o Colégio Municipal do Bom Menino, a E.E. Dona Alice Mendonça e a Fundação Caio Martins. Em todas elas, era necessário passar por um rigoroso processo avaliativo, de aptidão, para

¹⁰⁵ Argemiro Francisco da Silva, 72 anos. Entrevista realizada em 13/10/2011, na Colônia de pescadores.

¹⁰⁶ Pau de Sebo é uma comunidade rural localizada aproximadamente 60 km da sede do Município.

¹⁰⁷ Argemiro Francisco da Silva, 72 anos. Entrevista realizada em 13/10/2011, na Colônia de pescadores.

conseguir vaga nessas escolas.¹⁰⁸ As famílias que tinham condições de pagar um professor particular para seus filhos, membros da “alta” sociedade, conseguiam vagas. Ainda assim, percebia-se a divisão e a luta de classes presente nesse cotidiano.

A E.M. Bom Menino era destinada aos filhos dos ricos, pois exigia a compra de apostilas, material escolar exigido pela escola e, pelo número de vagas, atendia apenas aqueles que fossem aprovados no processo de aptidão. Apenas alguns alunos “*fora de série*” que pertenciam às camadas mais populares conseguiam vagas. A maioria dos alunos era de filhos de grandes fazendeiros, políticos, funcionários públicos, famílias tradicionais na cidade.

A E.E. Dona Alice Mendonça, era chamada de Ginásio, atualmente o Ensino Médio. Dividia-se entre aqueles que optaram ficar na cidade e continuar os estudos ali mesmo. Dessa forma, mesclavam-se um pouco as “classes” ali presentes. No entanto, os filhos dos mais carentes nem sempre chegavam a esta fase. Alguns tinham que abandonar a escola para trabalhar e ajudar em casa.

A Fundação Caio Martins era o outro ponto dessa realidade. Estudavam ali os alunos oriundos da zona rural do município, em diferentes níveis e idades e ficavam em regime de internato. Aprendiam a cuidar de animais, da plantação, a costurar, fazer pão e outras atividades. Alguns mudavam-se para a Fundação com sede na cidade de Esmeraldas, região metropolitana de Belo Horizonte a fim de concluir os estudos, outros ficavam até o fim e conseguiam sair com o diploma de técnico. Esse fato pode ser percebido ainda hoje pelos profissionais que ali trabalham, todos eles ex-alunos da Fundação que se aprimoraram e ensinam aos que chegam.

Outros fatores estavam presentes na “vontade de ir para a cidade”. Além do estudo, a expectativa de conseguir um emprego e proporcionar melhores condições para a família eram desejos que a cidade poderia proporcionar.

É interessante notar que as mudanças ocorridas na vida de Argemiro ocorrem num ambiente impregnado de conflitos e contradições, principalmente quando se trata de uma questão da apropriação dos espaços. Essas pessoas vinham para a cidade atraídas pela oportunidade que teriam morando nela.

Pode-se destacar aqui os discursos presentes sobre os impactos decorrentes desta nova realidade que surgia para os trabalhadores e as circunstâncias que entrelaçaram suas vidas à nova realidade para análises e entendimentos sobre o novo local de moradia. Com isso, é preciso discutir um período de relações, conflitos e interesses existentes na cidade.

¹⁰⁸ BRAZ, Op. Cit.

Recorremos à análise de Almeida para demonstrar as ações utilizadas que de certo modo interferem mesmo que indiretamente, na vida dos habitantes da cidade:

A cidade é o lugar onde as relações sociais revelam as diferenças de renda e de classe social. É simultaneamente, o espaço de todos e o espaço de alguns. Essa desigualdade é decorrente do poder conferido à propriedade privada do solo, que cria as armas de acesso à cidade. Nesta perspectiva, a cidade tem muitas cidades. Há a cidade daqueles que a planejam, daqueles que a produzem e daqueles que a gerenciam. Há a cidade que, embora nela residam, dela não usufruem. Há a cidade lugar de poder e a cidade lugar de miséria, lugar de lazer e lugar de trabalho. A cidade é hoje referência básica: para a vida cotidiana da maioria das pessoas. É um espaço conflitivo que expressa na sua organização o sistema capitalista. A produção da cidade é coletiva, mas a apropriação e segregação urbana tornam a cidade um lugar onde se concentram interesse e posições divergentes, pois é aí que o indivíduo e o coletivo se mesclam.¹⁰⁹

Esse fator de exclusão era um dos motivos que contribuía para muitos jovens deixarem de lado os estudos. Não foram inseridos no meio urbano por livre escolha, mas por conflitos e tensões existentes no meio rural. A escolha, por vezes livre ou movidas por pressões, aparentemente por um fator de adaptações culturais, econômicas e sociais, contribuindo para o surgimento de conflitos e dificuldades no meio urbano. Essas pessoas vão buscar outras oportunidades e possibilidades de sobrevivência num espaço que não era propriamente “seu”. Analisando que as transformações ocorridas pela intervenção estatal, via SUDENE, Rodrigues afirma:

Esses projetos não conseguiram gerar número significativo de empregos, capaz de reter a força de trabalho antes dedicada à agricultura de subsistência. Houve melhora significativa no setor de infra-estrutura, sendo a intervenção do Estado decisiva nesse aspecto. Contudo, observando-se a estrutura mais recente da economia local, continua a grande desigualdade de condições de vida entre os segmentos da população, tanto em áreas rurais, quanto em áreas urbanas e o baixo desenvolvimento da região com relação às demais do Estado de Minas Gerais.¹¹⁰

A autora afirma, ainda, que, contando com a presença forte do Estado, promoveu-se na região a diversificação com ênfase na industrialização, mas é necessário ressaltar que no mesmo período, na década de 1980 surgiram associações e sindicatos preocupados com a discussão e a promoção do desenvolvimento regional e com a garantia de melhores condições de vida dos vários grupos que representam.

¹⁰⁹ ALMEIDA, Maria Ivete Soares de(et.all). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Op. Cit. 14.

¹¹⁰ RODRIGUES, Luciene. “Contribuição da Agricultura Irrigada ao Desenvolvimento Regional: o caso do Projeto Jaíba”. IN: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000,p. 124

A população, principalmente entre jovens, tinha duas opções: migrava e procurava emprego em outros centros urbanos, deixando para trás a família, ou realizavam outras formas de trabalho na cidade. Argemiro passou pela experiência em cada uma delas:

Pescava com o velho Dio, ali com doze anos. Na época, num era nem pesca, era armar o barraco. Os peixes vinha à procura da gente, mas como eu era menino, num entrava muito no rio, ficava na barraca e ficava olhando para aprender. Ai ,depois a gente ia pescar. Menino, doze anos, fui pescando com o velho Dio. A pescaria era mais fácil do que hoje, era muito mais fácil. Além de ter mais gente, era cinco pessoas que ia pescar. Ai, a gente ia cercar e rastar. Hoje, você solta a rede, ela engancha, tem que ficar mergulhando pra arrancar os pau. Cê só pegava o peixe que vinha encostado, cercava e pegava. A facilidade era outra e num era muito. Você pegava muito era surubim, curimatá. Hoje, eles pegava mais surubim e num pega curimatá. A pescaria, antigamente, no meu gosto, era muito mais animada, porque cê ia pro rio e ficava 40, 45 dias no rio sem ta nem aí pra bagaça. Quem ficava pra trás que ficava. Eu levava só farinha e sal. Hoje, cê tem que levar feijão, arroz, óleo, entendeu? E tem vez que ainda num pega pra comer.¹¹¹

A entrevista com o senhor Argemiro reforça a hipótese da falta de recursos no meio rural e da esperança que se abre a todos os que adentram na cidade em busca de melhores oportunidades de vida.

É perfeitamente possível, sem ir a fundo, multiplicar os fatores pelos quais a região é considerada área do polígono das secas e uma das mais carentes do país. A partir desta realidade, os trabalhadores em busca de novas formas de organização e práticas; lutar e conseguir novos arranjos em função destas modificações.

As dificuldades encontradas por diversos trabalhadores na região norte mineira nos últimos anos, contribuía para que diversas pessoas buscassem novos postos de trabalho. As casas simples, na cidade ou no campo; os adornos de suas residências, como demonstração dos atos de fé; a simplicidade das vestimentas, como percebi, tornaram-se sinônimos de depreciação, mas vão muito além disso, expressam conquistas, formas de agradecimento, realização pessoal e modos de viver.

Assim, o seu modo de vida, sua relação com a natureza, foram se transformando ao longo do tempo em um processo constante de adaptação às mudanças ocorridas. Essa realidade se consolida em meio aos trabalhadores através de geração em geração, onde os pais repassam aos filhos seus conhecimentos e práticas como forma de dar continuidade ao trabalho em família.

Essas práticas podem ser percebidas em meios aos trabalhadores, principalmente em suas residências, onde os pais ensinam aos filhos como tecer a rede, limpar o peixe,

¹¹¹ Argemiro Francisco da Silva, 72 anos. Entrevista realizada em 13/10/2011, na Colônia de pescadores.

arrumar a tralha e na prática, quando os filhos os acompanham na lida do dia a dia no rio São Francisco.

Por muitos anos, pude perceber o trabalho realizado pelas famílias, principalmente naquelas que viviam na mesma rua ou próximas. Os pais sentavam em frente às casas, na calçada, e por ali ficavam por horas e horas tecendo a rede e preparando o material para o trabalho do dia seguinte, isso ocorria com frequência. Essa realidade vem se modificando no decorrer dos anos. As ferramentas de trabalho, como o anzol, a rede e a frequência que essas atividades eram realizadas, foram diminuindo com o passar dos anos.

Um dos problemas a serem enfrentados, eram os motivos desta realidade ter mudado tanto. Quais seriam as circunstâncias e as verdadeiras motivações para essas mudanças? O que mudou? E como essas famílias têm vivido?

Podemos perceber através das pesquisas que as mudanças históricas estão ligadas às transformações do meio, com a degradação e diminuição da pesca no rio São Francisco e de outras atividades ligadas a ele e também às mudanças nas políticas públicas para esta categoria. Nesse sentido, a necessidade de dialogar com os trabalhadores ribeirinhos e, por conseguinte, com a relação homem/meio, as noções de cultura entendida como um modo de vida¹¹² próprio da região.

A inversão desse olhar, atento às outras histórias e formas de luta e diante das contradições existentes no cotidiano, foi necessário uma leitura que privilegie o viés de interpretação que vêem os trabalhadores ribeirinhos como sujeitos no seu fazer-se, mediante as suas vitórias e derrotas, independentes das instituições mediadoras, atentos às várias nuances, entendendo que os espaços foram tornando-se um aprendizado para os trabalhadores rurais. O conviver com os conhecimentos adquiridos no cotidiano familiar, vai se imbricando e constituindo-se em novos momentos para as pessoas envolvidas, sem, contudo, valorar as instituições em detrimento dos sujeitos sociais que participam da ação concreta.

Ao longo deste capítulo, procurei historicizar a cidade de São Francisco em sua relação com a região norte mineira. Para tal, retomei aquilo que denomina-se de “peculiaridades” da região, num esforço reflexivo que pudesse caracterizar as especificidades da região, situando a cidade nela, e, portanto, considerando o contexto histórico como fundamental para o entendimento da realidade social. Os constructos sociais, políticos e econômicos atribuídos à região e à sua população necessitam de olhares mais atentos.

¹¹² WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1977.

Minhas dificuldades estavam entre outras, em repensar os objetivos da pesquisa: como articular uma visão de pobreza, carência e isolamento tão presentes em minhas leituras e nos preconceitos atribuídos à região? Ouvi, por diversas vezes a indagação: e os trabalhadores? Como se constituem? Como se organizam? As experiências de um número muito significativo de pessoas, inconformadas, buscam viver outra vida, seja mais farta e menos sofrida no que concerne às lutas diárias.

Suas expectativas, dificuldades, percebo-as ante a estas diferentes trajetórias, experiências e modos de vida expostas nas entrevistas. No meu dia a dia enquanto professor na Escola Estadual Sagrada Família, percebo e vivencio a realidade dos filhos desses trabalhadores.

Algumas indicações para a realização das entrevistas foram feitas dentro da sala de aula e aos poucos fui percebendo como lidavam com essa realidade, o que possibilitou-me um vasto campo de possibilidades de investigação. Algumas proposições ou mesmo hipóteses levantadas por mim deixaram de existir ao deparar com vários apontamentos que me direcionaram para novas fontes ou retornar às mesmas percebendo como as pessoas comuns aparecem e vivem processos imbricados de dificuldades e recorrendo aos “trabalhos ribeirinhos”.

Não mergulhei na pesquisa como algo pronto e acabado, do qual pudesse analisar todas as situações e condições que dizem respeito à trajetória desses sujeitos. Tentei evitar a tentação de alguns modelos de análises e versões já consolidadas acerca da vida destas pessoas, as retratadas como incapazes de se organizarem, ou mesmo como muito simples, sem a capacidade de reconhecerem a sua importância diante do mundo em que vivem. Tais indicações e omissões foram servindo como pontos de questionamentos nesta investigação, inclusive indicando a necessidade de interlocução com autores que foram essenciais para ajudar na realização deste trabalho.

CAPÍTULO II

PESCADORES, VAZANTEIROS, TOMBADORES E AREIEIROS: MODOS DE VIDA E RELAÇÕES DE TRABALHO.

Se num primeiro momento tornou-se importante repensar as condições em que se processaram modos de vida e relações de trabalho no Norte de Minas Gerais e a cidade de São Francisco, procurei neste segundo capítulo romper os silêncios e os desafios dos trabalhadores ribeirinhos nos diferentes ambientes de trabalho, seu protagonismo.

Perceber as particularidades de uma dada realidade é importante em contextos que não podem ser generalizáveis sob pena de ocultar e não desvelar tal realidade. O trabalho realizado nas áreas ribeirinhas não é algo novo, embora a sua visibilidade e importância sobre a realidade social desses trabalhadores são renegadas como já abordado em pesquisas anteriores. A questão em pauta seria a dificuldade, ou melhor, os entraves para reconhecer a presença desses trabalhadores em determinadas atividades relacionadas direta e indiretamente com o rio São Francisco.

Eles formulam configurações próprias de interpretar, objetivar e significar suas vidas, refletidos na organização política, econômica e social interna. Elaboraram suas vidas num território específico e criaram estratégias de reprodução social, conquistando novos territórios no processo histórico de povoamento da região.

No período compreendido pelas décadas de 1970 e de 1980, São Francisco sofreu uma explosão demográfica, devido à enchente de 1979. Esses números significativos apontam para a importância das migrações e o processo de urbanização de muitos trabalhadores.

Em primeiro momento, comparei os modos de viver desses trabalhadores, em seus diversos aspectos, seja em casa ou no trabalho, analisando as atividades realizadas no cotidiano e suas formas de organização do trabalho. Entretanto, é necessário adentrar na constituição destes sujeitos, suas atuais condições e perspectivas.

Em todo este processo de construção da pesquisa, tentei repensar a minha própria prática enquanto pesquisador, professor e acadêmico. Diante de determinadas afirmações, comecei a perceber alguns silêncios a respeito da história destes agentes sociais e decidi por tentar reconstituir essa trajetória, dialogando não somente com a história contada por suas lideranças, mas, sobretudo, buscando evidenciar as experiências desses trabalhadores.

Tive a percepção de que essas experiências passadas foram sendo reinventadas em outros espaços que não somente os oficiais, possibilitando que homens e mulheres não agissem como sujeitos passivos e amorfos. Suas histórias mais particulares estão marcadas

por muitas experiências que poderão dar dimensão do universo e dos embates concretos produzidos em sua realidade.

A maior parte dos pescadores artesanais herdaram a profissão, encarando-a como predestinação. São poucos pescadores que sobrevivem estritamente da pesca, sendo necessário participar da economia informal e realizarem bicos. O período da piracema (época em que a pesca é proibida por lei) contribuiu para essas atitudes. Consideram que a sociedade encara o pescador artesanal como um marginal, não sendo inserido na mesma, e a origem da opção pela pesca precisa ser considerada.

De fato, ao questionar o desempregado, transformado em pescador, sobre suas aspirações econômicas, esse é taxativo em dizer que gostaria de encontrar um trabalho urbano a continuar na labuta no rio. Para ele, o rio seria o local dos deserdados, dos que já estão definitivamente excluídos, apartados da sociedade; daí a razão pela forma quase hostil como é tratado pelo grupo ocupacional a que passa a pertencer, mas isso não é compartilhado por todos eles. As frustrações e o não reconhecimento das conquistas pelo trabalho são elementos importantes para esta análise.

“Pescador não é bandido”, eis o que recorrentemente se houve entre os pescadores, seja para contrapor-se aos olhos da fiscalização ou aos recém-ingressos na ocupação. Em último lugar, vem a afirmação da sua territorialidade, do direito de estar no lugar e dele retirar seu provimento, entendendo que sua sobrevivência reside na fruição daquele lugar.

O pescador não se afirma como munícipe, nem como trabalhador com direito ao livre acesso ao local de trabalho. Afirma-se, sim, como “gente do São Francisco”, gente das águas doces onde realiza sua atividade, por onde constrói certa coesão social, dentro e fora da família.

Logo que amanhece já tem morador no caminho do rio: chegando da pesca noturna, transportando os seus apetrechos e pescados. Outros vão cedo buscar água e tem também aqueles que acordam para primeiro banhar o rosto nas águas correntes, um gesto habitual e simbólico de iniciar o dia, de iniciar os trabalhos em companhia do “Velho Chico”. Assim, o reconhecimento desses sujeitos históricos, até então sem visibilidade histórica e social, possibilitou a compreensão do processo de busca pelos direitos políticos e sociais.

É necessário esclarecer alguns pontos sobre a escolha dos entrevistados. Não determinei um limite de entrevistados, tampouco dividi por faixa etária ou gênero. Em que pese isso, determinei a escolha desses trabalhadores, alguns por conhecê-los, por uma

proximidade que contribuiu para repensar a pesquisa, caso de Joaquim e Socorro, que são meus vizinhos com os quais compartilhei muitas das experiências relatadas em suas entrevistas.

Realizada na residência de ambos, no primeiro momento, procurei enfatizar a trajetória e o trabalho de seu Joaquim. No entanto, a presença de Dona Socorro me fez perceber que não era apenas o patriarca como provedor do sustento da família que fazia sentido entrevistar. Outras vozes surgiram, as experiências não eram apenas deles, mas compartilhadas com sua esposa no decorrer destes anos. As lutas, o sofrimento e as alegrias eram comuns ao casal. De certa forma, contribuiu para que eu pudesse compreender a importância das mulheres como donas de casa e também provedoras do sustento de suas famílias.

Outros trabalhadores surgiram a partir de referências anteriores, sejam pessoais ou espaciais, principalmente pelo local de trabalho, como Zé Pincel, João de Deus e Dirceu. As entrevistas com todos eles foram realizadas em seus locais habituais de trabalho, em horários que pudessem conceder uma entrevista sem o cansaço e a pressão de outras pessoas ouvirem o diálogo, mas à vontade para compartilhar suas experiências.

João de Deus e Dirceu encontrei no mesmo local, no porto de areia, porém, em dias distintos. São trabalhadores mais experientes, um dos portos de areia que encontram-se em pleno funcionamento na área urbana da cidade.

João Augusto e sua esposa, Juscelino e Dona Geraci se dispuseram a contribuir para a pesquisa por indicação de meus alunos da Escola Estadual Sagrada Família e moradores do bairro de mesmo nome, cujos habitantes, em sua maioria, são pescadores e vazanteiros. Mais uma vez, a presença das mulheres era constante em toda a entrevista.

João Barbosa, Dona Altina e Dona Adelina, são exemplos de trabalhadores ribeirinhos que expressam essa realidade. Encontrei todos eles não por acaso, pois é comum alguns trabalhadores passarem pelas ruas do bairro ao fim da tarde, atravessam o rio antes do pôr do sol, num ritual que pode parecer corriqueiro, mas repleto de significados para estes trabalhadores. O dia vai embora, fica a fadiga e o cansaço do trabalho. Esperava encontrá-los, não especificamente cada um deles, ao fim da tarde pelas ruas da cidade, algo muito comum nesse horário, mas aqueles que de fato expressavam o trabalho cotidiano, a fadiga e o suor de um dia inteiro de trabalho “no rio”.

Esses encontros foram aqueles que mais causaram impacto tanto pra mim quanto pra eles. Era muito estranho ser abordado na rua, vindo do trabalho, por alguém interessado em seus relatos. Pareciam achar “ser insignificante” ou “banal” o ato de subir e descer a rua

com suas tralhas. Causava estranheza alguém interessado em suas formas de trabalho, não lhes era comum.

Não especifiquei, inicialmente, as categorias ou as formas de trabalho por eles realizadas. Esse processo só foi possível no momento em que fui lidando com os depoimentos, lidando com o tempo e os espaços delimitados por eles. Ao mesmo tempo em que muitos situavam um momento em que a moradia e o trabalho ocorriam na vazante, também referiam-se ao período da pesca como atividade realizada simultaneamente ou por outros membros da família, como os maridos.

A partir do diálogo com esses entrevistados é que foi possível delinear os caminhos possíveis para as entrevistas, os marcos referenciais atribuídos por eles. O passado e o presente, por vezes distantes, por vezes próximos, eram atribuições quando estes tratavam as perdas e os ganhos com as mudanças ocorridas em suas vidas. Também não estipulamos a partir de quando ou um período nos quais as memórias seriam analisadas ou produzidas por eles, mas traços e momentos nos quais as mudanças em seus modos de viver poderiam ser evidenciadas ou com maior intensidade.

O sentidos atribuídos ao trabalho, por sua vez, são diferentes para cada trabalhador e seus espaços que dependem essencialmente das condições apresentadas pelo rio São Francisco.

2.1- PESCADORES E VAZANTEIROS DO SÃO FRANCISCO

As reflexões apresentadas nos levam a refletir sobre o modo como as pessoas vivenciam a realidade por meio de suas experiências. Estas são carregadas de múltiplos sentidos e não se passam somente no âmbito das idéias e pensamentos. A realidade desses trabalhadores não é somente o trabalho, fazem parte da vivência deles outros aspectos, como sentimentos, escolhas, vontades e desejos que são expressos no seu modo de viver.

Posso aqui expressar algumas características dessas famílias. A maioria são moradores de casas simples, localizadas em regiões periféricas da cidade. Os bairros Bandeirantes, Quebra e Sagrada Família são alguns dos lugares para onde se deslocaram nesses anos, constituíram famílias, construíram suas casas e ali ainda residem. Grande parte formada por famílias de pescadores. Essas regiões foram destinadas à moradia dos flagelados

da enchente de 1979¹¹³ e de outras ocorridas no decorrer destas últimas décadas. A cidade apareceu como alicerce para reconstruir suas vidas.

Além da localização e das casas “simples”, geralmente com 4 cômodos que vão se transformando de acordo com as necessidades de adequação do espaço e do crescimento da família, com filhos numerosos, netos e genros convivem debaixo do mesmo teto.

Dona Socorro e seu Joaquim¹¹⁴, como me acostumei chamá-los, pais de nove filhos e atualmente com três netos, se surpreenderam com a escolha para a entrevista. Seu Joaquim sempre teve a pesca como profissão e Dona Socorro, como ela mesma se identificou, era dona de casa, mas sabia exercer profissionalmente a função de “pescadora”. Essa tentativa de afirmação de uma profissão, terá sua importância evidenciada posteriormente.

Conhecia grande parte de suas histórias e de sua realidade, na casa onde frequentei por muitos anos na adolescência onde me receberam gentilmente. Ao narrar suas trajetórias e as razões pelos quais foram obrigados a se mudar para a cidade, o casal demonstrou uma situação desconhecida por muitos. Apenas quem passou os “apuros” sabe as dificuldades encontradas: a trajetória, a mudança repentina, são fatores que interferiram na vida dessas pessoas.

Eles não procuraram a cidade por um motivo qualquer, mas sua fixação naquele local demonstrava a força de vontade de lutar por uma vida nova, num ambiente totalmente diferente de seus costumes. Esse fato não era singular apenas na vida dessa família pois, com a enchente de 1979 do rio São Francisco, muitos foram obrigados a mudar-se para a cidade, em consequência desse fato, obrigados a deixar seus locais de origem, chegando e fixando residências, constituindo novas maneiras de trabalhar, de viver ou tentando dar continuidade ao seu trabalho realizado anteriormente.

Ao sair de seus locais de origem, continuaram a exercer suas antigas profissões. Ao ser questionado sobre as condições de trabalho em que viviam, Joaquim me apresentou a seguinte resposta:

Olha, de primeiro, a gente pescava muito. Eu mesmo já pesquei muito, subia e descia esse rio, de fora a fora. Eu vivia só de pesca mesmo, porque nós não tinha outro sustento. Nós morava na beira do rio mesmo, não só nós, mas um monte de gente, tudo família simples, de pescador. E quando a gente subia o rio, pra procurar um local melhor de peixe, a gente ficava era dias sem voltar pra casa. Eu saía assim e num instante você pegava peixe, hoje não. Não dá pro pescador manter a casa. Se você for viver disso, você morre de fome. Tem peixe, mas o peixe num da pra

¹¹³ SILVA, Valmiro Ferreira. **Uma enchente, uma história, um povo**: a formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. 2008. 86 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008.

¹¹⁴ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

you pagar as conta. Pagar água, telefone, luz e fazer feira, comprar remédio num dá. Dá pra é 100 conto, 40 conto quando pega né. E tem vez aí que a pessoa bate um mês, 15 dias e num pega nada. Isso eu falo porque eu já tenho costume. Quando eu ia pra lá, eu fazia uma barraquinha lá e ficava mais ela lá, na ilha, cuidando de vazante, pescando. Eu vinha aqui e fazia uma ferinha e levava e ficava lá, e às vezes vinha, ficava aqui uma semana. E num tinha esse tanto de menino pra ir pra escola. Nós ficava mais era na croa, arrochado lá.¹¹⁵

De certa forma, muitos trabalhadores afirmam as dificuldades e o esforço realizado, bem como a rudeza e as dificuldades encontradas em suas atividades. Joaquim e Socorro relembram o período da fartura na produção e no pescado com saudosismo de uma época em que, segundo seus relatos, havia “*grande fartura*”:

Você soltava a rede, quando a gente descia lá embaixo e catava, saía empinhado deles. Num tinha valor, ia soltando, na croa, soltando e jogando fora. Hoje, pescador dá graças a Deus se pegar 5 ou 6 deles. Pra você ver o quanto era farto os peixes. De primeiro, num tinha valor o cari. Eu vendia uma parte pra Colônia, que era um direito nosso, e os outros eu trazia pra cá. E num saia gente daqui comprando peixe. Hoje, você vai no rio pra pegar uma piabinha, tá difícil. Naquela época, eu ia era três vezes no rio, cedo, chegava 9 horas, voltava, 3 horas chegava e ai era só nove horas da noite. Aquele tanto de melancia, abóbora, feijão catador... Até as vazante hoje em dia num tá como era.¹¹⁶

O trabalho envolvia diversos membros da família. O pai pescava e trazia para casa; os filhos ajudavam a separar aquilo que era bom e o que estava estragado; a esposa no preparava a comida. O trabalho na pesca envolve múltiplos fatores e atores sociais, tendo em vista as dificuldades enfrentadas no exercício da atividade, sendo a pescaria centrada no regime de produção familiar, onde todos os membros da família de forma direta ou indireta contribuem.

Recordo que o ato de “brincar na rua” pelos seus filhos era deixado de lado quando o pai retornava da pescaria ou da vazante, apinhado de melancia, abóbora, feijão e outros, a alegria era geral, porque sabiam que, a partir daquele momento, estava garantida uma boa refeição por muitos dias. Poderiam, enfim, alimentar-se com alguns pratos de sua preferência, como o “peixe com abóbora”, “ensopado de peixe”, “feijão catador com toucinho e farinha”; a melancia fatiada ou com colher. Uma fartura por muitos dias.

No caso da família de Joaquim e Socorro, numerosa, com nove filhos e três netos, residem na mesma casa e alguns dos filhos não prosseguiram nos estudos, principalmente pela necessidade de buscar algum emprego que garantisse uma renda mínima, satisfatória e

¹¹⁵ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

¹¹⁶ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

imediate para ajudar em casa. A continuidade do trabalho dos pais ocorre quando os filhos, apesar dessa tendência, não conseguem algum emprego, mesmo temporário. Para deixar claro isso, recorro à explicação de Socorro quanto às dificuldades encontradas por um de seus filhos:

Olha, aqui em casa, dos menino, quem recebe mesmo é só Vanilson, porque ele toma remédio controlado e num consegue serviço por que começa a passar mal. Por isso que ele tem carteira de pescador. Mas tem o seguinte, todos os filho nosso, fora os pequeno, sabe pescar, sabe tecer a rede, desde novinho. Mas como num dava pros mais velhos viver só da pesca eles tiveram que buscar outro serviço, fichado.
117

Tecendo uma análise da fala de Socorro, percebe-se que há uma contradição presente, entre a necessidade de “sair para trabalhar”, “fichado”, e uma tentativa de (re)afirmação do aprendizado do ofício por parte dos filhos. Em todo caso, os filhos e netos realizam as mesmas atividades que seus pais e avós, movidos pela tradição e costumes, porém, com menor intensidade percebida há alguns anos atrás. Ela não desvaloriza o trabalho do marido, mas afirma a necessidade de um serviço que garanta à eles e à família uma remuneração fixa.

O pescador que, por vocação ou tradição, escolhe a profissão desde muito cedo não vê em sua ocupação motivo de vergonha perante a sociedade (a vergonha está na ausência de um retorno financeiro compatível com o esforço empreendido e com as necessidades da família) e sente-se ferido quando, no seio da categoria, surge um sentimento como esse. Eis o que recorrentemente há entre os pescadores, seja para contrapor-se aos olhos da fiscalização ou aos ingressantes na ocupação.

A construção de uma consciência da importância de seu trabalho e reafirmação de seus valores dá-se da seguinte maneira: primeiro, ocorre pela forma como reconhece o outro; segundo, pelos rituais de reafirmação da importância do trabalho; terceiro, pela afirmação do sentido de pertencimento ao lugar.

Os pescadores, neste caso, estabelecem, no processo de trabalho, uma relação de cuidado, preservação e valorização muito particular com o rio. Isso faz parte da construção do seu conhecimento, quanto maior a interação, maior a possibilidade de sucesso na pescaria, produzindo um sentimento de pertencimento sócio-territorial.

Na atividade pesqueira há um saber que é passado de geração para geração, como o ato de tecer a rede e tratar o peixe que advém da experiência e define escolhas estratégicas que influenciam diretamente o desenvolvimento da atividade.

¹¹⁷ Socorro Lima Costa, 49 anos, pescadora. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

Não havia necessidade de uma regulação formal – o território usado é definido pelo costume e práticas de trabalho. Esses códigos nativos entre pescadores artesanais ganham especificidades de acordo com a região e ajudam a desvelar as características simbólicas de uma atividade profissional tradicional.

As mudanças ocorridas no rio São Francisco, como o assoreamento, têm inviabilizado formas de trabalho tradicionais como a pesca. Os impactos decorrentes desses fatores passaram a comprometer o modo de vida dos pescadores(as). Muitos são forçados a deixar seus locais de origem, local primário de moradia, não conseguem manter-se na pesca. Isso pode acarretar uma desestruturação familiar muito comum entre estas pessoas.

O caráter estratégico está no comportamento apresentado por eles, que vivem nestas circunstâncias. As atitudes, a mudança de seus antigos locais de moradia, as conquistas de casas populares e as maneiras de se utilizar de estratégias viáveis para o trabalho surgiram como respostas às condições expostas. Estas respostas partiram da utilização de hábitos e costumes provenientes tanto de vivências rurais ou de experiências adquiridas em função das limitações postas pela vida urbana. Antes de “sair fora” do rio como se refere Joaquim em relação ao ofício de outras atividades, ele deixa claro que as conquistas do dia a dia para si e para a família é fruto da pesca:

A casa que moro com minha família é humilde, simples, mas foi tudo com dinheiro de peixe. Todas as coisas materiais que tenho na minha casa, como a televisão, o rádio, o fogão, tudo foi conquistado com muito suor e trabalho.¹¹⁸

O trabalho que advém da pesca, aponta para a satisfação profissional e a realização pessoal exaltadas por Joaquim são conquistas em que na sua trajetória como pescador vê a casa e todos os seus pertences materiais o resultado dessa ação contínua.

Em São Francisco as famílias de pescadores não se diferem muito e são basicamente do tipo nuclear (pai, mãe e filhos), em que o homem é o grande mantenedor do grupo. Mas encontramos famílias com outros membros (avós, tios, cunhados, netos, filhos casados, sobrinhos) todos morando na mesma casa. Neste contexto houve uma evolução relacionada à formação dos grupos familiares, que vêm ao encontro de vários processos de transformação social ao longo dos tempos.

Neste processo evolutivo, surgem novos grupos familiares, diferenciados do modelo de família nuclear, incluindo outros parentes e agregados. Em relatos apresentados por pescadores entrevistados, temos a confirmação destas mudanças e permanências nos

¹¹⁸ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

grupos familiares. Quando esses trabalhadores saem de seus locais habituais, traçam estratégias de sobrevivência que pode ter diversos sentidos.

Formaram-se no Vale do São Francisco, milhares de famílias ribeirinhas que exercem, de forma artesanal, a pesca como sua atividade de trabalho. Apesar de determinadas por pressões, tensões e conflitos no cotidiano, as formas de exploração, de investimentos, empregos em larga escala e a falta de oportunidades nos estudos são fatores que podem influenciar nas escolhas de suas profissões, mas preferimos pensar que não são meros reflexos, resultado apenas da “falta” de opções, das condições, mas frutos de suas escolhas.

São pescadores tradicionais que utilizam equipamentos que eles produzem. Suas técnicas de pesca e o conhecimento que possuem acerca do ambiente são compartilhados pelos diversos membros dessas comunidades, cujas populações tradicionais vivem a proximidade e dependência em relação aos diversos ambientes naturais e possuem como característica um profundo conhecimento daquele meio.

Do ponto de vista social, a pobreza é predominante em meio aos pescadores, agravada pela apreensão de valores culturais oriundos do acesso aos bens de consumo e duráveis. Os sentidos de pobreza são atribuídos por eles em relação ao acesso aos padrões de vida atual. O “*ser pobre*”, não significa necessariamente ser desprovido de bens.

As conquistas no dia a dia, fruto de seu trabalho, estão ligadas ao acesso aos bens de consumo, como a TV, DVD, sofá, geladeira, som e outros, além da proximidade com as instituições de ensino são mudanças significativas na vida desses trabalhadores. O acesso dos filhos à educação, para a maioria deles, tornou-se uma possibilidade para modificar a realidade.

Diante das transformações sociais ocorridas, elas se refletem nas condições físicas e sociais num ambiente no qual o trabalhador busca outros lugares para o trabalho ou moradia, uma evidência que a realidade social no qual esses sujeitos estão participando está em constante transformação e que a forma encontrada por eles é a de buscar outros lugares como sendo o seu. A fala de Argemiro é uma clara evidência dessa situação, das mudanças ocorridas. A pesca, neste caso, adquire importância para lidar com a situação vivida:

Eu fui agora esses dias, agora, saí aqui sô, só num levei feijão. Levei arroz, levei verdura... Fiquei lá terça, quarta, quinta, sexta, sábado, num peguei pra mim cumê. Você acredita que num peguei pra mim cumê? Você comia arroz só, porque peixe mesmo... A pescaria hoje tá muito mais difícil do que antigamente... O rio tem menos água. Porque chegava no rio, era uma coisa...Cê subia daqui até São Romão pescando... Você gastava 4 dias pra você ir e voltar pescando... Hoje você vai lá acampar um mês, é difícil pegar... Num dá pro pescador manter a casa. Se você for viver disso, você morre de fome. Tem peixe, mas o peixe num dá pra você pagar as

conta. Pagar água, telefone, luz e fazer feira, comprar remédio , num dá... Dá pra é 100 conto, 40 conto: quando pega né. E tem vez aí que a pessoa bate um mês, 15 dias e num pega nada...Isso, eu falo porque eu já tenho costume...Pra pesca dá... Só que é mais passar fome do que sustentar a família... Num tem peixe...¹¹⁹

Argemiro destaca um período em que o ato de pescar não era apenas ir á beira do rio, mas algo mais amplo: sair “descendo ou subindo” o rio, ficar acampado por dias e dias e voltar com o produto do seu trabalho e sustento. Em todo caso, ele relata como é o trabalho cotidiano dos pescadores profissionais que exercem a pesca de forma artesanal e dela dependem exclusivamente.

A pesca profissional, que está em estudo neste trabalho, é praticada de forma artesanal, é também uma das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco, havendo milhares de famílias ribeirinhas que se dedicam a esta ocupação, por vezes, há mais de uma geração. Fazer o próprio barco, tecer a rede, subir e descer o rio por diversas vezes e dias são características dessa forma de trabalho. Residem aí na fala de Argemiro algumas frustrações do dia a dia, como a de não conseguir pagar as contas, como água, luz, fazer a feira e comprar remédio com o trabalho que por anos ajudou.

Essas dificuldades atuais apresentadas por ele é uma realidade para todos os pescadores. A diminuição da pesca, da vazão das águas do rio contribui para os pescadores darem valor cada vez mais ao aos benefícios sociais concedidos pelo Governo Federal. Assim, o seu modo de vida e sua relação com a natureza, foram se transformando ao longo do tempo em um processo constante de adaptação às mudanças ocorridas.

Diante das oportunidades de investimentos ocorridas nestes últimos anos, como o acesso ao seguro desemprego(SDPA), aos programas sociais, como o Bolsa Família e além das facilidades de acesso aos financiamentos, em alguns momentos, Argemiro valoriza a compra de equipamentos necessários para os pescadores e ressalta sua importância, mesmo que a situação da pesca não seja favorável, mas os prazos e as facilidades encontradas por eles possibilitam a concretização de sonhos e desejos que não eram viáveis anteriormente, como pode ser percebido a seguir:

O cara, hoje, pra investir comprando o motor, se o cara for comprar o motor e falar assim: eu vou pagar só com o dinheiro da pesca e num tiver um seguro desemprego, que é daqui da Colônia, ele num paga não. Ele tem que chegar na época do seguro, que é agora, é, pelo menos eu vou pagar em 2012, né. Comprei o rabeta. Se eu for pagar só com o dinheiro dos peixe, o banco vai ficar sem dinheiro. É 1100. O motor foi 1150, o barco foi 1100, ficou por 2300. Se o cara for, na época do seguro que é agora, a pescaria tá fechada, né. Vai fechar por uns 4 mês. Nunca

¹¹⁹ Argemiro Francisco da Silva, 72 anos. Entrevista realizada em 13/10/2011, na Colônia de pescadores.

deu do salário de não receber. Agente sempre recebe, o cara já tem que tirar e depositar. Ou então porque na pesca num dá. Ele tem que guardar pra pagar as prestação né. E pega um mês e guarda pra pagar as prestação e o outro fica pro de comer, porque num dá. Cê fica quatro meses sem pescar. Pescando, cê ta passando dificuldade.¹²⁰

Pescador, vazanteiro e aposentado, seu João Augusto, pai de 15 filhos, 12 deles ainda vivos, tem 50 anos e sempre trabalhou nesta profissão. A partir da vivência dele e sua família, faz referência ao período de fartura e as condições de trabalho anteriormente. Alegando que a necessidade de “comprar as coisas” na cidade, João Augusto demonstra a importância que a roça e as vazantes têm para as famílias ribeirinhas. Ao falar dessa forma, há nesse sentido uma valorização do trabalho exercido na roça e enquanto pescador que possuía “poder de compra” e acesso ao crédito.

Ao mesmo tempo em que as dificuldades parecem evidenciar que a anos atrás, o trabalho e as condições de vida eram precárias, não se pode tornar isso apenas como sinônimo de perdas, foi com este mesmo trabalho que lhe proporcionou a realização de sonhos. A roça proporciona uma condição melhor por tornar o “dinheiro imediato” desnecessário. Os recursos que a terra e a criação de animais lhes concedem, contribui para suprir as necessidades dos trabalhadores:

Na roça era bom demais, acho que era mais barato até as coisas. Hoje, na cidade tem hora que é bom, mas na roça é ainda melhor. Hoje, na cidade, você compra de tudo, se tivesse na roça você cria uma galinha, engordava um capado, tudo ajudava né. Plantava uma cana, peixe vendia! Na época em que se pegava muito peixe, todos nos conheciam e respeitavam. Hoje, não podemos comprar nada no comércio, porque não temos crédito. Meu fogão quebrou e não pude comprar outro, pois o comércio não nos considera trabalhador. Hoje aumentou o número de pescadores por falta de emprego na cidade. Antigamente, havia fartura de peixe, havia mercado, o pescador vivia melhor. Hoje ele pega um pouco, ou nada, e vive em grande dificuldade.¹²¹

A comparação entre a vida e o trabalho, na roça, em meados dos anos 1980, quando migrou para a cidade e as atuais condições na cidade é inevitável. O período da “fartura”, mais uma vez, é uma evidência de que a vida no campo e o trabalho como pescador eram favoráveis.

Ao relatar que “*no meu tempo era bão*”, a memória instituiu e elaborou uma outra vertente de rompimento (de convivências). O passado, tido como bom, impõe parâmetros para

¹²⁰ Argemiro Francisco da Silva, 72 anos. Entrevista realizada em 13/10/2011, na Colônia dos Pescadores.

¹²¹ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência.

compreender o sentido das perdas vividas no presente. Este passado pode remeter a um período em que havia ou que “*se tinha o que cumê*”, em que a fartura, não se limitava apenas à grande quantidade de peixes, mas a um período em que havia acesso facilitado ou imediato às necessidades básicas. O trabalho duro, cansativo, não era impedimento ou justificativa para deixar de lado suas formas de trabalho, mas discordamos da sua visão de que “hoje aumentou o número de pescadores por falta de emprego”. Essa visão, mesmo partindo de um pescador que conhece a realidade e todos aqueles à sua volta, é uma visão estereotipada e que não condiz com a realidade dos trabalhadores.

Os trabalhadores que entrevistei no decorrer da pesquisa, faziam menção ao fato de ser pescador não como uma simples necessidade, mas como determinadas escolhas. Deve-se levar em conta que para muitos desses trabalhadores, idéias e valores são diferentes para cada um. As diferenças estão nas experiências vividas individualmente, com interesses diversos. O que grande parte desses trabalhadores procuram, é obter melhorias nas condições de vida ou trabalho, estabelecendo e conquistando uma moradia, encontrar apoio e estabilidade.

Os sonhos e desejos levam o trabalhador a buscar uma realidade diferente daquela que vive, seja de comprar uma casa, uma vazante, uma TV ou mesmo de ganhar um pouco a mais e não são tomadas por esses trabalhadores exclusivamente a partir de fatores externos a eles, mas também baseadas em seus anseios e vontades.

Este passado, elaborado como um tempo bom, interroga o presente. Através do retorno a lembranças(vividas ou idealizadas), têm-se representações, interpretações e justificativas a respeito da vivência contemporânea.

Um dos aspectos que priorizei na entrevista, são os relatos de suas experiências em seus diversos trabalhos realizados nestes últimos anos, realçando as mudanças que ocorreram, os meios de lutar, as formas de trabalho e as atividades realizadas, bem como suas trajetórias. Nesse primeiro momento, João Augusto relata suas experiências de trabalho atual, sua rotina:

O lugar onde trabalho, onde fica, tinha vazante, fica no Bom Jardim. Ilha do Bom Jardim. Fica a mais ou menos uns 12 a 15 km. Venho na segunda, volto na quarta, volto na quarta à noite e venho na sexta feira. A gente tem também a igreja, responsabilidade na igreja. Então, a gente faz essa trajetória. Ela toda são 4 hectares, a vazante, fora a terra do alto, do rancho, num é casa, é rancho, para passar a noite. A vazante funciona da seguinte maneira: a roça do alto você planta milho, mandioca, fava. Meu terreno que é difícil o rio banhar. Fora a vazante, que todo ano o rio banha ela. E então nós tamo falando, a respeito de vazante, ela é fora. Agora, onde nós planta milho, mandioca, fica mais no alto, mais difícil lavar, não é todo ano. Milho, mandioca, feijão, cana, mamão, pimenta, siriguela, goiaba,

diversas coisas. Desde quando me entendo como gente, quando meu pai ia pescar eu ia com ele. E nisso, tô até hoje. Pescaria e vazante. É que eu não vivo só da pesca. Eu mexo com vazante, porque eu mexo com a roça, pra complementar. Porque ninguém vive 100% da pesca, e nem de roça também. Um pouco da pescaria e um pouco da roça! Não dá pra ter uma vida mais favorável, mas...¹²²

Quando se plantava a abóbora, arroz, feijão e deles tirava-se renda, havia a liberdade de comprar uma roupa, um calçado e “comer um ano inteiro”, é uma forma de valorização de suas práticas de trabalho.

Ao reconhecerem isso, no entanto, não particularizariam as circunstâncias do exceder a um fracasso pessoal. As fontes possibilitou-me notar que os trabalhadores dimensionaram (via leitura do presente pelo passado) os condicionamentos de suas vidas, em função de ações instituídas externamente.

José Rodrigues, vulgo Zé Pincel¹²³, 67 anos, pescador aposentado ou como ele se denomina, “*pescador fazedor de barco*”, isso, porque não vive diretamente da pesca, é uma dessas figuras muito comuns na beira do São Francisco e muito conhecido na cidade por seu trabalho. Todos os dias é possível perceber a presença dele em seu local de trabalho, na orla ribeirinha da cidade, onde se organizou para produzir os barcos .

Pessoa muito popular e folclórica na cidade, Zé Pincel é um desses trabalhadores que rodou o mundo em serviço, mas depois voltou para São Francisco:

Eu trabalhava, eu era cortador de pedra. Eu trabalhava com calçamento, em Januária, Itacarambi, Manga, Cidade da Lapa, Pirapora, Buritizeiro, São Romão, Santa Fé de Minas, esses lugar tudo eu já trabalhei. Trabalhei 24 anos nesse serviço. Aí , eu dei uma de querer enricar sem ser rico, entendeu. Eu trabalhei em 1961. O sujeito ganha um dinheirinho e acha que tá rico. Mas que, na realidade, não tá rico nada. Aquilo que eu ganhava com o que fazia, eu gastava à noite com as rapariga no cabaré. Então não tem muito. Eu sempre fui uma pessoa, que sempre na minha vida, foi um livro aberto, dos meus procedimentos, dos meus trabalhos, da minha convivência com o povo da mais alta sociedade, da mais baixa sociedade. Eu sempre tive uma relação muito boa com esse povo. Aí, a facilidade de viver, onde eu vivia por aí, mas nunca tive dificuldade com nada, não.¹²⁴

As cidades mencionadas por Zé Pincel, na entrevista, são cidades ribeirinhas. Na década de 1960, era comum a atuação de empresas de calçamento e extrativistas na região do rio São Francisco, e muitas dessas pessoas foram empregadas e deslocadas para trabalhar na região.

¹²² João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

¹²³ Zé Pincel foi uma das primeiras pessoas que requisitei para uma entrevista. Não consegui, no primeiro momento a realização da entrevista, pois o mesmo encontrava-se com problemas de saúde, não se sentindo muito à vontade, mas, posteriormente, se dispôs a contribuir com o trabalho.

¹²⁴ José Rodrigues de Queiroz. Entrevista realizada em 30/04/2011 em sua residência.

Ao retornar para São Francisco, passou a trabalhar como pescador e exercer outras atividades, como de barqueiro artesanal, designação dada por ele como “fazedor de barco”, algo que lhe renderia fama e prestígio por toda a região:

Tem 14 anos que trabalho com barco. A embarcação eu pego pra fazer, pego pra fazer, ou com a minha madeira ou com a madeira do comprador do barco. Então, a embarcação não é uma coisa que tem muita aquela coisa assim. Eu só faço ou só concerto. Outra coisa é um ramo que é muito explorado por pessoas, que, muitas das vezes, nem entende, mas de qualquer maneira a gente sobrevive. Não é grande coisa, mas, é aquilo que a gente dá pra fazer, continuar mexendo com isso. Eu já tenho 483 barcos feitos. Eu já fiz um barco para o SEBRAE, inclusive tem livros do SEBRAE, muita coisa nos jornais, na TV Grande Minas, passa muita coisa minha, sobre a embarcação, sobre o rio São Francisco, sobre a pesca. Como eu comecei a mexer com barco, essas coisas.¹²⁵

Assim como Zé Pincel, por volta da década de 1960, muitos trabalhadores passaram a exercer outras atividades, a fim de criarem chances de sobrevivência no espaço urbano. Todos os dias, podemos encontrar Zé Pincel embaixo de uma árvore na beira do rio fazendo seus barcos. Pescador aposentado, trabalhou como vazanteiro, cortador de pedras, pescador e barqueiro:

Como pescador, eu já trabalhei muito tempo. Entendeu. Mas, como vazanteiro, eu trabalhei na fase de adolescente, eu trabalhei com meu pai. Eu, ele, minha mãe, chegamos a trabalhar com ele, mas também foi por pouco tempo, não tinha muita grande bagagem com esse negocio de rio. Aí, eu comecei a virar pescador, comecei a trabalhar mesmo como pescador, em 1961. A pesca era boa. Tinha muito peixe. Tinha muito peixe. Tinha muita fartura de peixe. Hoje, não tem peixe. Pescador falar assim: ah, eu vou viver da pesca. Vive nada, moço. Ele pode viver do seguro desemprego que ele pega. Mas de peixe que ele pesca, não, não tem. Hoje, pescaria é só história. Hoje tem o seguro desemprego. É isso que tem. Não tinha carteira. Minha carteira, eu peguei em 1991. Quando foi em 2006, eu aposentei como pescador, porque eu já tinha contribuição e aposentei. Cheguei a receber 2 anos, porque, naquele tempo, você recebia com 4 ou 5 anos com carteira, você passava a receber. Hoje, não. Hoje é de ano em ano que começa a receber.¹²⁶

Assim como Zé Pincel, outros trabalhadores que exerciam atividades nas três últimas décadas do século XX em São Francisco, viveram e cultivaram os aprendizados necessários às atividades realizadas na beira do rio, seja como pescador, em vazantes ou barqueiros.

As necessidades de adaptação, como vimos, não se restringiram apenas às formas de trabalho. Vimos que, nos anos de 1960, a pesca surgiu como uma possibilidade de

¹²⁵ José Rodrigues de Queiroz. Entrevista realizada em 30/04/2011 em sua residência.

¹²⁶ José Rodrigues de Queiroz. Entrevista realizada em 30/04/2011 em sua residência.

sobrevivência frente à diminuição na quantidade da pesca. Esta substituição, naquele momento, talvez não fosse compreendida como um fato negativo, haja visto que as opções de trabalho eram significativas, possibilitando uma certa liberdade de escolha entre onde e como trabalhar.

Notamos uma concepção de que a atividade poderia realmente suprir algumas necessidades, e de que era, neste período, reconhecida como um trabalho, mesmo sob limitações várias.

Em todos os relatos daqueles que se identificam como pescadores, não há a separação entre sua atuação na pesca ou como vazanteiro. Assim como a maioria deles, buscaram em outros lugares fontes para complementar sua renda.

Dona Geraci viveu todo este processo. Uma das poucas mulheres que conheci durante minhas pesquisas e que trabalha como pescadora profissional. Ela e o marido, que também concedeu a oportunidade de compartilhar de suas experiências e memórias, foram essenciais para levantar alguns questionamentos sobre a importância exercida pelas mulheres dos pescadores:

Eu sempre trabalhei aqui como pescadora. Mas trabalhava com meu pai, porque a gente morava na beira do rio e, então, pescava com meu pai, em lagoa, no rio, porque, antigamente, não era proibido, porque hoje é. Então pescava com meu pai em lagoa, daí, de certo tempo, proibiu. Tem uns dez anos que proibiu pescar em lagoa. É proibido mesmo, tanto faz profissional, gancheiro. Qualquer um é proibido mesmo, por lei. E no rio, eu tô no rio tem quatro anos. Pescando com ele. Porque eu pesco com ele, aí, tirei minha carteira, porque até então, eu pescava mas num tinha carteira. E, agora, tem quatro anos que eu tenho minha carteira de pescador. Aí, eu vou, pesco, planta feijão, planta milho, planta abóbora. Então, a vida nossa é essa.¹²⁷

No decorrer da pesquisa, tive dificuldade para articular de forma clara as relações de trabalho entre pescadores e vazanteiros. Na maioria dos casos, as duas atividades coincidiam, sem separar distintamente um do outro. Até então, não encontrei “apenas” pescadores ou vazanteiros, mas ambas as atividades eram realizadas por todos e se constituem como um modo de vida e trabalho. A maioria exerce as atividades sem distinção. Poucos foram os trabalhadores que encontrei que não trabalham nas vazantes e obtêm outra fonte de sustento.

O caso de Dona Geraci é curioso. Ela é uma típica trabalhadora que viveu parte da vida nas beiradas do São Francisco, desde a infância. Essa entrevista foi aquela que mais

¹²⁷ Geraci Francisca da Silva Duarte. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

mexeu com os sentimentos, tanto do casal quanto os meus, que compartilhei durante quase uma hora e meia os momentos de alegria e emoção proporcionadas por eles.

Ao lembrar a infância sofrida ao lado do pai e da família, as lágrimas desciam numa mistura de saudosismo e orgulho de ter melhorado de vida e poder proporcionar aos filhos oportunidades, como estudar melhores:

Nós morava numa casa de barro. Sustentava desse jeito. Era da roça, a gente pescava em lagoa, pescava de anzol, pegava traíra e vendia pro finado Nilson, entendeu? Vendia pro cunhado dele, que tinha uma casa lá, e comprava os peixes na gente. Passava pro finado Altair Cordeiro, mas isso tem muitos anos, porque o finado Altair Cordeiro tem muitos séculos que ele morreu. Muitos anos. Então, a vida da gente era desse jeito. A gente ia pra escola, depois que chegava da escola, a enxada já está amolada. A gente chegava, comia ali de qualquer jeito, correndo, pegava a enxada e ia pra roça. Às vezes a gente ia fazer uma tarefa, e era à noite, com a candeia acesa, porque num tinha luz. A gente acendia a candeia, pra iluminar, e a gente ia fazer a tarefa à noite. No outro dia, levantava cedo, pra sair de casa 5 e meia, pra quando chegar na aula, 7 horas. Era longe, atravessava lagoa, atravessava lama, atravessava tudo pra chegar. Então, por isso, hoje, eu falo: tem tudo na mão, escola em cima do nariz e não quer nada. Então, antigamente, era muito difícil. Hoje não, o governo paga pra estudar e não dá valor. Difícil.¹²⁸

Reporto aqui, a algumas questões presentes na fala de Dona Geraci e ainda muito comum e presentes para diversos trabalhadores ribeirinhos, como pescadores e vazanteiros. Ao se referir à situação em que viviam há alguns anos, ainda na roça, reproduzem os locais de moradia e as formas de organização. Morar numa “casa de barro” ou “pescar de anzol” é muito comum entre os trabalhadores e leva a compreender “modos de vida” que se modificaram ou persistiram se não para dona Geraci, para todos aqueles que continuam nas roças, nas beiras do rio.

Com duas filhas, uma já formada no Ensino Médio e outra ainda estudando, Dona Geraci reporta aos momentos de dificuldades para estudar. Atualmente, com “a escola em cima do nariz” ou “o governo paga pra estudar e não dá valor” é uma forma de valorizar os esforços dos pais para manter os filhos na escola e uma perspectiva de melhora e de futuro, demonstrando para as filhas, que todas as conquistas foram fruto de muito esforço perante as dificuldades encontradas.

A oportunidade, portanto, de receber um auxílio do governo, como o Bolsa Escola a que se refere Dona Geraci, é uma possibilidade para que as filhas consigam melhores condições de vida para si e para outros membros da família. Em alguns momentos, a

¹²⁸ Geraci Francisca da Silva Duarte. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

interrupção da entrevista dava-se pela emoção de lembrar do pai e da vida sofrida durante grande parte da vida.

Reitero que a todo momento, tive que articular por uma necessidade lógica da pesquisa, as falas em que essas pessoas se referem ao trabalho na vazante ou como pescadores, extremamente interligadas.

As vazantes são pequenas propriedades, adquiridas ou dependentes da concessão de outros proprietários, localizadas às margens do rio São Francisco. Nessas propriedades, os vazanteiros retiram o sustento da família, com a criação de animais, plantio de frutas, hortaliças, verduras e também da pesca. Esses trabalhadores são perceptíveis no cotidiano urbano. No entanto, por serem considerados constituintes de uma parcela significativa de trabalhadores que passam despercebidos, pela humildade e simplicidade, mas, ainda assim, estão inseridos num contexto social que deve ser levado em consideração.

Em sua dissertação de mestrado, estudando os *vazanteiros* entre os municípios de Januária e Manga, no Norte de Minas Gerais, Cláudia Luz de Oliveira reconhece que essa população tem um modo de vida específico, marcado pela forma como interage com o ecossistema, através do domínio cognitivo sobre os ambientes que integram seu território e são a base do seu sistema produtivo. Em sua argumentação, é afirmado que:

As informações coletadas em campo me levaram a identificar três principais unidades da paisagem manejadas pelos *vazanteiros* – o *complexo terra-firme*, o *complexo ilha*, interligados pela terceira unidade, o *complexo rio*. O ciclo do rio define as dinâmicas ecológicas e, por conseguinte, as estratégias de manejo de cada uma dessas unidades. (...) Nas ilhas se subdividem em: a) sangradô; b) baixão; c) vazante, lameiro ou lagadiço; d) terras altas. O complexo rio promove a conectividade entre as unidades da paisagem, dando corpo e vida a uma unidade territorial que é básica para a manutenção do sistema produtivo e para a reprodução agroalimentar dos *vazanteiros*.¹²⁹

Na convivência social da beira do São Francisco, *vazanteiros* e *vazanteiras* se fazem gentes do rio. Espaços sociais são construídos, costumes e saberes são transmitidos entre crianças, jovens e adultos, constituindo, por assim dizer, espaços de trabalho, de lazer e de socialização. Onde no convívio entre os grupos e entre as gerações se aprende fazendo, os fazeres femininos e os masculinos.

Algumas pesquisas realizadas no âmbito de outras instituições e que enfatizam a História Social, têm procurado demonstrar as lutas de classes, as disparidades, as resistências

¹²⁹OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte:UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.p. 122.

de certas atividades que se consolidaram como habituais e cotidianas, considerando-se que a busca por compreender a influência do meio urbano, as experiências diversas de um conjunto de trabalhadores próprios da cidade, “que vivem no meio urbano com a persistência das “práticas rurais” e sobrevivem do plantio de hortaliças, criação de porcos/galinhas e de trabalhos com carroças”¹³⁰ são práticas muito comuns entre os trabalhadores em São Francisco, caracterizam-se por um modo de vida específico, nos diversos ambientes que constituem o seu território.

O ciclo natural do rio: seca, enchente, cheia e vazante - sempre possibilitou a essas populações o acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica, ou “lameira”, depositada em longas extensões das suas margens e nas ilhas, além de um farto suprimento de peixes que se reproduziam nas lagoas marginais.

Nas grandes cheias do São Francisco, as áreas planas das margens, principalmente no trecho médio da bacia, ficavam cobertas por camadas de água de um metro e meio a três metros e a inundação atingia até dez quilômetros de largura, a partir da calha do rio¹³¹.

A formação cultural dos vazanteiros, além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo o rio São Francisco, particularmente no período de intensa mobilidade.

Não se pode perder de vista a existência de componentes culturais comuns ao homem do médio São Francisco. Esta autora cita a linguagem e a literatura popular, os hábitos alimentares e medicinais como legados das migrações para a integração cultural dessa população.

Os estudos de Luz Oliveira sobre os vazanteiros apontam a diversidade de ambientes no complexo de uma paisagem que se mostra aparentemente monótona e uniforme aos nossos olhos, e que, sob o olhar dos vazanteiros, toma significados de grande densidade onde se faz complexas associações entre gênese, qualidade e restrições de uso em suas diferentes unidades. A energia de deslocamento das águas durante as enchentes vai moldando e dando fisionomia à esta paisagem, onde os solos são mais frescos que os da “terra-firme”.¹³²

Todavia, o sistema de trabalho dos vazanteiros e suas condições financeiras definem o local de moradia da família, que pode ser na ilha, na margem do rio ou na cidade. A vida das famílias é sempre marcada pela mobilidade do local de trabalho e moradia, que se adapta aos ciclos do rio: seca, enchente, cheia e vazante.

¹³⁰ ALMEIDA. **Encantos e desencantos da cidade**. 2005. p. 141.

¹³¹ OLIVEIRA. **Vazanteiros do Rio São Francisco**, 2005.

¹³² OLIVEIRA. **Vazanteiros do Rio São Francisco**, 2005.

O território vazanteiro também é conhecido como um território “móvel”, que pode ser demonstrado pela mobilidade dos grupos sobre o território e pela mobilidade física do próprio território, em função do ciclo do rio “cujas secas e enchentes alteram a área e os limites das ilhas, exigindo a redefinição do “pedaço de ilha” de cada família”¹³³

As áreas preferenciais para construir casas são na beira-rio ou na ilha: é aí que estabelecem moradias e constroem os sistemas de quintais ao redor da casa, com o plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais. Estes são criados em pequenos cercados ou amarrados para não causarem prejuízo nas lavouras e perturbarem os vizinhos. Para além dos quintais, são feitos os roçados. Estas formações denunciam, para quem “espia de fora”, que a paisagem do rio não é moldada apenas pelos ciclos das águas, mas igualmente pelas mãos dos vazanteiros que dele fazem parte.

A pesca, por sua vez, é uma atividade central no sistema de produção e consumo, tanto dos vazanteiros quanto dos barraqueiros, independentemente do registro como pescadores profissionais e do vínculo com a Colônia de Pescadores. A pesca é realizada no período de março a novembro e é considerada a atividade mais lucrativa. O pescado menor é utilizado para o auto- consumo e o maior é comercializado.

Nessas andanças à procura destes trabalhadores, tive a oportunidade de entrevistar D. Adelina. É comum, ainda hoje, vê-la subir as ruas do bairro, com um carrinho de mão empunhado suas tralhas¹³⁴, como denominam os instrumentos que trabalham e com os frutos daquilo que conseguiu extrair em mais um dia de trabalho.

Eu mudei da fazenda do Bom Jardim aqui pra cima, porque era mais perto, pra ficar movimentando de lá da vazante para minha casa. E trabalho até hoje lá. Lá, você vê galinha, porco, milho dentro de casa, mandioca na roça, tem farinha aqui que eu faço lá, arroz. Eu vou 5 horas da manhã. Eu planto feijão, milho, arroz, mandioca, mas esse ano a seca foi muito grande. E as coisas estão morrendo. Mas, milho, eu colhi e colhi um pouco de arroz. Em frente minha casa na vazante, hoje, tem umas praias seca, eu planto meus canteiros. A água sempre lavava minhas vazante. Mas esse ano, de dois anos pra cá, não fez mais isso.¹³⁵

No momento da entrevista, quando Dona Adelina compartilhou comigo suas lembranças, encontrava-se emocionada ao falar de sua realidade e da falta que os filhos lhe fazem. No entanto, não deixava de lado a esperança e vontade que sempre teve para sustentar filhos e netos, e demonstrava um orgulho de fazer isso com o fruto do seu trabalho, advindo da pequena vazante onde sempre trabalhou e conseguiu adquirir.

¹³³ OLIVEIRA. **Vazanteiros do Rio São Francisco**, 2005, p.17.

¹³⁴ Denominação dada às ferramentas utilizadas pelos pescadores, como rede, anzol, faca, molinete, etc.

¹³⁵ Adelina Alves Figueiredo, 63 anos, vazanteira. Depoimento concedido em 16/09/10 em sua residência.

Na busca da compreensão da história desses trabalhadores, ficou claro como mantiveram antigas práticas, mesmo que à primeira vista, um pouco arcaicas, como os vazanteiros, e/ou aderiram a outras, como é o caso da extração da areia, adequados aos seus objetivos. Desde cedo, instigou-me traçar um perfil de trabalhadores, que, mesmo com as mudanças da zona rural para a cidade, optaram por dar continuidade aos seus modos de vida, se não da mesma maneira, com aspectos semelhantes aos de antigamente, também ocasionadas pela instabilidade, pelas dificuldades diárias, sejam positivas ou negativas.

A grande dificuldade encontrada por Dona Adelina e todos os outros vazanteiros, cujas terras encontram-se nas proximidades do rio, é o período da cheia do São Francisco. Nas grandes enchentes, as casas são abandonadas, quando o rio cobre as ilhas, inundando a beira do rio, o barranco e as lagoas. É para as casas na cidade que migram para se protegerem dos ciclos de enchentes. Levam consigo, quando possível, mantimentos e alguns objetos, como colchões, vasilhas e roupas, além das criações. No entanto, o período da estiagem é marcante para esses trabalhadores:

Já umas três vezes já aconteceu isso, que deu sol, perde tudo. Mas, isso, pra perder tudo mesmo, foi o ano passado e esse ano agora, que foi mais pouco. **Prefiro perder com água do que com sol** (grifos meus). Mas, nesses dois anos pra cá, eu perdi com sol. Com água, eu já perdi várias vezes. Mas, perdeu, plantou. Com água você vai plantar de novo. Eu plantava e colhia, plantava algodão, mamão... Dava era muito saco de farinha, mesmo, pra minha despesa. Porque eu tinha uma família grande, muita despesa. Tinha umas pessoas que num tem eu dava pra eles... Um filho que tá sem emprego, eu dava pra eles, pra vender... Eu vendia muito mesmo era abóbora... Agora, algodão, milho, mamão, eu dava pra todo mundo. Vendia três, quatro saco, dez saco de milho: é baratinha, mas eu vendo. Mas, desses anos pra cá num deu nem pra criar meus porco, minhas galinhas...¹³⁶

Dona Adelina deixa claras as mudanças ocorridas nesses últimos anos. As perdas da produção, ocasionadas pelas mudanças climáticas, sempre foram constantes. Seja com as cheias ou com a estiagem das chuvas. No auge da produção, podia trabalhar e ajudar outras pessoas, principalmente os familiares. Isso é algo em comum, a solidariedade entre os membros. Em cada uma dessas etapas, em momentos de fartura ou de perda, sempre tentou refazer sua vida, seu trabalho.

Essa instabilidade e os prejuízos decorrentes, guardados em suas lembranças, significavam mais do que um simples trabalho, confundia-se com o prazer de viver, de contribuir para o sustento de sua família.

¹³⁶ Adelina Alves Figueiredo, 63 anos, vazanteira. Depoimento concedido em 16/09/10 em sua residência.

As justificativas apresentadas para preferir “*perder com água do que com sol*” constata o período das cheias, onde a perda da plantação é minimizada pelos saberes constituídos e experiências anteriores, de quando pode ou não manter o plantio: a água “banha” suas terras e, posteriormente, contribui para adubá-la para o próximo plantio. A seca, além de destruir a plantação, torna-se mais difícil para o vazanteiro ter que repetir todo o processo de cuidar da terra para o próximo plantio:

Nem precisava adubar, quem adubava era Deus. Deus passava água pra mim e ficava uma beleza. Você podia ver como o feijão dava fevereiro, março até junho. Eu plantava e tinha feijão dando, porque a terra tava molhadinha. Mas, fazer o que? O que Deus faz tá feito. Diminuiu mais. Mas dá pra sustentar a família, os netos que minhas filhas me deu, que Deus levou, mas dá pra sustentar todo mundo com feijão, arroz, farinha, tudo isso...¹³⁷

Thompson já alertava para estas questões, no qual “esse discurso com tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima e na qual as tarefas diárias parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade”¹³⁸ e a “orientação pelas tarefas diárias há pouca separação entre o “trabalho e a vida”¹³⁹.

O controle do homem, ou as necessidades imediatas desses trabalhadores, era suprimida por momentos em que a força imperiosa da natureza preponderava sobre as reais necessidades dos homens, no qual os “padrões de trabalho sempre alternavam momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva”¹⁴⁰. Nos períodos de trabalho, principalmente no período da seca (fevereiro-outubro), há uma intensificação das atividades para tentar sanar os prejuízos causados no período da cheia, em que o trabalho acaba sendo impossibilitado.

Para o pescador, o período da cheia é arriscado para a pesca. Enquanto o rio está cheio, os barcos de pequeno porte não se arriscam a enfrentar a mareta (ondas no rio), que por vezes balança muito o barco. Por outro, as condições são adversas, pelo próprio tempo e pela força da água. Além dessas adversidades, o período é marcado pela piracema, época de reprodução dos peixes em água doce. Joaquim relata a importância e reconhecimento de preservar e respeitar o período da piracema. É o momento para a desova dos peixes, em que é proibido a pesca e os pescadores recebem o seguro desemprego:

¹³⁷ Adelina Alves Figueiredo, 63 anos, vazanteira. Depoimento concedido em 16/09/10 em sua residência.

¹³⁸ THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 271

¹³⁹ THOMPSON, **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**, 1998, p. 271.

¹⁴⁰ THOMPSON, **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**, 1998, p. 282

Agora mesmo, é a época de parar por causa das águas. É o tempo das águas, de novembro a março, mais ou menos. Tem ano que começa mais cedo, tem ano que começa tarde. Já teve ano que choveu tanto que ficamos até o meio de março com o rio cheio, pra valer. Mas esse período é o período da desova né. Da piracema. Então, eles proíbem a pesca. Pescar mesmo, nessa época, só de anzol, porque com a tralha mesmo num dá. Não pode. Se os homem pegar, leva a tralha, a gente paga multa e cada um fica sem nada. Mas nessa época, pescador mesmo respeita né, porque, vai que, depois, nós podemos precisar e nós precisa dos peixe, se possível, grande. Mas ultimamente tá difícil.¹⁴¹

Enquanto a situação adversa ao trabalho continua, observamos que muitos desses trabalhadores buscaram outras soluções para o “desemprego”. É de se ressaltar que essas estratégias tornaram-se comuns não apenas no período da cheia. Alguns “efetivaram” trabalhos que não mais necessitavam esperar pela melhoria das condições de trabalho no rio. Joaquim, por exemplo, já trabalha como pedreiro em outros períodos do ano:

Olha, você vai pescar no rio. Hoje, eu tenho a tarrafa de tabela e rede. Eu tenho a malha da tarrafa 10. Se você pega um pexim desse tamanho aqui ó, e a polícia pega, a gente toma e multa. Aí fica pior. Você num pode pegar peixe pequeno. Em lagoa, você vai pescar, num pode. É proibido pela lei. Só de anzol e olhe lá. Lagoa pra nós num é liberado de jeito nenhum. No rio se você pegar peixe pequeno eles toma e multa ainda. Depende do caso. E aí, fui pegando, trabalhando e pescando, trabalhando e pescando. Quando o peixe arruinou mesmo, quando arruinou, e eu vi que num dava pra manter, aí eu saí fora de vez. Fui trabalhar como pedreiro. E eu vou no rio só pra pegar pra comer, porque, pegar pra manter a casa num dá. Dá não. Mas eu ainda sou pescador.¹⁴²

Para Juscelino e Dona Geraci, que são vazanteiros, a saída é voltar para suas casas na cidade por um determinado tempo até que a água volte a baixar e retomar suas atividades. Resta-lhes arrumar as tralhas, levar os animais para um local seguro, voltar para as casas na cidade e torcer para que a força da água não destrua tudo, como as casas:

Praticamente todo ano nós tem que deixar a vazante de lado e vim pra cidade. Todo ano mesmo. Tem ano que nós já perdemos tudo que tinha. A água chegou até a casa nossa lá, em cima da vazante. Mas já teve ano que ficou só na região que nós planta mesmo. Porque a vazante tem a área que nós planta e a área que tem as casa, os animais, como galinha que nós cria, o cachorro que toma conta de lá. Mas nessa época, nós já fica preparado, porque, se acontecer de chover demais. Igual, esse ano mesmo, começo cedo o tempo da chuva. Aqui mesmo, quem diria que ia chove nessa época aqui, no mês de outubro. Geralmente, ela começa mesmo em novembro, mais perto de dezembro. Porque dezembro chove mesmo. Dezembro e janeiro. Aí, nós tem

¹⁴¹ Joaquim de Jesus Costa , pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

¹⁴² Joaquim de Jesus Costa , pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

que pegar tudo e voltar pra cidade. Dá trabalho, mas nós num pode deixar nada, senão a água leva tudo.¹⁴³

Neste caso e em outros, Juscelino, a todo o momento refere-se à vazante, pois era o local onde retira a maior parte do sustento da família. A pesca já não é suficiente para manter a família. É necessário procurar outras alternativas para complementar a renda em casa.

As dificuldades estão também na comercialização de seus produtos. A quantidade da produção é insuficiente para proporcionar a venda mais abundante no comércio local. Não há, na cidade, uma feira ou um local que proporcione a comercialização desses produtos e, tampouco, incentivos por parte dos órgãos responsáveis para contribuir para melhorar essa situação.

Há alguns anos atrás, era possível vislumbrar com maior intensidade a comercialização de produtos da vazante pelas ruas da cidade. Atualmente, esse tipo de comércio vem diminuindo:

Às vezes, a gente paga uma pessoa pra vender mesmo na rua. Mas é pouco, não dá pra ir pros armazéns, porque os armazéns gosta de quantidade muita, mas como as vezes é pouco, vende mesmo na rua. Olha, melhorar as condições é mais difícil, porque as coisas que a gente colhe não tem preço. Pra você comprar, pra você plantar, tem um preço, na hora de você colher, de vender, tem outro preço. Bem menos do que você plantou. Então, as coisas nossa não têm valor. Hoje. Você vai compra um saco de feijão, ele tá valendo uns 150 conto. Pra você plantar, e quando você chega aqui, tá 90. Não tem como. E tem hora que você é obrigado a segurar, porque não compensa. Melhor guardar pro sustento da família. O que eu colhi no ano passado eu não vendi. Que é pra sustentar, tirar semente, pra não preocupar de agora de não ficar. Vai aqui, vai acolá. Então, já deixa ali junto, guardado.¹⁴⁴

A vazante do casal localiza-se na ilha do Lajedo¹⁴⁵, uma das mais conhecidas e onde se encontram o maior número de pessoas que ali trabalham. É surpreendente o número de famílias que, de fato, residem ali, na beira do rio:

É uma comunidade. O rio passa, é uma ilha no meio d'água. Passa o rio por aqui e um outro braço por aqui. Ela fica no meio, mas o Lajedo mesmo fica na terra firme. Mas por causa da ilha, colocou ilha do Lajedo, por causa do lajedo que fica na terra firme. Ela é assim, divide ela no meio. Então tem uma parte do lado de cá e outra parte do lado de lá. Então cada lado mora uma família. Então pra você atravessar ela você atravessa, mas passa no fundo da casa de um, de outro e depois

¹⁴³ Juscelino Ferreira Gonçalves. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência .

¹⁴⁴ Juscelino Ferreira Gonçalves. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência .

¹⁴⁵ Tive a oportunidade de conhecer a Ilha do Lajedo ainda no período da Graduação, quando propomos a realização de uma pesquisa com os pescadores para conhecer suas histórias, mas o projeto, pelo curto espaço de tempo, não foi levado adiante.

sai no rio de novo. Mas tem muito habitante na ilha. A maioria mora no lajedo e trabalha dentro dela. Planta lá e tem uma casinha no alto. Do lado de lá tem energia, uma casinha mais bem feita e na ilha não tem, uma casinha de barro, pra pessoa passar. Às vezes, a pessoa quer dormir, no outro dia de manha pra pegar no serviço. A pessoa passa a noite lá. Igual nós. Agora, a dificuldade nós acha porque o gasto fica muito nessa época. Pra você pescar e cuidar da terra e, plantar, é um pouco pesado e as coisas só aumentando cada vez mais. E o que agente ganha não da pra repor. A gasolina principalmente, o quanto a gasolina subiu. Nós comprava 20 reais de gasolina nós rodava quase dez dias. Hoje eu vou e fico 8, 10 dias, 15 dias, leva a feira. Levo o gelo. Ai eu fico pra pescar, cuidar um pouco da roça, pra adquirir alguma coisa pra trazer pra dentro de casa. Porque a roça é o seguinte, porque a gente gosta. Facilita muito. Você traz uma melancia, você tem uma fartura de uma melancia, de uma abóbora, de um milho verde. Então essas coisas a gente nem vende, porque a família da gente é muito grande. Tira pra um e pra outro. São todas pessoas de idade e não agüenta trabalha em roça.¹⁴⁶

Em todos os momentos da entrevista com o casal, o senhor Juscelino estava presente e fez questão de participar. A figura do homem é representativa como provedor do sustento e responsável pela família. A todo o momento, não deixava de ressaltar a importância da esposa, seja no trabalho em casa ou na vazante, auxiliando nos diversos trabalhos realizados e na maneira de organizar suas vidas.

Neste ponto, no artigo sobre a importância das mulheres nas sociedades pesqueiras, Edna Alencar¹⁴⁷ evidenciou uma realidade similar quanto às mulheres pescadoras, que quase sempre eram mencionadas como ajudantes no trabalho da pesca e não tinham reconhecimento por parte da sociedade local. E apesar de não se ter um censo confiável a respeito, é provável que, apesar do fato de as pescadoras não serem prestigiadas, o número de mulheres registradas na Colônia de Pescadores Z3 de São Francisco constitui-se mais da metade dos associados.

Pode-se afirmar que as mulheres têm uma participação ativa em todas as atividades, além de se dedicarem às atividades domésticas. Juscelino reconhece a importância de Dona Geraci ao seu lado:

O direito de cuidar dos filhos e da sobrevivência é de todos nós. A mulher tem que ser reconhecida e ter seus privilégios porque ela vai pra lida, ela trabalha, sofre tanto quanto nós, nos trabalho de casa, em tudo mesmo. Lógico que os trabalho pesado no rio e os perigoso eu num deixo ela fazer. Por exemplo, quando a rede engancha, eu que mergulho pra pegar, soltar ou então quando a gente vai pra vazante, eu vou no remo, porque é pesado demais e ela não agüenta muito tempo. Por isso que acho que ela tem o mesmo direito que o próprio pescador tem de ter sua carteira. Agora tá podendo, porque a mulher é parceira no trabalho, igual eles diz na Colônia.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Juscelino Ferreira Gonçalves. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

¹⁴⁷ ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. IN: FURTADO, Lourdes. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu paraense Emílio Goeldi, 1993.

¹⁴⁸ Juscelino Ferreira Gonçalves. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

A participação da mulher no trabalho da pesca é um processo de desenvolvimento de novas relações em longo prazo. Elas passam a participar de feiras, cursos de capacitação técnica, discussões políticas. Elas começam a descobrir sua capacidade também para a esfera pública. Talvez, este seja um novo momento em que se devem pensar novas transformações nas relações de trabalho, admitindo a importância produtiva das mulheres além da casa. Isso é perceptível no reconhecimento das funções exercidas por Dona Geraci:

Olha, eu trabalho o dia inteiro: limpo a casa, lavo a roupa, faço comida e ajudo ele na lida, seja com os peixe, com as tralhas. Quando tem que ir pra vazante, quando dá, eu acompanho ele, ajudo lá também, carrego as coisas, pego no remo também. Então, é assim. Eu acho importante o que eu faço, porque assim ajudo a sustentar nossas filhas, colocar alimento dentro de casa.¹⁴⁹

No entanto, tanto o papel de seu Juscelino e de sua esposa, Dona Geraci, quanto as demais entrevistas em que o casal estava presente, existe o reconhecimento de sua importância como um papel fundamental, concebendo a casa como lugar por excelência da mulher, mas o papel do homem continua sendo essencial para prover seu sustento, enquanto o da mulher não mais se restringe à casa, mas também em seus locais de trabalho.¹⁵⁰ Juscelino reconhece a importância que sua esposa possui no dia a dia, na pesca ou em casa:

Minha mulher às vezes vai sozinha pescar ou quando eu tenho que tomar conta de outras coisas, outros afazeres, ela fica pescando e toma conta de tudo. Depois que a gente chega, apesar de todo mundo tá cansado, é ela que vai cuidar da janta, cuidar dos filhos, da horta, do barco, da rede, às vezes está tecendo uma rede, fazendo uma tarrafá. Então, a mulher, ela está em todos os processos. Mas eu sei que tem homem que não aceita a mulher pescando. Porque, pra eles, eles é que tem que colocar tudo dentro de casa. O negócio deles é deixar as mulheres tomar conta de casa e só.¹⁵¹

Apesar de diversos estudos sociológicos e antropológicos se referirem à pesca como uma atividade masculina, cabendo à mulher as atividades de processamento ou venda do pescado, cresce a participação de mulheres nas tarefas que envolvem a produção pesqueira e nos espaços a ela relacionados. Contudo, mesmo que elas trabalhem em conjunto com seus maridos ou até mesmo sozinhas, identificam-se como trabalhadoras, importantes na participação no sustento da família e não como subordinadas e passivas em relação ao

¹⁴⁹ Geraci Francisca da Silva Duarte. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

¹⁵⁰ HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁵¹ Juscelino Ferreira Gonçalves. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

trabalho. Cabe, aqui, portanto, ressaltar o papel exercido por todas elas no dia a dia. Não são apenas simples parceiras, são sujeitos com ações que transformam suas realidades.

2.2- AREIEIROS E TOMBADORES: LUTAS POR UM LUGAR AO SOL

As experiências de vida são depositárias da sabedoria popular que, através do tempo e das palavras, ganham forma e se verbalizam como queixas, advertências, moral, desesperanças, esperança, busca de novas alternativas e, em muitos casos, apenas como espera da morte, mas ainda há aqueles que reúnem forças e acreditam em dias melhores, se não para si, ao menos para os filhos.

A constituição desses trabalhadores nos espaços e territórios urbanos, das relações sociais entre trabalhadores e seus modos de construir e viver o cotidiano da cidade, contempla os significados das diversas experiências sociais e das várias memórias e histórias de seus moradores. Foi necessário construir uma interpretação na perspectiva de dialogar com muitas memórias constituintes deste contexto. Ao trazer, principalmente, aquelas obscurecidas pela memória hegemônica, contribui-se para a produção de outras memórias, diferentes daquelas ditas oficiais.

As formas de organização, experiências, sentimentos e modos de vida dessas pessoas passaram a ser articuladas com outras possibilidades, fornecendo o diálogo com outras premissas teóricas-metodológicas.

Abordar a constituição desses trabalhadores no espaço urbano passou a ser um desafio metodológico. Como abordar a constituição de outras histórias e memórias de trabalhadores que se configuravam num ambiente de trabalho, por vezes comum, mas, partes integrantes de relações de trabalho, formas de organização e luta cotidiana? Foi necessário ir afincado, repensar métodos e caminhos para não torná-los apenas substratos da falta de oportunidades de emprego formais. Existe ali, uma rede de trabalho e formas de organização simples, informais, mas importantes para reconhecer as atividades realizadas nas beiras do rio.

O aumento significativo de trabalhadores que buscam meios de sustento alternativos,¹⁵² como os trabalhadores que vivem da extração da areia no rio São Francisco são respostas às condições, anseios e desejos que possuem. Em seus depoimentos, percebemos questões relevantes que nos levaram a pensar os problemas e as dificuldades

¹⁵² Minha concepção nos leva a pensar que no sistema capitalista, a exclusão passa por uma análise dialética. Ao mesmo tempo em que há exclusão social, os trabalhadores se incluem em outras atividades na luta pela sobrevivência e inseridos numa rede mercadológica.

encontradas por eles, obrigados à buscar outro trabalho para contribuir no sustento de suas famílias.

Ainda na elaboração da proposta desta pesquisa, era necessário deixar claro a quem me referia sobre os trabalhadores ribeirinhos, os modos de vida, as relações de trabalho e as reais condições.

As imagens constituídas em minha memória sobre esses trabalhadores são claras, no entanto, materializá-las não era uma tarefa fácil. Os atores sociais de antes, muitos não se encontravam no mesmo local. Era necessário localizar aqueles cujas experiências e memórias estavam situadas no período compreendido pela pesquisa, situadas nesse contexto. Tinha absoluta certeza que não seria fácil. Uma breve descrição ajuda a compor um pouco dessa heterogeneidade e os elementos presentes, como nas imagens a seguir:



Fotografia 03:

Tombadores e areieiros
Porto de areia localizado no bairro Luzia-
São Francisco-MG, julho de 2012.
Fotografia e acervo do autor

Na imagem acima, nota-se a presença de diversos trabalhadores, entre areieiros e tombadores. Existem elementos importantes na imagem, como os barcos, repletos de areia retirada do meio do rio; a utilização de pás e a grande quantidade de areia depositada às margens do rio.

A área da cidade situada às margens do São Francisco, historicamente, por diversos fatores, não é propícia às atividades ligadas à prática do plantio em vazantes. Essas áreas são localizadas do “outro lado” do rio, à margem esquerda e oposta da cidade, cujas regiões são compostas de grandes e pequenas propriedades, dispersas ao longo da margem esquerda, formadas por vazantes. Nas áreas localizadas no perímetro urbano, alguns locais são utilizados para a pesca artesanal, de maneira mais simples, com a utilização do anzol ou até mesmo das redes que não alçavam locais mais distantes. Outras favoreciam apenas ao transporte de mercadorias e pessoas até a margem oposta.

Naquelas que anteriormente serviam como porto para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, tornaram-se intensas a extração de areia, denominados de “*portos de areia*”, retiradas no meio do rio e comercializadas ali, como pode-se perceber nas imagens abaixo:



Fotografia 04:
Tombadores carregando o caminhão de uma empresa de construção civil.
São Francisco-MG, julho de 2012.
Foto e acervo do autor



Fotografia 05:
Tombadores carregando caminhão de uma empresa de construção civil.
São Francisco, julho de 2012.
Foto e acervo do autor

Além da comercialização da areia, nota-se a quantidade de pequenos barcos ao fundo, utilizados para a extração da areia no meio do rio. A venda da areia e o pagamento dos tombadores fica a cargo dos areieiros, responsáveis pela organização dos trabalhadores e pela negociação junto às empresas de materiais de construção que compram por m². Os valores são determinados pela oferta e pelas condições climáticas.

O mais famoso desses portos era do bairro Quebra. Algumas áreas da cidade foram destinadas para a construção de habitações para as famílias pobres em São Francisco, desde o fim do século XIX.¹⁵³ A cidade limitava-se a uns poucos quarteirões, e, portanto, referia-se ao atual bairro Quebra.¹⁵⁴

No entanto, muito antes de sua ocupação, as áreas da região leste da cidade, destinadas a este fim, limitavam-se onde se localiza atualmente o bairro Quebra, onde se encontram, ainda, habitações dos pescadores, vazanteiros, artesãos. Ali, vivem a maioria desses trabalhadores que atuavam na extração da areia. Atualmente, o porto já não existe. A área foi reestruturada e construída uma praça, denominada de “Praça dos Pescadores”,

¹⁵³ Ver: SILVA, Valmiro Ferreira. Uma enchente, uma história, um povo: a formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. IN: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de Souza(Orgs) . **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros, MG : Unimontes, 2010.248 p.

¹⁵⁴ BRAZ. São Francisco nos caminhos da História. 1977.

devido ao fluxo de trabalhadores transitando na área, com quiosques e bares que servem como atração turística para a cidade, como se pode observar nas imagens a seguir:



Fotografia 06:
Porto de areia do bairro Quebra
São Francisco
Foto e acervo da ONG PRESERVAR



Fotografia 07:
Praça dos pescadores
São Francisco, julho de 2012.
Foto e acervo do autor

No perímetro urbano, restam três portos de areia, que se constituíram nesses anos, após o fechamento daquele localizado no bairro Quebra. Ao chegar até ali, causou estranheza para muitos deles a minha presença, com um gravador e um caderno em mãos. Não é comum naquela área outras pessoas senão aquelas envolvidas com a atividade, freqüentar sem o local. Percebi a presença de algumas mulheres, que vez ou outra apareciam no local.

É surpreendente, até mesmo para mim, que por muitos anos visualizei essa paisagem, a presença de um grande número de trabalhadores, todos eles homens, jovens, crianças e adultos. Pela sua localização, encontrei alguns ex-alunos da E.E. Mestra Hercília, onde trabalhei por três anos, localizada próxima ao porto, em um dos bairros distantes do centro.

A escola atende alunos carentes, em sua maioria moradores do bairro Luzia, próxima à área conhecida popularmente como “*Cracolândia*”, pelo número de ocorrências policiais por tráfico de drogas. O fato de encontrá-los ali não surpreendeu, pois sabia que muitos deixavam de estudar para trabalhar naquele local ou eram presenças constantes quando não estavam na escola.

Recordo quando uma mãe, cobrada pela ausência de dois de seus filhos na escola, relatou que eles a obrigaram a comprar um barco e um motor rabeta para trabalhar no rio. Abandonaram a escola e foram trabalhar como areieiro e tombador.

Era necessário buscar aqueles que trabalham ali por muitos anos, que vivenciaram experiências e mudanças em sua organização e suas formas de trabalhar, cujo sustento provinha dessa atividade.

Priorizei nas entrevistas os trabalhadores que por ali se encontravam por maior tempo no ofício. Encontrei alguns desses que possuíam maior tempo de experiência na atividade: Vicente da Areia¹⁵⁵, Dirceu Nunes e João de Deus Pereira.

Tive a oportunidade de entrevistar primeiro Dirceu Nunes. Este sempre foi uma referência nessa atividade, pois Dirceu é sobrinho de Vicente, também conhecido como Vicente da Areia, um dos pioneiros na extração de areia na cidade:

O trabalho nosso aqui, assim, tem uma faixa de dez anos que trabalho, mais ou menos. A influencia do tio meu, ele mexia com areia e através dele eu vim trabalhar aqui e fiquei. Eu não tive a oportunidade de estudar, procurar um meio de vida melhor. Mas estou aqui até hoje. Comecei a trabalhar desde pequeno, e não tive

¹⁵⁵ Quando se deu a entrevista realizada com o senhor Vicente da Areia, ainda para a formulação do projeto de pesquisa, ele não mais exercia a função de areieiro. Passou a se dedicar ao atletismo e não consegui localizá-lo para a realização de uma nova entrevista. Mas seu Vicente é um dos mais antigos trabalhadores nessa localidade, onde por muitos anos, conseguiu o sustento de sua família somente com essa forma de trabalho.

aquele empenho para estudar, e tive que estudar e trabalhar. A época de estudar era de menino mesmo, de infância. De adulto você sai, para voltar é difícil demais. Tem família também. Atrapalha um pouco.¹⁵⁶

Dirceu é um antigo conhecido. Na minha infância, morei na mesma rua em que residia sua família: mãe, irmãos e sobrinhos, todos na mesma casa. Porém, todos percorreram caminhos diferentes.

É necessário aqui ressaltar as escolhas e as condições de trabalho apresentada por esses sujeitos. Essas formas de trabalho ganharam força e cada um desses sujeitos valoriza suas atividades, expresso em seus depoimentos, permitem vislumbrar as mudanças nos seus modos de trabalhar e viver.

João de Deus é um dos responsáveis para a distribuição e organização dos trabalhadores na área. É interessante ressaltar o respeito que cada um deles têm com os mais velhos na atividade, responsáveis também pelo pagamento dos serviços:

Moro aqui no centro. Sou amigado, tenho 4 filhos. Tem 22 anos que trabalho aqui. Os mais velhos aqui mesmo é eu e Dirceu. Os mais velhos. Olha, eu comecei a trabalhar com isso, porque aqui dentro de São Francisco não rola muito emprego. E quando aparece algum emprego é provisório, e agente precisa trabalhar todo dia e não tem como bancar as despesas da família não e o serviço daqui você pega diretamente, mas o serviço você trabalha, se quiser trabalhar diariamente, você trabalha, mas pra para de trabalhar só mesmo quando as águas do rio enche, aí o serviço não dá.¹⁵⁷

Apesar das contradições existentes, as dificuldades em conseguir um emprego formal são evidenciadas por João de Deus. É importante esclarecer que os trabalhadores, ao optarem por determinadas formas de trabalho, não são simples reflexos, mas frutos de suas escolhas. Trabalhar na extração da areia é uma alternativa para não se acomodar com a situação em que viviam e isso é significativo. Há uma contradição presente na fala de João de Deus, quando se refere que em São Francisco “não rola muito emprego” ao mesmo tempo que reafirma a escolha, que “vim aqui por conta própria”, como percebe-se a seguir:

Eu acho de tombador, a pessoa chama de areieiro. Há vinte e dois anos, eu sofri muito. Vim aqui por conta própria. Levanto as quatro e aí, aqui, qualquer um que dependendo da coragem que tiver, vem e encaixa na hora, um entra outro sai, depende da boa vontade da pessoa de querer trabalhar, porque não é fichado também, mas tem um trabalhando e chega outro e te mais serviço. Olha, na verdade

¹⁵⁶ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

¹⁵⁷ João de Deus Pereira. Entrevista concedida em 11/05/2011 em seu trabalho.

eu sou motorista, mas não pratico não, não trabalho não. Mas se tiver alguma coisa pra fazer nós faz, mas agora que tirei a carteira de pescador.¹⁵⁸

Como foi dito anteriormente, a afirmação de que “vim por conta própria”, “eu sou motorista” e quando João de Deus expressa que “tirei a carteira de pescador” evidenciam as escolhas feitas por ele, de continuar a exercer o ofício de areieiro apesar de outras possibilidades de trabalho. Demonstra ainda, as dificuldades desses trabalhadores não conseguirem organizar uma associação para defender os interesses da categoria. Entre idas e vindas, alguns permaneciam, outros continuavam, saíam e voltavam.

Em todos os portos de areia visitados na cidade, em média encontram-se cerca de 30 a 40 pessoas. Não há registro do número exato de trabalhadores que por ali passam todos os dias. A informalidade da profissão, a falta de uma associação ou do registro em carteira de trabalho dificulta a organização desses trabalhadores.

A maioria deles conseguia empregos “menos árduos” e abandonavam os portos de areia. Outros migravam para cidades maiores em busca de emprego, como Brasília-DF, Belo Horizonte, São Paulo e outras regiões. Entre conquistas e frustrações, voltavam para seus antigos locais de trabalho diante das necessidades encontradas.

Para grande parte desses trabalhadores, como é o caso da maioria ali presentes, a organização e constituição de uma associação torna-se desnecessária, tendo em vista que já estão associados e registrados, seja como pequenos produtores rurais ou como pescadores. Segundo Dirceu, que já tentou conscientizar os trabalhadores da área sobre a importância de organizar uma associação, essa situação contribui para o enfraquecimento da atividade:

Se a gente tivesse organizado aqui, uma associação, pra unir mais esse povo aqui, podia conseguir muita coisa, mas muita coisa mesmo. Por exemplo, a prefeitura poderia dar um apoio, porque a prefeitura precisa de areia nas construção, nas obras. E no caso nosso aqui, saía mais barato pra eles, porque funciona assim: os areieiro junta a areia aqui, organiza a distribuição e depois vem os caminhões, das empreiteiras, das lojas de construção, compra mais barato e vende mais caro pro povo e para a própria prefeitura. E ainda tem os atravessadores, que também compra aqui pra revender em outros lugares. Moço, aqui num tem muita coisa pra lucrar não, mas, se você tiver disposição pra trabalhar, dá pra tirar uma graninha pra sustentar os filhos. Mas num é fácil, não.

Chega a ser surpreendente o número de pessoas, todos eles homens, que por ali trabalham. Muitos vivem exclusivamente da extração da areia, enquanto outros se encontram ali provisoriamente, até conseguir “algo melhor” ou um serviço em outra cidade. Aqueles que

¹⁵⁸ João de Deus Pereira. Entrevista concedida em 11/05/2011 em seu trabalho.

conseguiram conquistar patrimônio, organizar e resistir ao árduo trabalho, transformaram a extração da areia em um grande negócio, assim como podemos perceber nos relatos de Dirceu:

Na média aqui, firme, tem uma faixa de 15 pessoas que trabalham direto, que trabalha da areia mesmo, que pega lá e vende aqui. Para sobreviver, mas, tem outros portos lá em cima, da venda de areia. A profissão, mesmo, ela num é registrada como profissão, tem mais no meio do trabalhador rural. O serviço é braçal mesmo, mas o serviço mesmo do tombador, eles pegam de lá e trás pra cá, vem um caminhão e enche com a areia para vender e pega e carrega o caminhão. Meu tio tem uma faixa de trinta anos que trabalha aqui. E é o mais velho nesse porto aqui. Aqui num tem uma faixa fixa de renda, tem mês que é bom tem mês que é ruim, mas período dá uma média de 700,800 reais por mês, quando tá bom mesmo!¹⁵⁹

Podemos observar que houve uma significativa ampliação dessas novas categorias de trabalho. Nesse universo, a alternativa de trabalho seriam ocupações informais, mas atribuem diferentes significados a estas experiências. A expectativa de conseguir novo emprego, em São Francisco ou em outra cidade que possa suprir suas expectativas, cria possibilidades e perspectiva de mudança de vida.

As atividades apesar das semelhanças nas funções, possuem denominações diferentes para cada uma delas. Aquele que organiza os trabalhadores é denominado de areieiro; aquele que carrega os barcos e os caminhões é o tombador:

¹⁵⁹ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.



Fotografia 08:
Tombadores descarregando a areia dos barcos
São Francisco-MG, julho de 2012.
Foto e acervo do autor

Em todos os casos, a retirada da areia do meio do rio, onde se concentra maior quantidade de areia, é uma atividade penosa, dura e não é exercida por qualquer pessoa pelas condições do trabalho. Ficar horas e horas do dia, empunhando uma pá, carregada de areia, retirando do barco, jogando na margem e depois carregando dezenas de caminhões que aportam ali é muito penoso.

Existem relatos de pessoas que resolveram trabalhar ali e não ficaram dois ou três dias pela dureza do trabalho. Alguns foram para no hospital, vomitando sangue devido ao sol escaldante e ao esforço físico a que foram submetidos e que não estavam acostumados.

A insalubridade e as condições de trabalho que não lhes são muito favoráveis contribuem para que muitos não continuem na atividade. Entrar no barco até o meio do rio, encher o barco de areia e depois carregar o caminhão apenas com uma pá é uma atividade muito penosa. Muitos não conseguem trabalhar por muito tempo e preferem migrar para outras cidades em busca de oportunidades de emprego ou exercer outras atividades, principalmente aqueles que não conseguem um trabalho formal. Dirceu explica a divisão das tarefas e dos valores no trabalho:

Quando a saída tá boa mesmo né, nesse período, a gente tem essa faixa de lucro, líquido. Mais ou menos essa faixa por mês, a gente tem que pagar tombador, quem carrega, pagar quem pega de lá também. O barco pega em média um metro e meio

de areia e eu pago oito reais pra pegar. Cada viagem é oito reais e a gente tem que tirar a pessoa que tomba, a pessoa que enche o caminhão, incluído já carregado, quem paga para carregar o caminhão somos nós mesmos. Aí, o metro é doze reais hoje no comércio, o caminhão dá cento e vinte, pega dez metros. A quantidade se for mais, a gente paga mais um pouco. Vai a quantidade de metros, o tombador a gente paga por barco, calcula dois reais por cada viagem pra tombar. Mas, pra encher o caminhão, a gente paga doze reais, e se for mais metro, já paga um pouco a mais.¹⁶⁰

Para o tombador de areia, no período da cheia, não há trabalho. As áreas próximas às margens do rio ficam inundadas e a areia “some” no meio do rio. Entre idas e vindas, o período coincide com a época da piracema, em que esses trabalhadores utilizam a Colônia de Pescadores para receber o Seguro Defeso.

Enquanto, no período da seca, o aparecimento de ilhas no meio do rio é freqüente, pela força da água que derruba as matas ciliares e causa o assoreamento e no período da cheia, o processo é inverso.

Não consegui encontrar dados que evidenciam os impactos ambientais causados pela exploração da areia no rio São Francisco. Há, apenas uma proibição de extrair às margens e orientações dos técnicos do Instituto Estadual de Florestas (IEF), valorizando a importância da preservação das matas ciliares. Como Dirceu é um dos responsáveis pela organização dos trabalhadores e pela licença obtida com a Prefeitura Municipal, também é ele que recebe as orientações dos técnicos responsáveis:

Olha, é o seguinte: nos tempo bom mesmo pra nós é o tempo da seca, quando a água baixa e forma as ilhas no meio do rio. Aí ajuda, porque não precisa se arriscar muito, ir buscar nos lugar mais longe. Aqui mesmo, nós atravessa até lá, pega a areia, coloca no barco e traz pra cá. Mas o tempo bom mesmo é o tempo da seca. A única coisa que é proibido é tirar a areia aqui das margem. Aí não pode. Porque o rio precisa das barrancas pra num assorear, num cair areia no rio. Essa é a única exigência que os técnico do IEF fala com nós, porque, no mais, o que nós faz aqui tá liberado.¹⁶¹

Cria-se uma consciência de preservação ambiental pois não há restrições quanto ao seu trabalho de extrair a areia do rio e trazer para as margens. Já ocorreram alguns casos em que alguns areeiros utilizaram máquinas, conhecidas como “dragas”, que sugam a areia do rio. Quando isso ocorre, estão passíveis de punição e pagamento de multa por crime ambiental. A extração só pode ser feita apenas no meio do rio e de forma artesanal.

Geralmente, a extração é realizada em áreas onde já não existem matas ciliares, pois servem como porto de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias dos moradores

¹⁶⁰ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areeiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

¹⁶¹ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areeiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

que vivem na margem oposta da cidade. Com muita frequência, os trabalhadores que atuam na região exercem outras atividades, como barqueiro.

Neste caso, algumas características são peculiares. No período da seca, da estiagem, em que os níveis das águas do São Francisco estão baixos, muitos extraem areia e trabalham também no transporte de pessoas para a praia, que se localiza na margem oposta da cidade:



Fotografia 09:
Praia localizada na margem oposta
São Francisco-MG, julho de 2012.
Foto e acervo do autor

Dirceu possui barcos e durante muito tempo, por volta dos anos finais da década de 1990, realizava com intensidade essa atividade. Não abandonou o ofício, mas devido às mudanças ocorridas na localização da praia, na margem oposta à cidade, o fluxo de passageiros diminuiu consideravelmente:

Eu comecei a trabalhar na função de barqueiro, época de praia, transporte. Hoje tá fraco. Depois que surgiu esse rabetinha, todo mundo tem um barquinho para locomover, deslocar da região onde mora pra vim pra cidade. Não é igual antes. Antes, quem tinha um barquinho de porte maior, tinha muito serviço, levava o pessoal pra trazer pra cidade, pra fazer feira, e hoje já dificultou mais. Hoje, todo lugar ribeirinho tem estrada, aí eles preferem vim de carro, de ônibus, que é mais rápido. Antigamente não. Não tinha estrada, então eles vinham de barco, de cavalo... Então, hoje, quase todo ribeirinho tem um barquinho que chama rabeta, esse motor que transporta. Então, tirou, diminuiu mais o meio de sobrevivência do barqueiro. Eu mesmo tinha uma linha aqui, que dava mais ou menos uma hora de relógio,

chamava Bom Jardim da Prata. Eu fazia essa linha lá, mas só que a linha acabou. A pessoa hoje, mesmo, vem com o rabeta, então ficou mais difícil.¹⁶²

A função de barqueiro, relatada acima por Dirceu, já não é uma realidade constante na cidade. Os barqueiros ganham importância no período de praia, quando atravessam pessoas para o outro lado do rio. Isso se deve ao fato dos trabalhadores ribeirinhos, que necessitam da travessia do rio, adquirem um motor denominado de rabeta, cujo acesso foi facilitado pelo baixo custo e pelo transporte do motor com carrinhos de mão.

Aos poucos, os barqueiros foram desaparecendo, perdendo espaço. Dirceu nos relatou que já teve a oportunidade de trabalhar em outras regiões, no entanto, não se adaptou, tanto pela falta de informação e instrução quanto pelo ritmo de trabalho, não pela dureza das condições, mas pela autonomia e liberdade de trabalhar por conta própria. Preferiu voltar para São Francisco e trabalhar como areieiro.

Igual eu falo: a gente sempre tem que ter amor por aquilo que a gente faz, sempre que a gente tá fazendo alguma coisa tem que fazer com amor. Então, eu me sinto realizado. Hoje, é muito mais difícil a gente lutar por uma vida melhor porque a concorrência é muita. Assim, se não pode entrar num emprego, fico pra ganhar um dinheiro a mais, pra ter uma vida mais digna. Consegui minhas coisas trabalhando só aqui, quando ganhava dinheiro com transporte dos ribeirinhos. Ai, a gente tinha um meio de ganhar dinheiro mais fácil.¹⁶³

A realização profissional está presente. O fato de conquistar a melhoria de vida, adquirir patrimônio, como um pedaço de terra, sua casa, e viver dignamente, é considerado por ele como uma realização profissional e ele sente orgulho disso. A autonomia, vislumbrada por não ter ninguém que possa lhe atribuir algum trabalho, ou tarefa; o prazer da conquista de seus bens conforme suas condições e interesses, experimentam uma relativa liberdade. Assim, lutam pela defesa de seu modo de vida e trabalho.

Uma das dificuldades encontradas por esses trabalhadores é a falta de organização. Não consegui encontrar documentos que regularizem a profissão, tampouco aqueles que restringem a atividade, seja por alguma legislação ambiental ou pelos órgãos responsáveis. A única orientação que recebem é a proibição de não extrair areia da área onde se localiza a praia ou nas margens do rio, para evitar a erosão de suas margens.

¹⁶² Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

¹⁶³ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

Todas as áreas onde se localizam areia em grande quantidade no meio do rio são liberadas para a extração. É justamente essa dificuldade, de não conseguir um apoio formal, como o registro do trabalho, é que se concentra o seu poder de organização, onde todos os membros ali presentes respeitam o espaço de cada um:

Em termo de documento num tem não, mas nós num tem apoio da prefeitura. Mas, a gente é o mais velho, e quando eles precisam, eles procuram o apoio dos mais velhos. Porque a gente procura o pessoal pra trabalhar, justamente por isso, porque a cidade num tem emprego, então o meio de quem tem coragem de trabalhar é fazer um barquinho e pegar a areia. Então, a gente num pode interferir muito, porque todo mundo, tem o direito de trabalhar. Então, se a pessoa quiser trabalhar mesmo, a gente da um jeito pra eles trabalhar.¹⁶⁴

A consciência de que a cidade não consegue absorver essa mão de obra gera um grande contingente de trabalhadores sem emprego e lugar, tornando-se, principalmente os mais jovens, uma mão de obra disponível para a extração de areia, exigindo “apenas” o esforço físico. Isso contribui para que esses sujeitos fiquem em constante mudança e a saída é encontrar outros lugares para trabalhar e garantir uma renda, mesmo temporária.

As condições e circunstâncias desses trabalhadores provocaram a produção de memórias a partir dos relatos produzidos com as entrevistas sobre o que é viver e trabalhar ali, representando um recomeço e luta.

Lidar com as entrevistas desses trabalhadores possibilitou compreender os movimentos de suas vidas, lidar com suas expectativas, frustrações, realizações. São pessoas com costumes e modos de trabalhar e viver característicos dos ribeirinhos.

Em busca do sonho de uma vida melhor, percorreram trajetórias desafiadoras, interagiram com outras pessoas, outras regiões, com outras culturas. São elementos significativos para compreender como cada um vivencia sua experiência social e na forma de conceber a vida e as relações sociais.

No caso dos trabalhadores, como Dirceu e outros de que ouvimos os relatos, o trabalho é árduo, cansativo. Poucos resistem ficar ali por muito tempo, mas foi com a realização dessa atividade que conseguiram conquistar bens, dar condições melhores de vida para suas famílias, garantir uma renda e se orgulhar do trabalho que fazem.

Na busca da compreensão da história desses trabalhadores, ficou claro como mantiveram antigas práticas, mesmo que à primeira vista, um pouco arcaicas, como os vazanteiros, e/ou aderiram à outras, como é o caso da extração da areia.

¹⁶⁴ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

Ocorreram diversas mudanças nos modos de viver dos trabalhadores e mesmo com as mudanças, da zona rural para a cidade, algumas delas não foram significativas para modificar os modos de vida, com aspectos semelhantes à realidade anterior. As necessidades, os sonhos, levam o trabalhador a buscar uma realidade diferente daquele em vive, buscar algo diferente que possa mudar essa realidade.

Diante disso, recorro novamente a Thompson, considerando as experiências como algo que foi materializado por pessoas que têm sonhos, desejos e frustrações, num processo que é um longo caminho a percorrer.¹⁶⁵

Diante dessas informações fui instigado a entender que a história desses sujeitos sociais precisa ser pensada para que ela não se limite ao que Thompson denominou de “termo ausente”; para que se reconheça que essas experiências humanas de homens e mulheres são importantes, foram se constituindo ao longo de suas vidas cotidianas.¹⁶⁶

O que descobrimos(em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana” (...) os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo- não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras.¹⁶⁷

Para a maioria deles, essas mudanças representaram uma realização de sonhos, como a conquista de uma televisão, DVD, som, geladeira ou mesmo a casa própria e a oportunidade dos filhos estudarem e lutarem por uma condição social melhor. Tudo isso ultrapassou algumas expectativas, outras foram se diluindo, mas atingiram a dimensão do possível, da realização de seus desejos, mesmo que para isso seja necessário recorrer a outras possibilidades e fontes de renda, como o Programa Bolsa Família ou o Seguro Defeso.

A partir das narrativas dos trabalhadores, procurei articular as experiências vividas pelos trabalhadores ribeirinhos com as políticas públicas e assistencialistas do Governo Federal. De certo modo, constituíram-se como ferramentas importantes utilizadas pelos trabalhadores para modificar a realidade de suas famílias.

No decorrer da pesquisa, era necessário repensar muitos desses caminhos para a sua realização. O alcance, em números, dos programas do governo, como o Bolsa Família e o Seguro Defeso, nesta realidade, não podem ser deixado de lado. Integram um conjunto de

¹⁶⁵THOMPSON. E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁶⁶THOMPSON. **A miséria da teoria**, 1981.

¹⁶⁷THOMPSON, **A miséria da teoria**, 1981, p. 182

fatores que contribuem para modificar a realidade dos trabalhadores e de suas famílias. Tornou-se necessário articular o acesso às políticas públicas às mudanças e permanências nos modos de viver e trabalhar dos sujeitos que compõem a pesquisa.

No terceiro capítulo, analiso os desdobramentos que compõem esta “nova” realidade.

CAPITULO III

A LUTA POR RECONHECIMENTO: EXPERIENCIAS E TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA DOS TRABALHADORES RIBEIRINHOS

O tema que me proponho discutir neste terceiro capítulo diz respeito aos impactos que os Programas de Transferência de Renda e a conquista de direitos trabalhistas têm provocado no modo de viver de trabalhadores ribeirinhos, desdobrando aqui, especificamente, alguns aspectos relativos à situação de trabalho vivenciada por eles em seu cotidiano e ao redimensionamento de seus hábitos, valores, relacionamentos familiares e afetivos.

Entram em pauta questões relativas à transformação nos modos de vida e relações de trabalho das famílias ribeirinhas, refletindo sobre o alcance e os impactos positivos e negativos referentes ao Seguro Defeso e o Bolsa Família.

Questiono até que ponto os Programas de Transferência de Renda tem refletido nos modos de vida e nas relações sociais dos trabalhadores ribeirinhos da cidade de São Francisco, considero que os impactos dos programas sociais contribuem para amenizar as dificuldades da população beneficiada.

Para tanto, é necessário vislumbrar a realidade e as condições de vida que se mostra como um fator decisivo para entender o impacto desses benefícios na vida das pessoas. Os índices de IDH analisados no primeiro capítulo sobre a cidade de São Francisco, demonstram a situação e os reflexos desse quadro socioeconômico em seu cotidiano que expõe essa realidade.

Em face dessa realidade, tratar dos reflexos do Programa Bolsa Família na vida dessas pessoas parece uma tarefa bastante simples, uma vez que, em sua mentalidade, há evidências de prevalecer a idéia de que o benefício é apenas uma ajuda financeira. No entanto, percebo que o alcance dos programas é muito mais vasto do que a ação de dar dinheiro para as famílias.

No decorrer da pesquisa, procurei traçar uma análise da realidade e dos modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos, existente nas perspectivas, nos embates e recursos de sobrevivência elaborados por eles na cidade, seus conflitos e contradições, em contraposição aos estereótipos vinculados aos mesmos.

Metodologicamente, considero que a análise das condições de vida na região norte mineira e na cidade de São Francisco poderiam inicialmente fornecer uma espécie de fator comum, entre os demais trabalhadores urbanos e os sujeitos históricos dessa pesquisa.

As mudanças estruturais, os investimentos na região e a análise dos padrões de vida desses trabalhadores possibilitaram traçar caminhos possíveis cujas experiências contribuíram para compreender as maneiras pelas quais os valores, os costumes e, em geral, a cultura dos trabalhadores manifesta-se e vem se modificando por intermédio de significativas alterações no conjunto dos modos de trabalho, maneiras de viver e espaços de moradia.

Algumas questões faziam-se presentes desde o início de minha problematização: conceber uma região que, longe dos holofotes, dos grandes investimentos em infra-estrutura, tinha que “*se virar*” e aprender a lidar com as adversidades. Deparei-me com diversas situações: sujeitos, mulheres, homens, crianças, famílias inteiras, longe da idéia do progresso e desenvolvimento.

Procurando trabalhar com uma acepção mais realista dos sentidos, apreendido o conceito de progresso, o economista Gilberto Dupas.¹⁶⁸, em que obter o progresso não significa a melhoria necessária das condições de vida para a maioria das pessoas, e portanto, longe do *lócus* e possibilidades que proporciona, possuem modos de vida peculiares em regiões como as ribeirinhas, em que as relações de trabalho são pautadas, na maioria das vezes, pela informalidade.

À medida em que fui esquadrinhando as fontes disponíveis sobre a história de São Francisco, tais como jornais, documentos de arquivos públicos, atas e outras fontes disponíveis, meus questionamentos foram ganhando força, pela necessidade de descortinar os registros de determinados grupos de trabalhadores que faziam parte desta realidade e também viviam conflitos e contradições na cidade.

Percebi que o discurso de progresso e o desenvolvimento eram limitados a determinados grupos sociais, não desvinculado de grupos socioeconômicos que detinham o poder político institucionalizado e se utilizaram disto. Pela mesma razão, fui instigado a repensar e valorizar as experiências e histórias dos trabalhadores.

Buscando-os em diferentes dimensões de sujeitos sociais, encontrei um ambiente de múltiplos conflitos e tensões, promovidos pelas transformações em nome de um crescimento urbano e pela idéia de progresso. Percebi os conflitos presentes nesse cotidiano para além da questão por espaço e interesses, mas pelo direito de exercer o trabalho.

A partir dessas evidências, busquei delinear um campo de atuação para a pesquisa. Ao entender as transformações urbanas em relação às demandas dos trabalhadores ribeirinhos, consolidou-se a relação entre o trabalho e a cidade.

¹⁶⁸ DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 11.

O recorte cronológico inicia-se em 1980, justamente por intermédio desta relação. A década inaugurou e se consolidou pelas diversas transformações físicas e espaciais da cidade de São Francisco. Essas mudanças, contabilizadas pelas conseqüências da enchente de 1979, cujos problemas estruturais e sociais percorreram por toda a década de 1980, fizeram surgir espaços de trabalho e moradia em vários locais da cidade, como a formação dos bairros Sagrada Família,¹⁶⁹ Aparecida e outras comunidades rurais, como Retiro e Travessão.

A maioria, moradores oriundos das regiões próximas à beira do rio, foram obrigados a deslocar-se para lugares mais distantes.¹⁷⁰ Neste contexto, tem-se a construção de casas populares, de comunidades rurais, de espaços de trabalho, enfim, estabeleceu-se um surto de crescimento demográfico, consolidando um terreno fértil para a modificação de valores e de relações de convivência anteriormente estabelecidos.

Mesmo tendo como pano de fundo a transformação física de vários locais do espaço urbano, tendeu-se a implementar éticas de mercado e econômica, comercial e industrial, sobrevivências e lógicas econômicas traçadas por vários grupos de trabalhadores urbanos.

Para efetivar este avanço, criou-se normas de conduta, que, efetivadas, rompem modos de exercer atividades de trabalho e maneiras de morar e viver na cidade. Assim, tornou-se comum admitir que, por normatização, muitas demandas e atuações destes trabalhadores transfiguraram-se em atitudes marginais ou clandestinas.

As maneiras conflituosas com que as relações sociais se estabeleceram seguiu o pressuposto de que o espaço urbano instituiu-se (e se institui) a partir de interesses e experiências diferenciadas. Assim, entendo que, neste contexto histórico de constituição de uma nova cidade, vários agentes tentaram implementar projetos e expectativas distintas e muitas vezes opostas. A nosso ver, a constituição do espaço urbano não se efetivaria por ação exclusiva de uma elite dirigente, enquanto os trabalhadores tentariam encaixar-se no que, em princípio, estaria idealizado e pronto.

Esta relação conflituosa prosseguiu, nos anos posteriores à década de 1980. Ao recuperar alguns destes processos de transformação, deparei-me a duas situações: a condição de excedentes a que foram impostos e a luta pela revalorização do ato de trabalhar.

¹⁶⁹ Ver: SILVA, Valmiro Ferreira. Uma enchente, uma história, um povo: a formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. IN: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de Souza(Orgs). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros, MG : Unimontes, 2010.

¹⁷⁰ Surgiam entre outros o Bairro Sagrada Família, Aparecida, Comunidade do Retiro, Travessão entre as mais conhecidas e de maior população.

Acredito que o entendimento do que seja trabalhar informalmente deva ser visto dentro de contextos históricos definidos.

As relações de trabalho preexistentes e consolidadas ganharam força em São Francisco na década de 1980 e início de 1990. O período de maior euforia e agitação política e social foram características marcantes da época. Aqueles que não tinham mais um pedaço de terra para trabalhar perderam postos de trabalho, destinaram-se por conta própria em garantir o sustento de suas famílias. Tornaram-se pescadores, tombadores, vazanteiros, carroceiros, para garantir uma normalidade e manter os laços de convivência que não podiam ser desatados.

O comprometimento, enquanto historiador e professor, não me permite fazer apologia a uma visão triunfalista de desenvolvimento urbano parcial. Os trabalhadores incomodaram-se com as condições sociais que lhes foram propostas. Lutaram, associaram-se e romperam acordos com o poder público, tentaram reestruturar, através de estratégias de permanência, os espaços e os valores que foram transformados.

Tento, nestas ambigüidades propostas pelos processos de transformações, fazer emergir práticas, concepções e sentidos históricos do conformismo, da negociação, bem como da dominação e permanência de hábitos e costumes.

Para isso, procuro não simplesmente modificar os sinais de procurar uma história dos trabalhadores. Ao invés de vangloriar as trajetórias dos grupos dominantes, valorizo a presença dos trabalhadores comuns, presentes e constantes na dinâmica de uma sociedade que rompeu maneiras tradicionais de organização da moradia, do trabalho e de valores que lhes eram caros.

Não tinha expectativa de encontrar vítimas, nem heróis. Com esta despreensão, saí à busca destes trabalhadores, de suas memórias, e de suas histórias. Encontrei homens, mulheres e crianças nascidas aqui ou vindas de muitas localidades.

Entendo que a cultura contribui para a compreensão histórica de tais atividades ao permitir a esses trabalhadores, aprendizados, estratégias, possibilidades de articular a vida e o ambiente da família com as maneiras de trabalhar, de entender e reivindicar direitos, propor soluções, agir conforme seus valores, formações religiosas, morais e éticas. Vista sob esse ângulo, torna-se indissociável do mundo do trabalho, das relações humanas, e da constituição do espaço físico e representativo da cidade, onde o urbano, carregado das marcas forjadas pela presença desses trabalhadores, ao se expandir, tende a reorganizar áreas, reformular projetos, revalorizar setores e interferir em práticas estabelecidas e maneiras de ordenar o cotidiano dos que utilizam os locais públicos para a sobrevivência.

Com base na pesquisa empírica, percebo que os componentes essenciais para manutenção dessas vidas não estavam assegurados de maneira fácil à grande parte daqueles que moravam e exerciam suas atividades na cidade e no espaço urbano nesses últimos anos. Dificuldades para comprar o pão, o arroz e o feijão, as roupas, ou mesmo o uniforme das crianças e os remédios industrializados existiam.

A situação de queda nos padrões de consumo pareciam ser inerentes à grande parcela da população que vive em bairros distantes, possui baixa escolaridade, aventura-se em atividades sazonais.

Em virtude do recorte que estabeleci, 1980 a 2011, compreendendo a força desses trabalhadores enquanto sujeitos ativos da História, como sujeitos que encaram e lutam para modificar a realidade social com o que têm em mãos: o trabalho. Percebe-se ainda, as ferramentas utilizadas por eles para consolidar e adquirir direitos, conquistar moradias, lutar por espaços de trabalho e garantir a subsistência em locais e momentos diferenciados, com interesses diversos.

3.1- A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Um dos principais passos para realizar essa trajetória de análise, foram as mudanças ocorridas, que servem como marcos de transformação para diversas categorias. Desde já, esclareço que essas categorias, ofícios diversos, como pescadores, areieiros, vazanteiros possuem interesses que se convergem na luta por direitos e conquistas.

Nas entrevistas nos capítulos anteriores, percebe-se as tentativas de identificar como determinadas categorias e enfatizam que por necessidades, anseios e desejos, é necessário buscar alternativas e estratégias para suprir suas expectativas. Encontrei pescadores que também eram pedreiros, trabalhadores sazonais; areieiros, que ao mesmo tempo eram motoristas, barqueiros, pequenos proprietários; vazanteiros, que para além da pequena propriedade, antes de tudo eram pescadores. Interesses que se convergem e estratégias que se consolidam como ferramentas importantes nesse enredo.

Para onde caminhei, alguns referenciais históricos são absolutamente inevitáveis como marcos da divisão entre onde e como vivem esses trabalhadores, e tais eventos foram fundamentais para modificar os modos de vida e o lugar de viver dessas pessoas.

Podemos dividir a história da cidade de São Francisco entre o antes e depois da enchente do rio São Francisco em 1979. Uma das maiores da história, contribuiu para que uma grande massa de trabalhadores, diante dos prejuízos causados pela enchente, foram

obrigados a migrar para a cidade e se depararem com os diversos problemas que surgiam em consequência dessa mudança repentina.

A enchente de 1979 provocou quase a duplicação da população. Em que pese isso, o município não perdeu sua face marcadamente rural em razão, fundamentalmente, da ausência de investimentos em infra-estrutura urbana.

Esse conjunto de características desvenda na cidade um vasto conjunto de experiências de trabalhadores que, oriundos do meio rural, tornaram-se uma massa cujas expectativas e esperanças a cidade não supriu. A esperança de encontrar um trabalho, uma casa, capaz de propiciar um modo de viver mais suave e seguro.

Quando comecei a pensar como a dissertação seria organizada, a idéia inicial era contextualizar a região estudada, fazendo uma descrição das características, sobretudo da sua ocupação. No entanto, concedi atenção, de modo especial, aos Programas de Transferência de Renda erigidos pelo Estado.

Ainda que as discussões sejam bastante recentes e cujo material seja proveniente de minhas observações, de como esses programas de transferência de renda têm modificado a vida desses trabalhadores, que se tornaram o *locus* da pesquisa, optei por ampliar esta seção, incluindo os relatos dessas pessoas, mesmo breves, em seus locais de trabalho, em suas casas. Não somente tais relatos contêm elementos que contribuem para o trabalho, ajudando a entender o cenário em relação ao qual esta análise se desenvolve, como também indicam caminhos e constituem o foco deste capítulo.

A diversificação das atividades nas quais trabalham, a perda de espaço que os assombra, as contradições em relação ao seu entendimento quanto às políticas de transferência de renda, que ora percebem como um malefício ora como benefício, as tentativas de construção da reputação de bom trabalhador, o esforço permanente de cada um para desviar de si o estigma de preguiçoso ou vagabundo, compõem os dilemas e estratégias da vida diária dos grupos de trabalhadores estudados.

Diante da instabilidade no acesso ao trabalho formal conforme exposto anteriormente, há um claro comprometimento em organizar os interesses de classe no interior dos diversos segmentos (como sindicato ou associações de classe), que, dentre outras coisas poderiam favorecer a constituição de novos padrões de relações sociais que viessem a impactar na organização e representação no âmbito político.

Em nenhum documento encontrei essas evidências ou pesquisas consistentes sobre as reais condições desses trabalhadores que pudessem retratar suas realidades. Assim como as visões tradicionais da história local, que procurou retratar os principais acontecimentos

políticos da cidade, como a imprensa de São Francisco, que sempre foi utilizada como auxílio na construção de atores políticos com o intuito de persuadir ou influenciar a opinião pública.¹⁷¹ Passou a ser considerada “não como mero veículo de informações, mas como agente social que produz ações e intervenções”.¹⁷² O foco do *SF O Jornal de São Francisco* era demonstrar as transformações econômicas, os investimentos realizados por aqueles que passaram a ser considerados os “salvadores da pátria e dos oprimidos”.

Ao analisar os exemplares disponíveis do jornal *SF O Jornal de São Francisco*, somente uma edição registrava a fundação da Colônia de Pescadores em São Francisco, com apenas um pequeno texto retratando o feito, de extrema importância para a cidade e seus habitantes.

O texto, publicado no *SF, O Jornal de São Francisco*, de 22/04/79, refere-se à proposta de Fundação da Colônia de Pescadores para suprir as demandas dos pescadores do município e região:

O deputado Pedro Narciso, acaba de encaminhar à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, requerimento formulando veemente apelo á SUDEPE, no sentido de que aquela autarquia, subordinada ao Ministério da Agricultura, promova e incentive a criação de uma “Colônia de Pescadores” em nossa cidade. Justificando o pedido, diz o parlamentar mineiro: seria justo, pois, que a SUDEPE desenvolvesse projetos de colônias de pescadores em convenio com particulares, dando –lhes todo apoio, incentivo e mesmo financiamentos aos pequenos pescadores que lutam com toda a sorte de obstáculos, pois é sabido que o potencial pesqueiro de Minas é muito grande e se os recursos hídricos forem explorados convenientemente, vamos ter uma produção anual de 750 mil toneladas de peixes. O requerimento encaminhado à SUDEPE solicita ainda providencias no sentido de que ela forneça assistência social, técnica e financeira aos pescadores de São Francisco, para eles fundarem sua Colônia de pescadores, que eles tanto desejam.¹⁷³

São Francisco e o país viviam um período de efervescência em sua história naquilo que concerne à defesa dos direitos, interesses e anseio dos demandantes. Depois de 15 anos, o regime militar inaugurado em 1964, mostrava rachaduras em sua estrutura. Ademais, isso trará à tona a luta por direitos neste município, onde era necessário organizar-se numa associação como forma de conquista de direitos e representação política para a melhoria das condições de vida de todos esses trabalhadores.

¹⁷¹ ALMEIDA, Uara Luísa Gonçalves. **A Imprensa Local: um discurso a serviço do poder**. (Monografia). São Francisco MG: UNIMONES, 2009. p. 50.

¹⁷² BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. In: MACIEL; ALMEIDA; KHOURY(org). **Outras histórias: memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 267.

¹⁷³ SF, O Jornal de São Francisco. São Francisco. Domingo, 22/04/79. Ano XIX. Nº. 899. p. 01.

Diante dessa situação, o artigo encontrado nas páginas do *SF-O Jornal de São Francisco* se refere ao momento da Fundação da Colônia dos pescadores em São Francisco. Era o início da organização do movimento, constituído inicialmente por apenas 123 pescadores associados.¹⁷⁴

Para pensar e discutir essas experiências dos trabalhadores, recorro novamente a Thompson, principalmente pelo fato de que essas ou algumas organizações e mobilizações produzidas pelos trabalhadores foram, ao longo dos anos, apropriadas pelas ações institucionais do Estado, dos sindicatos ou dos partidos políticos.¹⁷⁵

Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa- A maldição de Adão*, apresenta, com detalhes, a experiência da mudança de vida de alguns grupos de trabalhadores, a partir da presença ameaçadora da fábrica em plena revolução industrial e destaca a expressão cultural e política da consciência de classe operária, advinda dessas experiências. Em toda sua obra, Thompson procura discutir algumas hipóteses já consagradas pela historiografia, as quais em grande parte tendem a obscurecer a atuação dos trabalhadores no “fazer-se da história”.¹⁷⁶

No último volume, *Força dos trabalhadores* - mediante a imposição do silêncio, a censura e a repressão das classes dominantes, os trabalhadores tecem na clandestinidade suas experiências, produzindo a história do radicalismo plebeu até o momento heróico de manifestação de uma tentativa de revolução democrática.¹⁷⁷

Essa perspectiva de análise proposta por Thompson, possibilita apreender o sentido e o significado do papel ativo de homens reais (trabalhadores domésticos, sapateiros, tecelões, seleiros...) na formação de uma classe, a partir do crescimento de uma identidade de interesses entre si. E mais, nos indica o entendimento de que a construção dessa identidade está pautada tanto nas relações econômicas, como políticas e culturais.

Considero importante entender que o surgimento da Colônia dos pescadores em São Francisco, tem uma relação direta com a capacidade de criação dos trabalhadores, que vai se concretizar com a criação da mesma, evidenciada na medida em que fui avançando no diálogo com as fontes consultadas e com as narrativas de alguns desses trabalhadores que

¹⁷⁴ SF, O Jornal de São Francisco. São Francisco. Domingo, 22/04/79. Ano XIX. Nº.899. p. 01.

¹⁷⁵ THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol. I.

¹⁷⁶ THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol. II.

¹⁷⁷ THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Vol. III.

vivenciaram a organização e materialização da entidade, como é o caso do depoimento de João Augusto.

Alguns dados foram fundamentais para analisarmos a organização e constituição desses trabalhadores. A Colônia Z-3 de São Francisco é responsável pelo registro de pescadores associados. Atualmente, nos dados consta o cadastro de 1050 trabalhadores.

Alencar considera que, muitas das políticas de emprego e renda, tornaram-se o carro chefe de ações governamentais após a década de 1990. Tais políticas apresentam-se como a proposta de enfrentar o desemprego no país, mas constituem-se também como estratégias políticas para o desenvolvimento econômico e social. Organismos governamentais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, criado para atender a uma demanda de desempregados criadas nas relações entre o capital e o proletariado dos grandes centros urbanos, também se voltam para atender as pequenas unidades de produção, expandindo-se para o trabalhador rural.¹⁷⁸

É importante considerar que em todos os casos, sejam dos pescadores, vazanteiros ou dos tombadores, estavam vinculados à Colônia de pescadores Z-3 de São Francisco. Não ocorreu de surgir outras formas de associação nesse período que pudesse contribuir para garantir os direitos, como uma aposentadoria futura, e a defesa de seus interesses pelos quais esses trabalhadores tanto lutavam.

Essa diversificação de categorias de trabalhadores numa só colônia nos leva a pensar sobre a constituição desses trabalhadores enquanto classe, pois trata-se de um lugar em que existem pessoas vivendo em contextos reais, com atuações humanas compartilhadas por meio de experiências comuns, articulando determinada identificação de seus interesses em contradição com os de outros que os diferem.¹⁷⁹

Se por um lado, a diversificação das atividades realizada por esses trabalhadores, como a extração da areia, a pesca, o plantio de vazantes ou o transporte de passageiros diferem entre si, possuem um denominador comum: o rio São Francisco como fonte de sobrevivência.

Nessa perspectiva sobre a noção de classe, Thompson enfatiza:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria' Mas como algo

¹⁷⁸ ALENCAR. **Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras**, 1993.

¹⁷⁹ THOMPSON. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. Op. Cit., p. 9-10.

que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.¹⁸⁰

Portanto, tem-se a percepção de uma consciência de identidade, de interesses diferenciados e buscando vários níveis de realizações, cada grupo aspira melhoras mediante suas dificuldades particulares ou mediante uma identidade de classe, contrariando as aspirações das outras classes.¹⁸¹

Em determinados momentos, percebi como eram as estratégias dos trabalhadores para associarem-se na Colônia dos Pescadores. Na impossibilidade e inviabilização para organizarem-se, buscam outras alternativas.

Percebe-se isso no depoimento de Dirceu, quando se refere à importância da constituição de uma associação para os tombadores e areieiros, uma evidência dos interesses de categorias de trabalho. Se a organização de uma associação para a categoria não pôde ser concretizada, nem por isso significou abrir mão de lutar por seus direitos:

Segundo o EMATER, eles queriam que a gente fundasse uma associação aqui, só que o pessoal aqui é muito desunido, uns quiseram, outros num quiseram, e não optaram pra fazer a associação. Aí tem um apoio a mais, no caso, ia ter ma ajudar através da associação, você conseguia um benefício, um empréstimo, como já tinha alguns que já tinha carteira e num quis empenhar no trabalhão. Não quis empenhar pra tirar, pra fazer a associação, então as coisas funcionam hoje através da associação. E pra nós aqui seria bom, porque nós nunca teve a oportunidade de fazer a associação. Através da associação a gente pode trazer o pessoal, da sociedade, pedir um benefício pra nós, então com o tempo eles vão trazendo esses benefícios pra gente, não tem benefício nenhum não paga INSS, nada. Se tivesse uma associação, com o tempo a gente ia ter um recurso, correr atrás de um benefício.¹⁸²

A consciência e a necessidade de organizar uma associação são claras em suas narrativas. Assim como os pescadores conseguiram angariar recursos com a organização de uma Colônia, cujos interesses se colidem e se aglutinam em prol dos membros, os areieiros/tombadores, não conseguiram se organizar, apesar da insistência e orientação dos órgãos responsáveis.

Ao dizer que muitos não quiseram se empenhar para organizar a associação porque “já tinha carteira”, Dirceu refere-se àqueles que já possuem carteira de pescador, e, portanto, já estavam “estabilizados” e regulamentados em uma profissão. Daí, a falta de interesse na organização de uma associação para garantir e defender os interesses da categoria.

¹⁸⁰ THOMPSON. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. Op. Cit. p. 09.

¹⁸¹ THOMPSON. **A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**. Op. Cit. p.411.

¹⁸² Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

Quando você tem uma associação, você tem mais um apoio da sociedade né. Uma associação de areieiro. Você ia ter um apoio de alguém influente. E nesse tempo, um benefício poderia vir. Na política mesmo. Você poderia ter um apoio, pra pedir um apoio para adquirir algum benefício. Mas se você vai sozinho, você num tem apoio, mas se você tiver um apoio, uma associação, tem os membros, vai ter umas quinze, vinte pessoas, fora as outras, então eles interessam mais para resolver o problema.¹⁸³

Como tiveram dificuldades de estabelecer uma associação que lhes garantisse uma aposentadoria, ganhos melhores, defesa de seus interesses e direitos, “tornar-se” pescador, garantir uma aposentadoria futura, um ganho futuro, mesmo que pouco, é um dos principais motivos desses trabalhadores se associarem na Colônia de pesca. E isso não é uma peculiaridade apenas de João de Deus, de Dirceu, Joaquim ou todos aqueles entrevistados na pesquisa. Tornou-se algo comum na cidade, principalmente para esses trabalhadores informalizados: ou se associavam à Colônia e “tornavam-se pescadores” ou ao sindicato dos produtores rurais, com um pouco mais de dificuldade, poderiam comprovar a dedicação ao trabalho e garantir um aposentadoria e uma renda futura.

Ciente estou de que, a cada tempo e espaço, estes sujeitos sociais foram identificados ou buscando se identificar como uma categoria única, que possui e aspira direitos sociais amplos, como o direito à organização em sindicatos, associações ou Colônias. Nesse sentido, nesses últimos anos, todos foram “identificando-se” como pescadores, termo que tinha uma intenção de dar um lugar a estes sujeitos sociais que vivem de diversas atividades, mas possuem o rio São Francisco como um fator de reconhecimento de local de trabalho e unidade.

No fim da década de 2000, a categoria dos pescadores se torna hegemônica, no entanto, procuravam demonstrar que havia uma tomada de decisão política e que tinham um projeto social diante de seus problemas, como o caso da associação na Colônia.

Criada para atender os anseios e demandas dos pescadores, mas passou a dar visibilidade a inúmeras atividades relacionadas à exploração no rio. Essa não é uma tentativa de unificá-los numa classe. Salienta-se que, se voltar o olhar para a contemporaneidade, estes são identificados como pescadores, termo quase sempre usado em políticas públicas a eles referidas, além da contribuição compulsória exigida pela Previdência Social e a comprovação do pagamento e a experiência nesses casos, eram exaustivas e burocráticas demais, além do

¹⁸³ Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

tempo de comprovação de contribuição, e, portanto, essencial a associação na Colônia dos Pescadores.

Não existem dados ou registros oficiais do número de trabalhadores dessas categorias na região, como vazanteiros, tombadores e areieiros. Alguns se associaram na Colônia de pescadores Z-3 de São Francisco pelo direito e oportunidades a eles concedida.

As relações de trabalho eram moldadas a partir de laços de solidariedade e na informalidade. Os dados encontrados de registro desses trabalhadores, encontram-se disponíveis apenas para consulta na Colônia de pescadores Z3 de São Francisco. Até a presente pesquisa, existiam cerca de 1050 pescadores registrados, entre homens e mulheres. É de se ressaltar, que dentre os trabalhadores registrados, encontram-se areieiros, vazanteiros, pescadores, barqueiros, que se constituem como associados da Colônia.

Foram estratégias, portanto, de um grupo de trabalhadores que visando a melhoria das condições de vida, principalmente aqueles que tinham acesso à propriedade da terra, a oportunidade de se estabelecer como pequenos produtores rurais e garantir sua aposentadoria. Foram poucos os casos assim, visto que a propriedade não dava a oportunidade de outros meios de renda para o trabalhador, a não ser pelo próprio investimento na terra.

João Augusto esteve presente desde o início da Colônia e relata que para “chegar” a um determinado número de pescadores como exigência para o seu reconhecimento, foi necessário buscar outros pescadores de regiões e cidades próximas:

Logo aqui quando foi fundado a Colônia, pelo finado Zezé Generoso, e o Severiano Rendeiro foi o presidente, precisou pra completar o número de pescadores daqui, precisou trazer pescador de Januária, pra cadastrar ele aqui, porque a colônia foi fundada aqui, em 83, pelo seu Zezé Generoso. Inclusive, até o prédio da Colônia, lá, tem a pedra fundamental, foi ele que doou.¹⁸⁴

No entanto, na ata de Fundação da Colônia de Pescadores de São Francisco, consta a fundação apenas em 30 de julho de 1986, momento de concretização dos ideais de organização da classe¹⁸⁵, criando a expectativa de que, naquele momento, luta por acessibilidade aos direitos sociais (saúde, previdência, assistência) ganhava visibilidade e, nesse processo, as reivindicações se assemelham independentemente do lócus do trabalho.

¹⁸⁴ João Augusto. Entrevista concedida em 29/04/2011

¹⁸⁵ Ata de fundação da Colônia de pescadores de São Francisco. Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas de São Francisco - Comarca de São Francisco - Estado de Minas Gerais. Livro de Registros de títulos e documentos. N°. B3. Folha 133 e verso, sob nº 459.

As novas formas de organização que surgiram se deram num contexto em que a reforma política de 1979, por meio da Lei nº6. 767¹⁸⁶ colocou fim ao bipartidarismo e instituiu o pluripartidarismo, “liberou” o associativismo e, por conseguinte, concedeu maior liberdade de organização às classes trabalhadoras, às lutas das minorias, às reivindicações libertárias.

Desse ponto de vista, a Colônia Z-3 de São Francisco existe e é jurídica e socialmente organizada. Seus objetivos são a congregação e a organização de uma classe de trabalhadores autônomos que têm na pesca a principal atividade de sobrevivência do próprio pescador e de sua família. E, note-se, simultaneamente, o pescador contribui com a produção gerada por sua atividade, a pesca, para a oferta de um bem à comunidade local e regional ou para o aumento da ocupação de mão-de-obra de diversas pessoas de baixa renda, o que na realidade, pode ser percebido de maneira diversa por seus membros.

A organização da Colônia não se tornou o fortalecimento imediato dos pescadores. As razões estão, entre outras, na falta de infra-estrutura e de melhores condições que pudessem garantir ao pescador usufruir dos direitos que a associação poderia proporcionar. João Augusto, um dos integrantes que participaram da Fundação da Colônia, relata as dificuldades e as benesses às quais os pescadores teriam direito:

Na realidade, é o seguinte: o pescador não é obrigado a vender todo o pescado na Colônia. Agora, se ela fosse uma mãe, e entendesse o sofrimento do pescador, todo mundo ia investir nela, porque ela num paga o preço ideal pra você. O fornecimento de gelo é muito fraco, não tem condições de manter o pescador. Ai, você pega uns 10 quilos e revende 3 ou 4 kg. Mas, favorecimento mesmo, na fundação e nos estatuto, mostra que nós tinha que ter médico, dentista, tudo enquanto necessitasse, tinha que tirar de lá. Sou filiado na federação. Nós, que somos sócios, a gente paga tudo certinho, mas, nunca teve esse negócio. Se você precisa de um anzol, você tem que comprar lá fora. Quando a colônia podia nos fornecer, se precisasse de um anzol, preço x, se tivesse o dinheiro ou não tivesse, mas tem que investigar. Uma rede, uma tarrafá, um chumbo, tudo que dependesse da pesca, tinha que mexer lá, mas nunca foi assim.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Com o Regime Militar instaurado no Brasil em 1964, foi instituído o sistema bipartidário em 1965, com a promulgação do AI-2, que extinguiu todos os partidos políticos e o surgimento de apenas dois partidos: A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A Lei nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979 colocou fim ao bipartidarismo e proporcionou o surgimento de outros, como o PTB - (Partido Trabalhista Brasileiro); PT - (Partido dos Trabalhadores); PDT - (Partido Democrático Trabalhista); PP (Partido Popular). Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 20/01/2012

¹⁸⁷ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência.

Precisamente, além do que visualizei ao visitar a Colônia dos Pescadores de São Francisco e dos relatos de seus associados, a sede, de fato, não possui a estrutura necessária para os trabalhos burocráticos e operacionais de que esses pescadores tanto necessitam.

Ao analisar as entrevistas realizadas com aqueles que vivenciaram o processo de transformação social, percebi diversas experiências, histórias e vivências que não estavam apresentadas na versão oficial do município. Desta forma, compreendo, através dessas narrativas, os sentidos e os significados que estas pessoas trazem no modo de trabalhar na cidade e no campo. Era necessário encontrá-los, portanto, em seus múltiplos espaços, nos bairros, nas casas, nos locais de trabalho, nas praças, nos bares e, principalmente, na beira do rio.

Não mais deparei com o “simples” pescador, com o vazanteiro, a lavadeira, com o barqueiro, vistos anteriormente com frequência. Passei a me deparar com o pedreiro; a dona de casa; o pequeno proprietário rural; o carroceiro. Novas categorias (ou antigas práticas que ganharam novos adeptos), novas relações de trabalho e outros modos de vida.

Assim, a condução da pesquisa nos levou para outras questões: por que tantos trabalhadores foram desaparecendo dos seus lugares habituais de trabalho? Onde estão eles? Como vivem? O que estão fazendo para sobreviver?

Nessa reflexão, a idéia é analisar os modos de vida, a cultura e a especificidade desses trabalhadores e de suas lutas, sem perder de vista a relação com questões mais amplas, que dizem respeito à maneira como estes trabalhadores passaram a viver, aliados e amparados, sobretudo, aos programas de transferência de renda que proliferaram nesses últimos anos, nos quais os modos de trabalhar e viver se modificaram.

Percebi os significados profundos na reflexão sobre as experiências dos trabalhadores. Nessa tentativa, procurei apreender, na cultura dos ribeirinhos em São Francisco, traços que os revelam como sujeitos que, diariamente, vão criando diferentes práticas sociais e modos de lidar e interpretar a realidade vivida. Seus depoimentos explicitavam seus sentimentos em relação ao trabalho, à família, ao local de trabalhar, de moradia e a outros espaços.

Considerando inspiradora a discussão teórico-metodológica que propõe E.P. Thompson, entendo que as pessoas vivem integralmente seus valores morais no modo de vida e na cultura, enfim, em seus valores pessoais e suas escolhas de vida. Valores morais que para

Thompson “não são ‘pensados’, nem ‘chamados’, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias”¹⁸⁸.

Assim, o entendimento sobre o modo de vida de alguns trabalhadores ribeirinhos foi desenvolvido não como uma imagem estática, nostálgica, parada e perdida no tempo, mas sim no sentido de apreender um modo de vida peculiar, na região que a todo o momento, lutam para sobreviver frente às transformações, demandas e mudanças que vêm ocorrendo na sociedade.

Posto isto, nas entrevistas com estes trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, foram levantadas questões norteadas em diferentes tópicos: o antes e o depois dos Programas de Transferência de Renda; as atividades realizadas por elas no campo e na cidade; as formas de utilização do dinheiro e a discussão acerca do acesso dos homens e mulheres ao Seguro Defeso, além de outras questões que foram surgindo no âmbito das entrevistas com o propósito maior de questionar quais foram as principais barreiras enfrentadas para o alcance desses benefícios e a importância de se conquistar seus direitos.

3.2- TRABALHADORES EM AÇÃO: A SEGURIDADE SOCIAL E AS ESTRATÉGIAS NA CONQUISTA DE DIREITOS

As últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas transformações sociais no mundo capitalista, tendo como pano de fundo a defesa da necessidade de se reformar o Estado. Estas discussões se originaram nos anos 1970, quando o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico erguido no pós - guerra abriu espaços para a ascensão do pensamento neoliberal.

Neste contexto, as políticas públicas tornaram-se um campo aberto de interesses, com a ampliação da demanda por políticas sociais consagradas na Constituição de 1988.

Diante desse cenário, as premissas que orientam este trabalho podem se relacionar às profundas transformações ocorridas no Estado brasileiro nos anos 1980 e 1990, reforçando a concessão assistencialista e/ou compensatória, assumindo um maior destaque no contexto das políticas sociais brasileiras.

Compreender o direcionamento e a natureza das políticas sociais brasileiras, durante os anos 1990, não constitui o objetivo deste trabalho, mas, sim, compreender os efeitos e impactos que tais políticas públicas e/ou compensatórias têm acarretado nos modos de vida de diversos trabalhadores e na melhoria de suas condições de vida.

¹⁸⁸ THOMPSON. *A miséria da teoria*, 1981, p.191.

A questão da luta por direitos no Brasil vai estar pautada no poder de mobilização da classe trabalhadora para conquistar e consolidar direitos políticos, sociais e econômicos, significando ganhos para essa classe.

Nesse sentido, as políticas sociais não podem ser entendidas como solução para a eliminação da desigualdade social, a “promoção do homem e integração das diferentes faixas da população no processo de desenvolvimento, por meio de ações técnicas, racionalmente planejadas”¹⁸⁹ mas, contribuem para amenizar as dificuldades encontradas por todos esses trabalhadores em seu cotidiano.

Considerando as condições de trabalho dos ribeirinhos, nota-se que eles possuem um ofício de alto risco decorrente da utilização de equipamentos simples, um elevado grau de insalubridade, além de uma grande instabilidade na renda obtida por eles, as medidas de proteção social a esses segmentos de trabalhadores bem como os seus dependentes têm importância primordial.

O Sistema de Seguridade Social no Brasil funciona de modo unificado, no sentido de que todos os Estados regem-se por uma única legislação. Para Sposati, esse modelo centralizado começou a se esboçar a partir da década de 1930 e se concretizou durante o regime militar no Brasil (1964-1984), quando praticamente todas as categorias passaram a ser incluídas no sistema previdenciário.¹⁹⁰

Traçando uma análise sobre a importância dessa trajetória dentro da seguridade social no Brasil, destaco duas leis imprescindíveis na garantia desses direitos aos trabalhadores: o Decreto Lei 7.998 de 11 de Janeiro de 1990 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a partir de contribuições oriundas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep)¹⁹¹ e a promulgação da Lei nº 8.213, de 25/07/1991.

De acordo com a Lei nº 8.213, de 25/07/1991, considera-se que o Brasil deu um passo considerado muito importante, ao incluir plenamente os trabalhadores rurais - dentre os quais os pescadores artesanais-no sistema previdenciário oficial. Eles passaram não só a usufruir os mesmos benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos, como também tiveram

¹⁸⁹ SPOSATI, Aldaiza. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 57.

¹⁹⁰ SPOSATI, idem.

¹⁹¹ BRASIL, Decreto Lei 7.998 de 11 de Janeiro de 1990. Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador utilizado para financiar a política de Seguro-Desemprego. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>> Acesso em: 11 de dezembro de 2011 .

uma equiparação nos valores monetários desses benefícios, cujo piso foi fixado em um salário mínimo, nos mesmos moldes de qualquer categoria de trabalhador urbano.¹⁹²

Alguns depoimentos, como de João Augusto, um dos membros participantes da formação da Colônia, apesar da lei de amparo aos pescadores, em 1991, ser filiado não significava a garantia do seguro desemprego. As contribuições eram individuais e não era mediada pela Colônia dos pescadores Z-3 de São Francisco

O cenário de concessão de direitos ao setor pesqueiro teve início nos anos 1990. A postura do Estado modifica-se ao se observar os movimentos e o grau de organização do setor. Apesar de assumir, ainda, o papel de regulador do trabalho, a organização dos trabalhadores e a formulação de uma política pública não pode ser analisada sem considerar os agentes nela envolvidos.

A dimensão institucional do SDPA (Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal), caracteriza-se pela correlação de forças que se apresentam, na qual reúne entidades, instituições, poder público e as instâncias governamentais e não governamentais, trazendo à baila interesses e demandas a serem mediadas por meio da criação de políticas públicas. É neste contexto, de debate, que as demandas são evidenciadas e no qual foi instituída a Nova Lei da Pesca e Aqüicultura.¹⁹³

Posteriormente, foi implantada a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, concedendo o Benefício de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, durante o período de defeso (época de reprodução das espécies), ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. As colônias foram obrigadas a emitir uma carteira de sócio à todos os pescadores como forma de manter o controle do pagamento da contribuição dos trabalhadores.

O Seguro Defeso (como é popularmente conhecido) é destinado aos pescadores, que fazem uso de recursos artesanais e que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar. A lei caracteriza o pescador que “trabalha em regime de economia familiar como aquele que agrega os membros da mesma família, o que é indispensável à própria

¹⁹² BRASIL, o Decreto Lei nº 8.287, de 20 de dezembro 1991. Implementa a extensão da política de Seguro-Desemprego aos pescadores artesanais. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>> Acesso em: 19 Janeiro 2012c.

¹⁹³ BRASIL. Lei Nº 11.958, de 26 de junho de 2009. Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. Acesso em 15/04/2012.

subsistência da mesma”,¹⁹⁴ com o intuito de agregar a concessão de direitos trabalhistas e a redistribuição de renda, por meio do repasse do benefício.¹⁹⁵

Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão e dependem da configuração concreta das políticas que devem ser analisadas a partir de suas esferas e, posteriormente, serão analisadas os elementos que contribuem para modificar relações de trabalho e modos de vida.

Ao promover tal política, o Governo Federal teve como objetivo garantir uma renda mínima ao beneficiário. Assim fazendo, mesmo que proporcionando um rendimento provisório, para Suplicy, o programa visa “promover uma inclusão social e reduzindo a probabilidade do mesmo vir a precisar novamente do benefício.”¹⁹⁶

O valor pago ao pescador é referente a um salário mínimo mensal durante o período de proibição da atividade pesqueira. Esse intervalo de interrupção à pesca, conhecido como defeso, época em que as espécies realizam seus ciclos naturais de reprodução, é definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), variando de acordo com as regiões do País.

Os pescadores são considerados como segurados especiais, equiparados aos trabalhadores rurais e indígenas. Estas leis regulamentam os direitos e os deveres dos pescadores frente ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), garantindo aos trabalhadores da pesca, a aposentadoria por idade e invalidez, auxílio acidente, doença, reclusão, salário maternidade, pensão por morte e outros. Conforme orienta o documento oficial da 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal:

Vale ressaltar que pescadores e pescadoras conquistaram os mesmos direitos previdenciários de todo trabalhador brasileiro, isto se deu num amplo movimento pela redemocratização do país, que no caso dos pescadores teve seu coroamento com a Constituinte da Pesca, a qual representou um marco na história da organização e luta dos pescadores e pescadoras, num profundo processo de articulação de base em todo país. Este momento garantiu as bases para as conquistas materializadas na constituição cidadã de 1988, e em seguida, regulamentação das leis de nº 8212 e 8213 de 1991. A lógica de seguridade social fez surgir a figura do “segurado especial”, que são os trabalhadores rurais em regime de produção familiar, numa visão de garantir ao trabalhador rural (agricultor, pescador artesanal, índio, etc.) o acesso a estes direitos independente de

¹⁹⁴BRASIL. Lei 10.779, de 25 de Novembro de 2003. Altera os critérios de concessão do benefício seguro-desemprego destinado ao pescador artesanal no Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

¹⁹⁵ A Política de Seguro-Desemprego no Brasil foi instituída pelo Decreto Lei nº 2.284 de 10 de Março de 1986 do Governo Federal e pelo Decreto nº 92.608, de 30/04/1986.¹⁹⁵ Em 1988, com a entrada em vigor da nova Constituição Federal, o seguro-desemprego passa a ser assegurado como direito constitucional de todos trabalhadores em situação de desemprego involuntário.

¹⁹⁶ SUPLICY, E. M. Renda de cidadania: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002, p.43.

contribuições previdenciárias, exigindo apenas a contribuição sobre a produção comercializada.¹⁹⁷

De acordo com a alteração emitida pela Lei 10.779 de 25 de Novembro de 2003, reduziu o tempo de comprovação da atividade profissional, emitido pela Colônia dos pescadores mediante o pagamento da mensalidade que comprova a filiação.¹⁹⁸

A partir da análise sobre os direitos sociais acima, observa-se que, nas últimas décadas, os pescadores e pescadoras conquistaram, de fato, na legislação brasileira, um conjunto de direitos fundamentais para a efetivação da cidadania. Nos últimos anos, sobretudo com a aprovação da Constituição Federal Brasileira de 1988, avançou-se no processo dos direitos políticos dos pescadores e pescadoras artesanais, cuja maior tradução expressou-se na garantia da livre organização, no reconhecimento da Colônia como órgão de classe e de representação destes.

Nesse novo cenário, houve um desenvolvimento e ampliação nas diversas formas de organização coletiva com a criação de sindicatos, colônias, associações e cooperativas.

Em todas as entrevistas realizadas até aqui, é possível conceber alguns marcos de mudanças na vida dos trabalhadores. A fundação da Colônia de Pescadores e a instituição do Seguro Defeso são marcos importantes para criar condições melhores para os trabalhadores.

Surgiram organizações cujos interesses aliavam a falta de investimentos com a possibilidade de ganho futuro que se sobressaíam apenas ao fato de ser pescador. Ele e outros, cujas falas evidenciavam o interesse real desta pesquisa, de analisar as permanências e as mudanças nos modos de viver dos trabalhadores ribeirinhos, vêem, no trabalho, no “ser” pescador, muito mais que uma simples alternativa de renda e sustento. Identificam-se como tal e sempre viram, no trabalho, o orgulho de poder proporcionar o sustento e melhorias nas condições de vida da família. Não eram os arranjos políticos ou as artimanhas elaboradas por outras pessoas que vai modificar isso.

João Augusto analisa as dificuldades encontradas pela maioria desses trabalhadores e os ganhos de uma vida mais favorável, vivendo apenas de sua profissão. Comparando a situação e as condições de vida e trabalho, fica claro que a diminuição nas condições da pesca é fruto não apenas da diminuição da vazão e da degradação ambiental do São Francisco, mas relaciona-se ao aumento gradativo das leis e dos órgãos que passaram a fiscalizar a atuação desses trabalhadores em prol do discurso da preservação ambiental. Para

¹⁹⁷ 1ª CNPA – Conferência Nacional da Pesca Artesanal – Pescadores e Pescadoras na Luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal. 28 a 30 de Setembro de 2009 – Brasília DF. p. 12.

¹⁹⁸

João Augusto, essas pessoas perdem seu espaço de trabalho, pois, para manter a família, acabam se sujeitando às leis e à fiscalização, diminuindo a autonomia do trabalhador:

A pescaria era mais fácil do que hoje. A gente tinha mais liberdade de pescar. Hoje, mudou tudo com a fiscalização. Com a lei do ambiente, o IBAMA. Vários órgãos que fiscaliza. Então, muitas coisas foram tiradas da nossa liberdade. Aqui na cidade não oferece outra melhoria de vida, então, é obrigado manter a família do que jeito que dá. Mas, antigamente, era melhor.¹⁹⁹

Diante desse quadro, como a “diminuição da liberdade”, muitos trabalhadores, quando percebiam a diminuição do poder na realização do trabalho, mudaram de profissão. Isso pode ser percebido, não apenas no depoimento de João Augusto a seguir, mas nas entrevistas realizadas em todo esse período. Entre todos os entrevistados, principalmente os homens, buscavam alternativas para complementar a renda da família. Desde pedreiro, areieiros, vazanteiros e trabalhadores sazonais, que a cada período de safra saem para as firmas em locais distantes:

Era mais difícil como eu tô te falando. Mas, pra pescar, nós tinha mais regalia. Pra viver, era difícil, porque não tinha seguro desemprego. O que o Estado paga hoje, num tinha esse auxílio do governo federal. Esse Bolsa Escola, que ajuda também. Mas, antigamente, era difícil. Você tinha que trabalhar, fazer alguma economia, durante o período da seca, pra fazer uma coisinha do tempo da piracema, porque ficava uma coisa muito difícil, difícil mesmo. Mas, a gente tinha a liberdade de pescar e de armar um anzol e ficar na espera. E, hoje em dia, nada disso pode ser feito. Então, é uma vida muito difícil mesmo, muito triste pra gente, mas a gente já nasceu assim! Como tem o dizer: pra quem é duro a vida é mole; pra quem é mole a vida é dura. Então, joga pros dois lados e sempre, graças a Deus, a farinha ajuda a entender e manter a família. Num era boa, mas também não era péssima, também não. Mas, nem toda vida foi. Tinha um tempo melhor. Tempo mesmo de pesca, que você podia pescar, trabalhar na roça, ajudar alguém, dava um dia de serviço pra alguém. Agora, o tempo mais ruim era o tempo das águas, da chuva, porque ninguém tinha serviço, todo mundo procurava, porque ninguém podia pescar. E a vida ficava meio difícil. Muito dura. A vida melhor mesmo era quando, no período da seca, cê podia melhorar, sair, trabalhar.²⁰⁰

O período da piracema, em anos anteriores é percebido por João Augusto como o período mais difícil, porque, para os pescadores. A pesca é fechada para a reprodução dos peixes, amenizada para todas as famílias com o Seguro Defeso. As transformações na situação da pesca, as dificuldades cotidianas, como a diminuição da liberdade no trabalho, refletem na

¹⁹⁹ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

²⁰⁰ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

necessidade e na importância do auxílio governamental, através da garantia de condições mínimas para a sobrevivência.

Ao citar as garantias das políticas públicas voltadas para o setor, como o Seguro Desemprego, este torna-se um marco das mudanças ocorridas em suas vidas. Não mais a falta de liberdade, que lhe foi retirada com a promulgação de diversas leis, portarias que restringiam a atuação desses trabalhadores como um fator predominante, mas a concessão de benefícios do Governo Federal analisados a seguir.

Percebe-se a importância que ele dá ao trabalho como condição para a sobrevivência, ressaltando que, anteriormente, as condições de vida eram mais difíceis em comparação ao acesso a bens, serviços e remuneração, mas, a busca incessante por trabalho era constante, assim como a solidariedade entre os membros. João Augusto evidencia a solidariedade entre os grupos familiares, ao se referir em “ajudar alguém, dava um dia de serviço pra alguém”, seja entre vizinhos, na vazante ou na cidade, que necessitavam de serviço. Assim, garantia uma remuneração complementar, ao mesmo tempo que contribuía com outras pessoas.

Geralmente, esses trabalhos eram disponibilizados entre os parentes mais próximos e os laços de solidariedade são intensos.

Diante disso, os pescadores(as), apesar de todas as dificuldades, buscam desenvolver mecanismos de “resistências” e de preservação dos seus padrões culturais, seja em relação à ocupação dos espaços, nos laços de solidariedade, seja na interação com o meio.

O marco das transformações nos modos de vida e no trabalho dessas pessoas foi a enchente de 1979. O período, mencionado acima por Joaquim, corresponde necessariamente à época em que vivia com sua esposa na beira do rio:

Eu nasci aqui mesmo em São Francisco, mas depois mudei pro Bom Jardim. Aí, depois de lá, em 79, na enchente, nos mudamos pra cá. O Bom Jardim fica pra cá da ilha do Lajedo. É uma ilha bem no meio do rio. Ficava água do lado e do outro e a gente ficava bem no meio, era é igual uma ilha assim ó. Aí, depois, nós mudamos de lá por causa das enchente que nós foi mudando e a casa nossa desabou com nós lá dentro. A lancha da prefeitura foi buscar nós e depois nos mudamos pra cá. Ficamos morando na beira do rio uns tempo, fazendo favor pros outro, porque, nós num tinha pra onde ir. Aí, depois, veio aqueles povo, monte de avião que veio trazendo um trem, uns monte de mantimento pra dá nós. Aí, depois, com o tempo, nós mudamos pra essa casinha velha aqui de barro e depois nós ganhou essa aqui, popular.²⁰¹

²⁰¹ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

Essas mudanças foram rápidas e repentinas na vida desses trabalhadores. Lidar com essas mudanças não foram fáceis de absorver e encarar a nova realidade. Mas, a partir dessas mudanças, como esses trabalhadores passariam a fazer desde então. Quais alternativas teriam? Como viver na cidade e enfrentar as difíceis condições de vida nos demais períodos posteriores?

Sobre o cotidiano do trabalho, por vezes cansativo e intenso, não possibilitava outras formas de trabalho para Joaquim e os filhos. Tinha que buscar estratégias para lidar com essa situação:

A pescaria mesmo, você sai cedo chega 8 hora, 11 horas da noite, cansado demais e num tinha nem coragem de chegar e arrumar e ir trabalhar fora. Também a distância. E, porque na roça sempre a escola é longe, você sabe. Agora, as coisa tá mais fácil que naquele tempo. O menino na cidade, hoje, chora pra num ir pra escola que é em cima do nariz E, de primeiro, você saía, era longe, moço, pra estudar. Hoje, não. Hoje, aí, essas roça tem tudo.²⁰²

Frente à situação em que vivem, Joaquim produz uma análise sobre a importância de uma educação sólida, para reconhecer e incentivar antigos desejos e esperanças dessas pessoas presentes no cotidiano. Não é uma forma de negar a profissão, mas de reconhecer estratégias para modificar a realidade de seus filhos.

Joaquim e Socorro tinham consciência da situação em que se encontravam e das oportunidades que se abriam para toda a família. Se para eles, não conseguiram terminar os estudos, tinham a crença de que, o aprendizado na escola serviria para proporcionar aos filhos um futuro se não melhor, com mais oportunidades, capazes de abarcar outras práticas na vida desses sujeitos sociais. Essa percepção está presente em vários trechos da entrevista, marcada por idas e vindas, comparações entre a vida de às atuais condições de vida.

As mudanças ocasionadas pela enchente de 1979 inauguraram um período em que a cidade tornar-se-ia uma grande área de trabalho. Nesses anos e nos anos seguintes, várias outras transformações seriam motivadas pelas oportunidades surgidas dentro de uma conjuntura de desemprego latente e das modificações na estrutura física e social da cidade, como a formação de novos bairros e a necessidade de constituir oportunidades de trabalho para todos aqueles que passaram a viver na cidade.

Mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida dos trabalhadores “empobrecidos”, que se sustentavam com renda sem expressivo poder de compra, podem ter se acentuado nesse período em consequência dos aumentos constantes dos preços de

²⁰² Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

mercadorias fundamentais para a permanência de determinadas práticas cotidianas, ou mesmo, em certas situações fundamentais, para a sobrevivência física. Essas mudanças podem ser percebidas na entrevista com Socorro. A casinha de barro, o sofá, a televisão demonstram algumas das modificações ocorridas no cotidiano dos trabalhadores:

Nós fala com os menino meu. Nós morava numa casinha barro, não sabia o que era televisão. Nós num sabia o que era sofá, nada. Quem diria que nós ia ter isso tudo que a gente tem. Era tudo de barro, cama de vara. A gente fala: “Olha os menino, vocês nunca sofreu nem a metade que nós sofreu. Hoje, vocês tá no céu. A gente passava até precisão. Oh menino, já passamos até fome, nós num tinha era menino, mais eu mais Joaquim, o tanto que nós já sofreu”. Hoje, eu num tenho nada mais, não, mas, graças a Deus a gente tá melhor. A vida da roça é boa, eu gosto de roça, mas é meio complicado. Mas, agora tá melhor. Já tem luz, tem tudo dentro de casa, todo mundo tem uma televisãozinha. Não tinha água instalada, não tinha luz, telefone, não tinha tudo. Hoje em dia, tem tudo, por onde você anda, você vê.²⁰³

Os processos de transformações são múltiplos e facilmente localizáveis na entrevista. Haja vista que trabalhar e viver fora da cidade significariam, pelo menos nesses anos, diferentes maneiras de particularizar as diversas transformações ocorridas de maneiras segmentadas e diferentes.

Mesmo assim, não é difícil entender que tais transformações não estavam vinculadas diretamente a inovações tecnológicas ou a conquista de bens duráveis. Relacionam-se às mudanças, em minha compreensão, às condições de vida impostas naqueles anos a grande parte dos trabalhadores, quanto às reformulações políticas do espaço urbano.

O fato de expressar que “Hoje eu num tenho nada mais não, mas, graças a Deus a gente tá melhor”, é uma evidência de que os sentidos de pobreza, de carência, são diferentes para cada um desses trabalhadores. Os motivos que levam à decisão de deixar seus locais de origem são invariavelmente, a procura por trabalho, uma busca por onde *está melhor de serviço*.

Surgem também, os sentidos que cada um desses trabalhadores atribuem às conquistas do dia a dia. Há uma percepção apurada por parte desses trabalhadores de como sua pouca ou nenhuma escolaridade reduz de forma considerável suas possibilidades de conseguir um trabalho digno, que lhes permita ter uma casa própria – com uma boa mobília e aparelhos domésticos, não apenas aqueles há muito difundidos, como máquina de lavar e televisão, mas também aqueles relativamente recentes, como DVD, computador e telefone

²⁰³ Socorro Lima Costa, pescadora, 49 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

celular, além de permitir-lhes alimentar-se bem, vestir-se bem, e proporcionar acesso à saúde para a família e educação para os filhos.

Pelo que relatavam os trabalhadores, a situação de trabalho pode ser caracterizada como, no mínimo, penosa, quando não muito insalubre. Guardando algumas diferenças, em geral, as condições de trabalho são consideradas ruins por causa das temperaturas elevadas, das condições precárias de trabalho e dos riscos pertinentes ao meio.

A jornada era sempre percebida como extenuante, não só por causa dos ritmos intensos, mas fundamentalmente pela excessiva exigência de cumprir metas estabelecidas pelos próprios trabalhadores, que podem chegar a oito horas diárias, durante cinco dias por semana, dependendo da demanda em determinados períodos do ano.

Por tais condições de trabalho, esses trabalhadores recebem salários que geralmente ultrapassam pouco o salário mínimo vigente, mas cujos rendimentos são resultantes do esforço empreendido por horas e horas na beira do rio.

Diante disso, o único modo de aumentar o poder aquisitivo seria através de outros trabalhos denominados “bicos” ou pelos chamados “benefícios”.

Frente a esse novo momento da vida e ao fato de que, para esses trabalhadores, os benefícios sociais estão oferecendo uma condição de vida e trabalho bem menos penosa que a vivida anteriormente, sempre carregada de relativa positividade, muito comum para se referirem à nova situação.

Além disso, em muitos casos, o chamado “quadro de benefícios” colabora de modo significativo no orçamento doméstico.

São esses os aspectos que fazem com que os trabalhadores vejam mudanças positivas tanto no trabalho que realizam quanto na vida fora dele. Aqui é preciso considerar que estão levando em conta dois momentos distintos do seu percurso de vida. De certa maneira, o sentido positivo que eles atribuem ao momento em que estão vivendo tem como referência um passado bastante recente de intensa carência material e social. Sendo assim, se comparado a tudo o que esses trabalhadores (não) tinham antes, o novo modo de viver está marcado por conquistas e mudanças muito significativas. É o caso de João Augusto:

Bom, eu, por exemplo, eu falo que melhorou, porque, antigamente, eu não podia manter pelo menos o básico para os meus filhos, porque não dava minha condição. Mas, hoje, com esse auxílio que tem, não é uma vida boa, não, mas, graças a Deus meus filhos não passa fome, porque o que eu pego anualmente, mensalmente, e o que ela pega anualmente é tudo investido na família, nos menino, porque são doze. Então, é muito difícil sustentar uma família com um salário. Às vezes, tem essa televisão, aqui, que foi nosso filho que deu. A estante. Porque, se fosse pra nós mesmos comprar e pagar com o que ganha, nós num dá conta não. Os filhos que

estão estudando... Mas, com esses auxílio que a gente recebe, melhorou bem, graças a Deus. Eu num tenho do que reclamar. Agora, pra trás, não, eu nunca pensei em comprar televisão, rádio, essas coisa não. Não tem uma reserva, não tem nada. Porque, o que nós pega, mesmo, é pra sobreviver. Porque é muita gente, tem 2 moças que estão fazendo o 2º grau, é uma pedição de trem, é caro, e se você não buscar lá fora, plantar uma abóbora pra tá vendendo, pra poder ajudar e complementar o salário que a gente recebe não dá.²⁰⁴

Entre as mudanças que os trabalhadores relatavam no novo modo de viver, há um conjunto de aspectos em processo de transformação que, nem sempre, eles próprios têm percebido de modo claro. Hábitos, valores, formas de relacionamento familiar e afetivo, representações do corpo e de si mesmos fazem parte de um conjunto de mudanças importantes decorrentes da inserção de novas fontes de sustento.

João Barbosa, pescador, vazanteiro, foi um desses trabalhadores que encontrei no dia a dia da cidade, no vai e vem entre o rio e a cidade. Ao encontrá-lo, juntamente com outros trabalhadores ao final da tarde, percebi claramente o quanto aquela jornada era extenuante, cansativa.

João Barbosa refere-se à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mesmo que não “cem por cento”, mas ajuda no necessário:

Melhorou um pouco. Porque o negócio do seguro melhorou, mesmo. Num sai os peixes, mas tem o seguro que ajuda. E, quando num tinha o seguro, o pescador tinha que rebolar. Se tivesse o peixe, bem, se num tivesse, tinha que passar batido. Melhorou numa parte. Mas, pelo peixe, arruinou. Num tem peixe mais como tinha. Melhorou, mas nem tanto, mas ajuda. Mas, pra falar que melhorou cem por cento, num melhorou, não. Mas vai acabando as forças...²⁰⁵

Aqui, é importante lembrar uma afirmação de Hobsbawm,²⁰⁶ ao se referir à parca melhoria da situação de vida da classe trabalhadora durante o período da “grande expansão do capitalismo”, entre 1848 e 1875. Escreve o autor:

Era um quadro de pessoas com algum respeito e segurança, cujas expectativas eram enormemente modestas, mas conscientes de que poderia ser bem pior, que se lembravam de tempos quando eram bem mais pobres [...].²⁰⁷

Em que pese o reconhecimento de que há aspectos positivos percebidos pelos trabalhadores, cabe considerar também que eles continuam sob condições rígidas de trabalho,

²⁰⁴ João Augusto, 52 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

²⁰⁵ João Barbosa, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 16/06/2011.

²⁰⁶ HOBBSAWM, E. J. Os trabalhadores pobres. In: HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 4ªed., Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982, p. 140

²⁰⁷ HOBBSAWM. **A era das revoluções**, 1982. 140.

esse modo de viver só é percebido como positivo quando comparado ao que experimentavam antes.

É o caso de Dona Nice, esposa de João Augusto, que, por conta de sua incapacidade ao trabalho, por estar “encostado” pela Previdência, conseguiu o direito de receber o seguro por ser parceira nas atividades do marido e, por conseguinte, se considerar pescadora profissional:

É, eu mesmo eu não recebo seguro desemprego, não. Quem recebe é a mulher, porque eu sou encostado, inválido, com problema cardíaco, então num faço. Desde quando eu encostei, eles não fazem, mas eu já fiz aí uns 4, 5 anos pra trás. Ela tem a carteira, então ela responsabiliza. Eu ando com ela, ela é minha esposa. Lá na roça, eu fico lá, trabalho, assim, de manhã, de 6 às 9 horas. Aí, eu paro, pego de umas 4 horas em diante. Não posso pegar peso, sol quente. Tô encostado e recebo a aposentaria ainda.²⁰⁸

Vale destacar que as mulheres trabalhadoras rurais e as pescadoras foram reconhecidas como plenas beneficiárias de direitos, independentemente de seu cônjuge já ser inscrito na Previdência ou de receberem pensão pelo falecimento do cônjuge. Da mesma forma, os dependentes a partir dos 16 anos de idade também adquiriram o direito de inscrição individual no sistema, desde que comprovem o exercício da atividade.

A comprovação da atividade de pescador, de modo oficial, se dá com uma declaração e/ou comprovante da Colônia dos Pescadores com a atualização das contribuições e recolhimento da mensalidade.

Para Dona Geraci, as coisas também começaram a se modificar a partir do pagamento do seguro desemprego:

A situação do pescador começou a melhorar mesmo foi depois que começou o negócio de seguro, porque pesca oito meses e fica quatro meses recebendo o seguro desemprego. Aí, melhorou um pouco para o pescador. Porque, antigamente, você pegava o peixe, mas o peixe era mais barato também. Hoje em dia, você num pesca quase nada, mas o peixe é mais caro. Então, melhorou, porque o pescador tem direito, né. E, se você é gancheiro²⁰⁹ e tiver atrapalhando, a gente tem prioridade pra denunciar o gancheiro.²¹⁰

É preciso reconhecer o valor simbólico do recebimento do benefício pelas mulheres. De pessoas que nunca haviam recebido remuneração pelos trabalhos realizados, elas passam a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, recebendo seus benefícios regular e diretamente.

²⁰⁸ Orenice Gomes dos Santos. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

²⁰⁹ Que não tem carteira de pescador é gancheiro e não pode estar introduzido no meio dos profissionais

²¹⁰ Geraci Francisca da Silva Duarte. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

O acesso ao benefício trouxe impactos positivos, agindo no combate à pobreza, valorizando a figura do idoso e, principalmente, refletindo na valorização das mulheres. Ou seja, a extensão da aposentadoria rural para elas, possui um grande valor simbólico e traz condições para que não sejam vistas apenas como dependentes de sua família.

Apenas Altina fez um caminho contrário às outras entrevistas. Considera que viver com aquilo que a terra lhe proporcionava, para ela, o marido e os filhos, já era o suficiente. A proximidade, a tranquilidade e a fartura de outros tempos colidia com a situação em que os filhos viviam:

Antigamente, toda a vida tinha fartura, mas não é como hoje. Antigamente, as coisas eram mais fáceis do que hoje. Eu achava que, pra trás, era mais fácil e era mais ruim. Porque nós morava lá na beira do rio e os filhos estudava, com pé no chão, não tinha uma sandália pra calçar, uma coberta pra embrulhar, era aquela coisa ruim. O marido trabalhava à noite, pra gente comer. Fomos morar na fazenda Daniela, e pescava na lagoa pra pegar uns peixe e vender. Bom demais. As coisas boas. Fartura. Coisas boa na beira do rio. Gente da beira do rio não passa fome, não, meu filho. Tudo é legal. Quando num tem uma coisa, tem outra. Tem um quiabo, um maxixe, num tem uma coisa, tem outra. Era assim. Todo mundo vivendo e todo mundo casou e fiquei só mais meu marido.²¹¹

Quando se plantava a abóbora, o arroz e o feijão e deles se tirava renda, tinha-se a liberdade de comprar uma roupa, um calçado e “comer um ano inteiro”. O fato de não estar produzindo, criando, participando da ética de mercado implantada, impediria, na concepção de muitos trabalhadores consultados, o acesso a certas liberdades.

O que podemos notar é que os trabalhadores demonstram que existem ganhos importantes, não só no que diz respeito à melhoria das condições de vida, mas também no que se refere às mudanças que estão ocorrendo nas condutas, nos valores, nos hábitos.

Aqui temos que considerar que se trata de um impacto significativo. Não sem razão, dizem que “a vida mudou muito” e “mudou para melhor”, mas existem contradições e perspectivas de análises dessa realidade no qual estava acostumado. Os sentidos do trabalho, do espaço e dos modos de viver eram diferentes para cada um desses trabalhadores. Para Dona Altina, viver na roça era um tempo de fartura, porque “quando num tem uma coisa, tem outra”, ou seja, podem usufruir daquilo que produzem, como o quiabo, maxixe, abóbora e outros alimentos típicos da região e que fazem parte dos hábitos alimentares dos moradores da região e principalmente, porque para ela, “gente da beira do rio não passa fome”.

²¹¹ Altina Franco Cardoso. Entrevista realizada em 14/10/2011, à beira do rio São Francisco.

Assim, evidenciar-se a importância da produção nas vazantes para essas pessoas que fazem parte dos hábitos alimentares desses trabalhadores. O conhecimento da disponibilidade desses recursos constituem aspectos relevantes, além de fazer parte de um sistema cultural repleto de significados.

Outro aspecto importante a considerar é que não tem havido preocupação de instâncias governamentais, estaduais ou municipais, em criar condições efetivas para a conquista de melhorias para os trabalhadores.

O município conta com a presença de uma Colônia de pescadores, cujos trabalhadores recorrem para garantir a concessão de seus benefícios. Não há um sistema adequado de formação educacional e de qualificação para preparar os associados e respectivos filhos para funções mais qualificadas e prover a melhoria na qualidade de vida das famílias.²¹²

Apesar disso, esses trabalhadores estão experimentando um novo modo de viver, sem, no entanto, terem acesso aos recursos que possam efetivar até mesmo a positividade de determinados valores, hábitos e condutas que estão sendo, gradativamente, construídos.

As conquistas desses trabalhadores são evidenciadas nos momentos em que a comparação de suas vidas, de seu trabalho e da realidade de seus filhos. A presença das mudanças, como a energia elétrica, a escola para os filhos e a utilização dos eletrodomésticos, como a televisão e o som, são formas de consolidar as mudanças ocorridas em suas vidas. Foram conquistas, que apesar de sofridas, são motivo de orgulho para sua família e um exemplo a ser seguido por todos os filhos. Para João Augusto, é importante o reconhecimento dos direitos concedidos aos pescadores, pois, apenas deste modo, contribuem nas despesas de casa e da família em tempos em que o trabalho está proibido:

Foi uma ajuda boa. Demora que é de ano em ano, mas quando a gente recebe, a gente faz umas coisinha, uma ferinha, mas ajuda bem. O peixe sumiu, e foi por isso que fez o benefício. De primeiro, o pescado num tinha direito, valor nenhum e hoje a gente é reconhecido. Primeiro, porque a gente pescava, mas num sabia de direito nenhum, aí montou a Colônia e conseguiu isso aí. O governo mesmo sabe que tá ruim, por isso que fez isso. Mas o peixe arruinou mesmo, porque você quase num vê peixe na rua não. De primeiro, todo mundo tinha uma bicicleta, você batia de frente com alguém que vendia peixe na rua e hoje em dia você num vê isso não.²¹³

²¹² Esclareço que, desde o início, a pesquisa não tem por objetivo denunciar irregularidades, manobras eleitoreiras perceptíveis dentro da organização. Os interesses da classe, da categoria, para além da representação política, muito importante para esses trabalhadores, devem ser realizadas com o intuito de defender os interesses propostos pela Colônia, mas, vêm ocorrendo distorções, caminhos que para além dos pescadores, vêm sendo alvo de barganhas, clientelismo, dependência. Os resultados dessas manobras pode ser percebida na votação expressiva do “representante” dos pescadores na Câmara Municipal de São Francisco, que coincide com o número de associados da Colônia.

²¹³ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência.

Um dos fatores que chamaram a atenção foi o reconhecimento da importância de seu trabalho, a garantia dos direitos aos pescadores, que agora eram tratados como um trabalhador que era “fichado” e possuem direitos, como o Seguro Desemprego.

Joaquim percebe as mudanças ocorridas com a diminuição do comércio dos peixes pelas ruas da cidade. Se anteriormente, nas décadas de 1980 e meados da década de 1990, esse tipo de atividade era intensa. A saída para ele foi trabalhar de pedreiro, ofício que não tem a necessidade de registro na carteira de trabalho:

Esse seguro eles fala que é um fundo perdido do Estado que eles têm o dinheiro que eles têm. Eu falo que sou pescador, mesmo sendo pedreiro, porque não trabalho fichado. Se você trabalhar fichado, você perde o seguro. A policia falou que você pode trabalhar em qualquer lugar menos fichado. Os filho meu tudo tem direito, todos eles, mas quem recebe aqui é eu, Socorro e Vanilson, os outros é que vai interar dois anos. Agora eu tenho tempo, vai interar quase trinta anos de sócio. Esse dinheiro num da não. Você sabe come é que é. Você num recebe tudo de uma vez, todo mês, você recebe. Mas quando você vai receber, você já tem uma dívida pra pagar. Isso é a lei tem uma taxa tem que pagar mesmo. La tem um carnê que nós preenche e a gente paga 29 reais no banco, pra quando a gente aposentar, um INSS, é todo ano, para aposentar.²¹⁴

O fundo perdido, ao qual Joaquim se refere, é o fundo de garantia de todo trabalhador que contribui com o INSS, que lhe garante o pagamento do Seguro Defeso. Joaquim assume que realmente trabalha em outra profissão, como pedreiro, porque não tem mais condições de sustentar a família apenas com o dinheiro proveniente da pesca, até o momento em que a aposentadoria lhe garantir uma tranquilidade sem a necessidade de trabalhar.

A propósito, como o seguro, apesar de possibilitar a todos os membros da família o seu recebimento, apenas a sua mulher, Socorro, como parceira no trabalho, e Vanilson, um dos nove filhos, recebem o seguro. Os demais, apesar do tempo de espera necessário, 2 anos, fizeram a carteira como garantia de uma renda, caso necessário, futuramente.

No caso do filho mencionado, optei por não realizar a entrevista com ele pois os próprios pais esclareceram que, ele, como não tem um ofício e por sofrer com problemas de saúde (epilepsia), foi a única alternativa encontrada para garantir a ele uma renda, mesmo que por 4 meses ao ano, e uma aposentadoria futura.

²¹⁴ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

Joaquim nega que tenha abandonado o ofício de pescador, apesar de já exercer outra profissão há muitos anos. O exercício desta atividade pauta-se na informalidade, pois o registro da carteira profissional como pescador impede que exerça outra profissão com carteira assinada:

Eu num abri fora do rio! No caso aí, de que você ta falando, eu num abri fora do rio. Sou pescador a mesma coisa, mas, é porque o peixe hoje num dá. Eu pescava e trabalhava. Era porque nós, um ajudava o outro. Agora, que os peixe ficou mais difícil. Olha, você vai pescar no rio, hoje, eu tenho a tarrafa de tabela e rede, você pega, eu tenho a malha da tarrafa 10. Se você pega um peixe desse tamanho aqui ó (*gestos*), a policia pega, toma, e multa. Aí, fica pior. Você num pode pegar peixe pequeno. Em lagoa, você vai pescar, num pode. É proibido pela lei. Só de anzol e olhe lá. A lagoa, pra nós, num é liberado de jeito nenhum. No rio, você pegar peixe pequeno, eles toma e multa ainda. E aí, fui pescando, trabalhando e pescando, trabalhando e pescando. Quando o peixe arruinou mesmo, quando arruinou e eu vi que num dava pra manter, aí eu fui trabalhar fora de vez. E eu vou no rio só pra pegar pra comer, porque pegar pra manter a casa num dá. Dá não. Você pode sair na região aqui. Desce o rio fazendo pesquisa, pra você ver. Porque nós, da beira do rio, num vive mais só do peixe. Planta uma vazante, uma roça. E a chuva, cadê a chuva? O pescador sofre demais²¹⁵

Mais uma vez, o arrocho da legislação ambiental para coibir a atividade pesqueira, realizada de maneira predatória, interferiu também nos modos de trabalhar de todos os membros, que aos poucos foram sendo pressionados e deixando de lado a profissão. “Eu fui trabalhar fora de vez”: é uma realidade constante entre todos os trabalhadores. Foram poucos que continuaram a exercer uma única atividade para prover o sustento da família, como pescador.

Para Joaquim, que no momento era desprovido de terras, de vazante, a alternativa encontrada foi mudar da zona rural para a cidade, mesmo que essa mudança tenha sido ocasionada por fatores externos, como a enchente de 1979. No entanto, mesmo que não exercendo a atividade de maneira constante como anteriormente, dedicando-se quase exclusivamente o tempo à função de pedreiro, ele deixa claro que ainda é pescador, mesmo que não sobreviva da profissão, porque não dá mais para sustentar a família com aquilo que retira do rio.

As condições de trabalho, a falta de uma cooperativa, sindicato ou outra forma de associação fizeram com que alguns trabalhadores buscassem a carteira de pescador como uma alternativa para garantir seus direitos. A falta dessa organização para os areieiros, explicitado anteriormente, pelas dificuldades e burocracia existentes, Dirceu se refere à tentativa de “tirar” a carteira de pescador para ter acesso ao seguro desemprego:

²¹⁵ Joaquim de Jesus Costa, pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência.

Eu não tenho carteira de pescador. Inclusive, eu tô tentando tirar carteira. Já dei entrada nos papel lá, mas, eles pararam esses tempo agora, porque tem muito pecador que é pescador só no nome. No rio, mesmo, nem vai pescar, só mesmo pra ter o benefício, para receber o benefício. Mas, aí, como eu trabalhei, comprei uma roça, eu tava querendo tirar a carteira de trabalhador rural, aí eu dei um tempo pra ver se eu consigo tirar a do pescador, porque a de pescador, pra mim, tem mais vantagem. Porque tem o seguro, na época que a gente recebe seguro. Agora, nós vai dar uma parada agora, porque vai receber o seguro. Eles pararam porque já tem muito, já, tem bastante pescador já. Aqui no rio, tem um tanto de pescador que tem. Tem pessoas que tem carteira, mas num vai nem no rio pescar e tira o benefício. Tem uns que num têm nem barco e nem tralha pra pescar, aí tem a carteira de pescador.²¹⁶

Dirceu, como tombador de areia, buscou assegurar uma renda futura por não conseguir organizar uma associação para a categoria dos areieiros. Trabalhador ribeirinho, como tombador de areia ou barqueiro, a saída foi “tirar” a carteira de pescador, porque, além dos benefícios futuros, como a aposentadoria, era mais fácil comprovar a atuação na área, o período de comprovação e o tempo de espera são menores e, ainda, teria o seguro por um determinado período do ano.

Além disso, muitos desses trabalhadores passam por profundas transformações ocasionadas pelo desemprego, carências habitacionais, taxas altíssimas de evasão escolar. Todas as atividades mencionadas, como a pesca, a extração de areia, a plantação em vazantes ou mesmo a utilização de pequenos barcos, pressupõem um baixo desenvolvimento tecnológico e uma cooperação para a realização da atividade.

Há, no entanto, algumas peculiaridades. Existem aqueles que discordam da forma de organização e do pagamento do Seguro Defeso. A valorização do trabalho que realizam frente á demanda de pessoas que buscam no seguro outra fonte de renda é questionado por Dirceu anteriormente e por João Augusto a seguir:

Ampliou a fiscalização, colocou dois órgãos pra fiscalizar. Agora, ela tá marretando. Colocou dois órgãos, o IBAMA e o IEF. O IBAMA fiscaliza de um jeito, chega o IEF e desmancha o que foi. Agora, mesmo, chegou um cadastro, uma nova lei, que vai verificar os pescadores pelo número. Tem que fazer um cadastro, e eles vai fiscalizar. Porque, tem muitos pescadores de documento mas num sabe pescar. Então, o presidente soltou muita carteira, tem gente morrendo, porque num sabe remar, soltar uma rede, num conhece as águas. Então, mas é pescador. Só é pescador de seguro, só pesca todo o ano. Só pesca o seguro, de novembro a março, que ele joga lá o anzol, mas, pra pegar o seguro desemprego, mas pra ficar aí na tralha, molhando a tralha e entender do negócio, é pouco que entende.²¹⁷

²¹⁶Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro. Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho.

²¹⁷ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência.

Não se constituiu objetivo da pesquisa o foco denunciativo das estratégias eleitoreiras ou de burlar a fiscalização, porém, é interessante perceber que os próprios trabalhadores possuam a consciência dos problemas causados por isso.

O “pescador de seguro” é uma evidência do crescimento e do aumento do número de pescadores na cidade de São Francisco. Enquanto presenciamos a degradação e diminuição nos esforços da pesca, ocorrem aumentos significativos na quantidade de trabalhadores que vão buscar alternativas para conseguir outras fontes de renda. Para João Augusto, a distribuição da carteira aos “pescadores de seguro”, acarreta uma série de desconfianças para toda a categoria. Os “pescadores de fato”, agora são vistos com desconfiança e a credibilidade e o reconhecimento da categoria antes adquirida têm diminuído:

Nessa época, o presidente da Federação, que era o seu Alberto Lima, ele fez a última reunião e deu a prioridade para as mulheres e os filhos dos pescadores ter o documento. Mas, isso não ficou assim do jeito que ficou lavrado a ata. Gatos e cachorros, tudo pegou carteira. Atrapalhou nós, os mais velhos, e atrapalhou todos os jovens. Porque, o povo tá pegando no pé, e teve um promotor, o Dr. Paulo César, ele cassou umas oitenta e tanto carteira, pressionou o presidente da Colônia e foi uma reviravolta danada. Depois, tornou abrir carteira. Agora, o bicho tá pegando. Acho que, hoje, tem umas 1500 por aí. E você não vê esse povo no rio, não. Só no final de ano, na Colônia. Porque, se esse tanto de povo que diz que é pescador tivesse no rio, essa cidade tinha peixe para o consumo da própria cidade e transportar pra fora. O povo daqui de dentro num tem peixe, nem pro consumo pro povo daqui. Porque, você anda aí, e é raro você ver um pescador. Só os velho, mesmo, que vive do ramo, o meu mesmo. Tem quarenta e tanto anos que mexo com pesca, mas me encontro meio inválido por esse problema.²¹⁸

A análise de João Augusto não se refere apenas aos desmandos em relação ao pagamento do seguro, a legislação, a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, a rigorosidade que têm agido, também se reflete os “pescadores de fato”:

A vida, aqui, dos ribeirinhos não é fácil, não. A única coisa que dá fonte de renda, aqui, na cidade, é pescaria e panhação de areia. Um serviço muito pesado. Para mexer com areia, é muito pesado. Pescaria também não é uma profissão que a pessoa acha que não é, é sofrida. Ele fica sem comer, dorme no molhado, debaixo de sol e chuva, muriçoca, cobra, como muitos que já morreram. Enquanto os outros pescador fica em casa, com ventilador, debaixo da cobertura, em casa, tranquilo.²¹⁹

O acesso à carteira profissional de pescador tem sido cada vez mais limitada, mesmo que os filhos e as esposas tenham o direito assegurado pela legislação. O fato é que a

²¹⁸ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

²¹⁹ João Augusto, 50 anos, pescador. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

fiscalização rigorosa, o “arrocho” que se instituiu, dificulta cada vez mais a comprovação dos seus direitos, explicitado por José Rodrigues(Zé Pincel):

A mesma coisa é o seguro. Porque o dinheiro do seguro é para o pescador, você entendeu, se proteger dentro de casa, com suas coisas, sua água, no período de 4 meses. Ele fica doidinho pra receber o seguro desemprego para passar nos bar e começar a beber a cerveja. Aí, pronto. Então, é tudo mal distribuído, os recursos que o governo manda. Nós estamos jogando nosso dinheiro no mato, porque nós que ajuda pagar. Nos ajuda comer, e ajuda a pagar. Depois fala: “Ah Zé, porque você fala demais”. Mas, não é porque você fala demais, é porque nós tamo vendo. A gente tá vivendo com isso todos os dias. Ele quer saber de seguro. Pescador de seguro. Não tem barco, não tem anzol, não tem nada. Só tem dentro de casa as mulheres e os filhos.²²⁰

A necessidade de receber o Seguro Desemprego para José Rodrigues, passa pela valorização do trabalho, mesmo com uma idade mais avançada, é a alternativa que todos têm, sem, necessariamente, depender do seguro ou do auxílio do governo:

Esse benefício que o governo manda eu acho um grande erro. Porque recebe pessoas que muitas das vezes não conhece o valor do seu dinheiro e nem do trabalho. Então ele é mal, um dinheiro mal distribuído. Então, tem pessoas, tem homem que fica esperando a mulher receber o dinheiro do Bolsa Família, ou Bolsa Renda , Bolsa Escola, pra pegar e beber pinga. Outra hora, a própria mulher vai pro buteco, beber pinga e deixa de aplicar aquele dinheiro, que é pra aplicar dentro de casa. Então, eu acho que o dinheiro é mal distribuído. Não vou dizer que está errado. Isso é o que eu acho, que ele é mal distribuído. Coloca o povo preguiçoso, as mulher preguiçosa, os homens preguiçoso. Entendeu? Então, eu acho isso errado.²²¹

As análises feitas por Zé Pincel são recorrentes por toda a cidade. A opção de dizer o que pensa ou a pedagogia do “denuncismo” não é objetivo da pesquisa, mas captar e analisar a perspectiva dos diferentes atores, suas experiências, as trajetórias, as práticas de trabalho e seus modos de vida.

Nas entrevistas realizadas, foi necessário deixar claro a importância que esses trabalhadores possuem, sendo necessário articular as falas em que pesam os estigmas de indolentes, bêbados e vagabundos incorporados nas narrativas de uma parcela da população da cidade. Procuro considerar as estratégias elaboradas pelas famílias para conseguir garantir direitos aos filhos ou mesmo os “pescadores de seguro”, que a partir de diversas irregularidades, pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis, se infiltram no meio dos “trabalhadores de fato”, para garantir um ganho e uma renda.

²²⁰ José Rodrigues de Queiroz. Entrevista realizada em 30/04/2011 em sua residência.

²²¹ José Rodrigues de Queiroz. Entrevista realizada em 30/04/2011 em sua residência.

Por diversas vezes, as entrevistas , principalmente com os mais velhos, ganham um tom de indignação e revolta, por saber que seu trabalho, sua forma de sustento, é utilizada de maneira leviana, como relatado por Zé Pincel, João Augusto, demonstrando sua insatisfação, e outros tantos, que preferiram deixar em *off* o que realmente pensam sobre essa situação.

No entanto, isso não implica a desvalorização do trabalho, o desânimo e tampouco levou essas trabalhadores à preguiça, inércia e indolência ou até mesmo à não percepção por parte desses trabalhadores de que o trabalho, a luta e a resistência são importantes para demonstrar os valores que defendem, tanto para os filhos e para toda a família, explicitado na fala de Zé Pincel e João Augusto, do fato de “receber pessoas que muitas das vezes não conhece o valor do seu dinheiro e nem do trabalho”.

Esses depoimentos levam a interpretações de que o cotidiano expresso nas relações sociais vivenciadas são conflitivas, seja em relação ao trabalho, aos valores que podem e devem ser reconhecidos sua importância.

A todas essas categorias de trabalhadores mencionados nas linhas desta pesquisa, sejam vazanteiros, pescadores, tombadores de areia, homens ou mulheres, o fato é que, ainda, “aparentemente dissociadas” de outras categorias, pelas características distintas de trabalho, assemelham-se no que concerne à luta por reconhecimento, primeiro da condição de trabalhadores, e, segundo, enquanto sujeitos da própria história.

Mais do que uma luta por reconhecimento, estamos falando da luta por direitos sociais(saúde, previdência, assistência) e, nesse processo, as reivindicações dos trabalhadores, de modo geral, se assemelham , independentemente do locus de trabalho, seja nas fábricas seja na beira o rio e partilham do mesmo sentimento: o seu trabalho nem sempre é visto.

A luta dos trabalhadores por visibilidade, por direitos, não se dá isoladamente, mas nos movimentos sociais, também os ligados à pesca, como é o caso da importância da Colônia para essas pessoas.

A esse respeito, penso que os movimentos sociais ligados à pesca são cruciais nos caminhos que os trabalhadores vêm trilhando no processo de reconhecimento e essa luta por espaço público é pela necessidade de reconhecimento não só da condição de trabalhador, seja de fato ou por direito, mas dos direitos sociais.

Além disso, como percebi na situação dos tombadores de areia a areieiros, mesmo sabendo da importância de uma associação da categoria e pelas dificuldades apresentadas, não se acomodaram; elaboraram estratégias de reconhecimento de seu trabalho, e o meio em que

realizam, o rio São Francisco, é primordial, para que se estabeleçam laços de fidelidade, solidariedade entre os trabalhadores.

Os movimentos sociais e a conjuntura política em torno da pesca levam a essa direção, isto é, a do reconhecimento como reivindicação de justiça. Não buscam apenas um título ou uma carteira de pescador, mas o significado e os frutos reais que a condição de trabalhador pode lhes proporcionar. Estão lutando por *reconhecimento*, por cidadania, participação e representação na esfera política e social. Reconhecimento por distribuição de renda, direito de sobreviver em condições de igualdade, não só para eles, mas também para as suas famílias.

Diante do que foi exposto, e dos diálogos com os sujeitos da pesquisa, estão sempre presentes citações e referências ao Bolsa Família e ao Seguro Defeso. Em um primeiro momento, procurei evidenciar como o Seguro Defeso possibilita perspectivas de vida melhores para as pessoas. No entanto, não podemos deixar de lado análises sobre os Programas de Transferência de Renda e os impactos na vida dos trabalhadores.

3.3- O BOLSA FAMILIA NA VIDA DOS TRABALHADORES RIBEIRINHOS

Entende-se por políticas sociais a intervenção do Estado nas questões sociais existentes, criadas para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista que discrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres seja cada vez maior.

Um dos grandes problemas a serem superados entre as famílias, é que elas não dispõem de igualdade de condições. As oportunidades, as expectativas aparecem de forma diferenciadas para cada uma dessas famílias e seus membros. Há distorções a serem superadas, principalmente entre os mais pobres, que tendem a reproduzir continuamente o ciclo: baixo nível educacional, má alimentação e saúde, instabilidade no emprego e baixa renda.

Ao desencadear políticas sociais, o Estado procura equiparar as oportunidades entre pobres e ricos, diminuindo a distância entre esses dois grupos e permitindo que as novas gerações quebrem o ciclo da pobreza.

Educação, Saúde e Trabalho são direitos universais garantidos pela Declaração Internacional dos Direitos do Homem e pela Constituição de diversos países. Entretanto,

muito mais do que garantir direitos, a atuação do Estado nesses campos garante, teoricamente, a igual oportunidade de ação dos indivíduos na sociedade.

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003²²², transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004²²³, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do Governo Federal.²²⁴

Constituiu-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero, uma proposta de política de segurança alimentar, orientada pelos seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair ou criar condições para superar a realidade em que se encontram.²²⁵

Essas mudanças através de ações conjuntas são defendidas por Weissheimer:

[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família.²²⁶

O impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução consistente da desigualdade social no Brasil. Essa fator não é livre de polêmicas, pois há quem acredite que, embora tenha efeitos positivos para a melhoria da vida de famílias mais pobres, o programa é insuficiente para alterar o quadro da desigualdade social no país.

O que ele visa é a redução da pobreza a curto e em longo prazo, através de transferências condicionadas de capital, que, por sua vez, visa acabar com a transmissão da miséria de geração a geração. É considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo e é considerado um importante mecanismo para o enfrentamento da

²²² BRASIL. **Medida provisória nº 132** de 20 de outubro de 2003.. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 12/01/2012

²²³ BRASIL. **Presidência da República. Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12/01/2012

²²⁴ BRASIL. **Presidência da República. Decreto 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12/01/2012

²²⁵ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Manual de Gestão de Condicionalidades. 1ª Edição. Brasília – DF. 2006. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 12/01/2012

²²⁶ WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006, p. 39.

pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil. A organização dessas famílias deve tornar-se um mecanismo e estratégia para superar essa realidade. Tornou-se necessário ir em busca de novos postos de trabalho, formas de organização e lutar por direitos.

É importante salientar também que, apesar desses fatores, o número de moradores de rua, de crianças pedintes e engraxates, vendedores de picolé e sorvete, que eram em grande número, também diminuiu.

São questões importantes para nossa análise, visto que, diante da situação que muitas dessas pessoas estão expostas, os Programas de Transferência de Renda contribuíram para diminuir ou amenizar a condição social. Não há números oficiais que comprovem essa mudança de comportamento, de trabalho, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, são visíveis para um olhar atento e com maior sensibilidade da nossa realidade.

Considerando as condições sociais das famílias analisadas, pude perceber a visualizar melhor “os recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentar os impactos que as afetam”.²²⁷ Isso pode ser percebido na entrevista realizada com Orenice Gomes dos Santos, esposa de João Augusto, que também participou da entrevista realizada com o marido. a sua importância é representativa nesse aspecto, pois é ela quem recebe e administra os recursos provenientes do Bolsa Família:

Era trinta reais cada um. Aí, todo mês era trinta reais. Depois, passou a ter o vale gás e de dois em dois meses recebia 45. Sete e cinquenta era do vale gás. Aí, depois, passou a ser Bolsa Família. Aí, eu passei a receber cento e doze. Aí, Roberta saiu da escola eu passei a receber noventa dois. Tem muito tempo. Foi no tempo de Fernando Collor. Não. De Fernando Henrique. Eu sei que tem os papéis guardados por aí.²²⁸

A referência feita por Dona Nice é o período correspondente ao Governo de Fernando Henrique Cardoso(1994-2002), em que as políticas sociais começaram a ser implantadas. Posteriormente, o Programa Fome Zero, como foi citado anteriormente, incorporou os outros benefícios citados por ela, como o Vale Gás e o Bolsa Escola.

Anteriormente, ainda no início da concessão dos benefícios, eles eram divididos de acordo com as necessidades das famílias. Algumas recebiam apenas alguns auxílios específicos. De certa forma, a incorporação dos benefícios ao Programa Bolsa Família,

²²⁷ ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sócio-demográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, Vol. 23,nº 1, p. 43-59, jan/jun, 2006.

²²⁸ Orenice Gomes dos Santos. Entrevista concedida em 29/04/2011, em sua residência.

procura enfrentar esses problemas à curto prazo, com o alívio aos problemas imediatos e urgentes, como percebe-se na análise feita por Dona Geraci:

O Bolsa Família é uma mão na roda. Tem hora que ele chega bem na hora certinha. Tá o maior sufoco, é a hora que ele a chega. A gente pega, depois do dia 15. Aí, dá pra pagar uma água, uma luz, comprar um gás. Desse jeito. Às vezes, tá precisando de uma roupa pra escola e a gente compra. Então, não é aquele tanto de filho. Nós somos 15 irmãos. São 12, mas, graças a Deus, meu pai zelou de nós, minha mãe, morando na roça, o auxílio era de Deus. Meu pai cuidava só de roça grande. Na época das águas, na época da seca também. Então, aquilo havia também fartura. Às vezes, não tinha uma coisa, trocava uma coisa pela outra. Num tinha arroz, mas tinha farinha, então você trocava. Então, hoje, a coisa facilitou muito. Então, hoje a maioria das pessoas não quer trabalhar por causa disso. Você chama pra trabalhar e não vai. Tem o benefício ali todo mês. Faz qualquer outro ajeito ali tá bom.²²⁹

Considerar que o Bolsa Família é “uma mão na roda”, como evidenciado por Geraci, faz com que o programa se concretize na transformação de um quadro de pobreza de demandas extremas e ainda reverte uma situação que abrange a evasão escolar e até mesmo minimiza a exploração do trabalho infantil. Portanto, o Bolsa Família, agregando outros benefícios sociais como o Bolsa Escola, formam estratégias que a médio ou longo prazo tem contribuído para acabar com as desigualdades sociais no Brasil e em São Francisco.

Apesar da unificação dos benefícios do programa, a partir das entrevistas, percebi que há distorções nos valores recebidos por cada família. Orenice (re) faz essa trajetória dos valores recebidos a partir da incorporação dos benefícios e não há clareza e exatidão nas informações prestadas por todos:

Quando fiz veio de 3 crianças. Eu recebo 134 reais, porque, na escola mesmo é seis, vai interar sete no ano que vem, e , quando fez, eram 15 reais por filho. Agora, num sei. Entrou esse Fome Zero, esse monte de trem aí, agora não sei. Eu sei o total, que é 134, no cartão da Bolsa Família, que inclui tudo, no Cartão Cidadão. Eles perguntam quando vai fazer o cadastro, eles perguntam quantos meninos estão estudando, e, aí, agora, eles falam o nome da série, da sala, porque eles passam lá e verificam onde é, já vai pra lá. Quando fez era 15 reais, mês sim mês não, ai foi aumentando, aumentou pra 30, 45. Agora, eu recebo todo mês...²³⁰

Desde a criação da Lei nº10. 219, em abril de 2001, que criou o Programa Nacional de Renda Mínima²³¹ vinculada à educação, sabe-se que suas práticas têm sido objeto de muitas críticas, principalmente em relação ao valor da bolsa e por ser, segundo os críticos,

²²⁹ Geraci Francisca da Silva Duarte. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência.

²³⁰ Orenice Gomes dos Santos. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência.

²³¹ Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 15/04/2012

uma forma de reproduzir a desigualdade social, já que pode criar nas pessoas uma cultura de dependência do dinheiro. No entanto, percebe-se que, independente do valor, existem elementos capazes de evidenciar os impactos positivos, de curto a longo prazo, para as pessoas que recebem os benefícios.

O Programa Bolsa Escola, por sua vez, foi implantado em 2001, em princípio, com a proposta de conceder benefício monetário mensal às famílias carentes brasileiras, em troca da manutenção de seus filhos na escola. Objeto de críticas por parte de uns e de orgulho por parte de outros, esse projeto gera, ainda hoje, sérias discussões sobre sua validade e viabilidade.

Para essas famílias, no entanto, o benefício traz não apenas uma motivação a mais para que seus filhos continuem os estudos, mas uma forma de amenizar as dificuldades sentidas cotidianamente.

Nesse sentido, o aumento da renda familiar vinculado à maior promoção da educação parece conferir a eficácia do Programa. De certa forma, com a criação do Cartão Cidadão, os demais benefícios, como Vale Gás, Bolsa Escola, Vale alimentação foram incorporados, mas ainda assim, como há exigências e condicionalidades para receber o Benefício, como salienta Tacyana Arce:

O programa bolsa escola e renda mínima vinculada á educação vem se formando como uma das principais experiências inovadoras surgidas nos últimos anos, no cenário das políticas sociais no Brasil, tendo origens nas experiências pioneiras dos governos de Campinas e do Distrito Federal (ambos iniciadas em 1995)²³²

De acordo com a autora, o ponto central desses programas está na concessão de uma renda complementar a famílias muito pobres, condicionada à matrícula e frequência de seus filhos e dependentes. Essas iniciativas se mostram como inovadoras, primeiro porque se referem à concessão do benefício em dinheiro e traz recursos de forma mais adequada que os programas assistenciais do tipo tradicional e, depois, porque propiciam um incentivo á escolarização de crianças de famílias de baixa renda.

Se entendermos que o objetivo do Programa Bolsa Escola era promover a educação das crianças e famílias de baixa renda, assegurando sua permanência na escola, por meio de incentivo financeiro e contribuindo para melhoria das condições de vida no país, e é preciso que pensemos nesse sentido, que tal política pode e tem a capacidade de desenvolver

²³² ARCE, Tacyana. **Bolsa-Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: SEE/MG.(Lições de Minas. Vol. 12), 2001, p.95 .

uma cultura escolar positiva entre as camadas sociais menos favorecidas, uma vez que ir à escola e participar de suas atividades tem sido um hábito cotidiano entre os beneficiários. Isso pode ser comprovado, por exemplo, nos índices de frequência dos alunos na Escola Estadual Sagrada Família, no qual trabalham, alcançando altos índices de frequência e diminuição da evasão escolar.

Essas condicionalidades impostas pelo Programa, como matrícula e frequência escolar mínima de 85% no ano letivo por crianças e adolescente com idade de 6 a 15 anos é um importante fator no desempenho dos alunos. Mesmo que o desempenho não seja uma condicionalidade e ainda estejam abaixo dos índices de frequência, tem proporcionado às famílias, melhorias, seja no vestuário, na alimentação, proporcionando e oferecendo perspectivas de futuro cada vez melhores, se levar em consideração a importância que a educação pode proporcionar à eles.

Além disso, a longo prazo, é possível uma melhoria das condições de vida de toda a família via educação, uma vez que se abrem oportunidades aqueles com maior escolaridade, tanto no mercado de trabalho como no ingresso na universidade. De acordo com Jacques Delors:

A educação pode ser um fator de coesão, se procurar ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando tornar-se um fator de exclusão social. Qualquer política de educação deve estar à altura de enfrentar um desafio essencial, que consiste em fazer desta reivindicação legítima um fator de coesão social. É importante, sobretudo, fazer com que cada um se possa situar no seio da comunidade a que pertence primariamente, a maior parte das vezes, em nível local, fornecendo-lhes os meios de se abrir às outras comunidades. Neste sentido, importa promover uma educação intercultural, que seja verdadeiramente um fator de coesão e de paz. Depois, é necessário que os próprios sistemas educativos não conduzam, por si mesmos, à situações de exclusão.²³³

Nessa discussão, alguns exemplos da importância e do significado presentes nesse cotidiano e na perspectiva de futuro, via educação, na cidade de São Francisco. Além da diminuição da evasão escolar e da diminuição do número de crianças que trabalham como vendedores ambulantes pelas ruas, o número de estudantes que têm alcançado um grau de escolaridade cada vez maior também é perceptível nas famílias do município.

No ano de 2012, iniciou-se, na Escola Estadual Sagrada Família o Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID), cujos objetivos são proporcionar aos acadêmicos do curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros, experiências na

²³³ DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília- DF: MEC, UNESCO, 2004, p. 54.

formação enquanto docentes e na elaboração de material didático para discussão sobre a importância da cultura afro-brasileira em sala de aula. Todos os participantes, 8(oito), são bolsistas da CAPES(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O desenvolvimento do projeto proporcionou gratas surpresas, pois alguns participantes são acadêmicos cujas trajetórias são exemplos de como os programas sociais, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, foram essenciais para dar condições para cursar o Ensino Superior. Estes são os casos dos acadêmicos Leandro Rodrigues Pereira e Laiane de Souza Vieira, que receberam o auxílio e participam do projeto.

Resolvemos analisar as entrevistas dos acadêmicos para mostrar como o Bolsa Escola contribuiu para modificar a realidade desses jovens e oferecer-lhes uma perspectiva de futuro diferente:

O Bolsa Escola é um auxílio muito bom. Infelizmente, hoje em dia, é muito criticado. Na minha época, quando a gente recebia, a gente usava para comprar material de escola, pagar trabalho, porque a gente não tinha condição disso então ajudou muito, até o desenvolvimento melhor do trabalho. Como, por exemplo, tirar xerox, comprar cartolina, coisa que antes era mais difícil que hoje, porque, hoje, as coisas estão muito fáceis. Mas, antigamente, não era assim: caderno, roupa, tudo era necessário. Quando eles recebiam o dinheiro, eles passavam pra gente. Já tornou a gente responsável pra saber administrar. Eu tenho 15 reais e esses 15 reais o que tenho que fazer: trabalho de escola, roupa, o que tenho que fazer, economizar pra comprar.²³⁴

Desta forma, podemos notar que um dos aspectos do programa que contribuiu para sua eficácia e relevância na vida das pessoas depende diretamente da ação de cada uma dessas pessoas. Contribuiu para criar uma cultura de estudos não existente em muitas famílias. A situação de carência pode ser vista como o fator responsável pelo elevado número de crianças pedintes, engraxates, vendedores ambulantes. Essa realidade não era, há alguns anos, diferente da cidade de São Francisco. Como foi dito anteriormente, era grande o número de crianças trabalhando pelas ruas da cidade e essa situação se modificou nos últimos anos de maneira significativa.

As famílias de Leandro e Laiane foram exemplos de como a administração do dinheiro do benefício pelas famílias pode ajudar nessa mudança. Nos encontros realizados na escola pelo PIBID, eles se dispuseram a colaborar com seus depoimentos:

É, o Bolsa Família, o modo como minha mãe utilizou, foi correto, tanto que o resultado tá aqui, porque, hoje, sou estudante de graduação. E a contribuição se dá porque é uma ajuda financeira direta. Então, minha mãe ia com o cartão receber

²³⁴ Laiane de Souza Vieira, estudante. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

um determinado valor e entendia que aquilo era pra minha educação. Eu, minha irmã, que recebíamos. Então, ela comprava o material, não tinha condições, porque era só meu pai que trabalhava e, como era emprego rural, era só um salário mínimo. E o gasto com passagem... Então, o valor do Bolsa Família era totalmente pra escola. Então, os livros, xerox, que precisava, comprava, material escolar geral. Então, eu tinha como comprar o uniforme, a matrícula. Então, ele era o valor, era aquilo que me ligava aos estudos, foi que me deu a possibilidade de estudar. Era o meio que minha mãe tinha de me sustentar na escola, porque a escola exige, porque apesar de estudar numa escola pública, ela exige gastos, muitos materiais, então, através do Bolsa Família, minha mãe pôde sanar esses gastos através dele. Eu não me lembro o valor do benefício, mas foi em 2000 e alguma coisa, não me lembro bem esse negócio de data, mas éramos três irmãos na escola. Eu e minha irmã Adriana recebemos, e ela era a mesma coisa, porque precisava de um material e o Bolsa Família ajudava.²³⁵

O Bolsa Família procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos. No curto prazo, o programa pretende oferece alívio aos problemas imediatos e urgentes da pobreza, como a fome e a desintegração do ambiente familiar, além de auxiliar com as necessidades e exigências das escolas, como citado acima por Leandro.

A longo prazo, o programa tem como objetivo o combate à pobreza, propiciando aos beneficiários um status educacional, por vezes não alcançado por outros membros de sua família e da saúde. Tudo isso por meio de condicionalidades, como frequência mínima na escola, o que promove assim, melhores oportunidades de qualificação e conseqüente inserção futura no mercado de trabalho. O depoimento de Leandro pode ser visto como a representação dos desejos e anseios, de forma concreta, da propulsão dada por meio dos Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família:

Olha, varia muito de caso para caso e não adianta generalizar. Na verdade, como cada família vai decidir como aquela criança que está sendo beneficiada. Na verdade, o objetivo do Bolsa Família, que é dar a oportunidade de você estudar, então, da maneira que os pais utilizam esse dinheiro. Isso reflete no futuro da criança, que ele vai entrar na faculdade, com aquela base mesmo, com aquele valor, com aquele dinheiro ou não, se ela vai usar pra outra coisa. Com as pessoas que eu tive contato e quem também recebia, eu posso te afirmar, que, no tempo que eu era estudante, parte dos estudantes, o dinheiro era usado pra outras coisas. O pai aplicava em comida para casa e o restante, se sobrava, era usado pra xerox, pra fazer mapas, mas, na verdade, foi usado de forma errada, e eu tenho amigos que não conseguiram o sucesso. Não conseguiram entrar na faculdade. Estão trabalhando em comércio, outros foram morar na roça com os pais mesmo. Às vezes, vieram da roça e voltaram pro meio rural, por essa questão, que não teve aquela bagagem, essa vontade, desejo de entrar na faculdade, de continuar os estudos. Mas, aqueles que os pais aplicaram de forma correta, estão hoje em faculdades. Então, aqueles que os pais deram uma base de estudar, compraram livros, comprou material mesmo de estudos, hoje, tenho colegas aqui mesmo na Unimontes, que receberam o Bolsa Família e estão hoje aqui, estudando. Tiveram essa oportunidade e têm essa vontade de ir longe, de terminar a faculdade, de cursar um mestrado, porque essa vontade não pára aqui. Na verdade, o diferencial

²³⁵ Leandro Rodrigues Pereira, 21 anos, estudante. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

é isso, que a importância do Bolsa Família na vida da família, tem que ser gasto , realmente, com a educação. Do contrário, ele é apenas um valor, um dinheiro a mais e nada mais. Mas na educação não ajudava. Era o Bolsa Família mesmo, e não tinha outro benefício.²³⁶

Cursar o Ensino Superior, necessariamente, não é determinante para algumas pessoas, mas contribuir para dar condições de melhorar de vida, não necessitar trabalhar para se preparar melhor para o mercado de trabalho são fatores positivos. Avaliam-se também ações de suprir as carências imediatas das famílias beneficiadas.

Em alguns pontos, discordo da visão de Leandro em relação à aplicação do dinheiro. É fato que o direcionamento do valor deveria ser, necessariamente, para a educação dos filhos, para prover um futuro melhor. No entanto, diante da realidade que apresentaram nas entrevistas, o alcance desse dinheiro é muito maior em diversas famílias. Em algumas, vimos que é a única fonte de sustento de famílias por diversos meses do ano. Quando os pais ou avós não estão trabalhando, não conseguem sequer um “bico” para ganhar um dinheiro extra, não há outra saída senão aplicar o dinheiro em outras coisas, e estou certo de que, parte desse dinheiro em muitas famílias, estão sendo aplicados para “regalias” e “luxo” das crianças e adolescentes que recebem o benefício.

Isso pode ser percebido a partir do comportamento e das falas dos meus alunos na E.E. Sagrada Família, mas, o fato de muitos de que seus colegas, “não conseguiram entrar na faculdade, estão trabalhando em comércio” pode ser fruto da aplicação do dinheiro do Programa também. As escolhas podem ser determinadas pela realidade social que as pessoas vivem. Se o interesse não estava em cursar o Ensino Superior, o sucesso do Programa pode ser encarado no simples fato de concluir o Ensino Médio. Sem auxílio do Bolsa Escola, esses mesmos colegas não tivessem a oportunidade de estar trabalhando no comércio e entrariam apenas nos números oficiais de desempregados.

Outra questão levantada são as trajetórias desses alunos. O fato de que “vieram da roça e voltaram pro meio rural” não pode ser um elemento desagregador, incompetência ou falta de interesse. Os interesses são diversos e o alcance dos programas de transferência de renda também. Algumas visões devem ser repensadas no que concerne às expectativas que as pessoas têm.

No decorrer do trabalho, apresentei os significados que o trabalho, as conquistas, por mais simples que possam parecer para a maioria das pessoas, podem ser amplos e de suma importância para os trabalhadores.

²³⁶ Leandro Rodrigues Pereira, 21 anos, estudante. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

A família de Laiane e a oportunidade que ela tem de cursar o ensino superior, são resultados dos investimentos do Bolsa Escola. Mexer com a auto-estima se mostra como justificável para continuidade dos estudos. A criança e o adolescente tornam responsáveis por atingir e possibilitar uma visão diferenciada. Projetos de vida são construídos graças aos investimentos realizados pelo Programa Bolsa Família, mas, a motivação, os interesses e as perspectivas de futuro ganham força diante dessa realidade. Laiane, Leandro representam, entre tantos outros acadêmicos, estudantes, a força de vontade, que, mesmo em condições alheias e opostas daquelas que necessitavam, percebem-se enquanto sujeitos da própria história. Justificam, de certa forma, o alcance e os objetivos do Programa, mas, em contrapartida, Laiane demonstra uma certa angústia como esses objetivos tenham alcançado:

Eu acho o seguinte: as pessoas que precisavam vender chupa-chupa, engraxate, o tempo que eles saíam pra fazer o dinheiro pra casa, porque, agora não. O tempo que gastava, eles ficam em casa estudando, porque o dinheiro que elas necessitavam, o dinheiro está disponibilizando, manda. Então, é mais tempo que as pessoas têm pra dedicar aos estudos. E isso é: tem pessoas de vários tipos. Alguns que se interessam, sim, em correr atrás, e, infelizmente, tem gente que não corre atrás e fica parado ou se conforma com a situação. Mas, a gente não pode generalizar isso, porque ajuda demais esse dinheiro. Ajuda o mínimo, 15 reais, na época, ajudava bastante, bastante mesmo. Hoje, tá melhor, com 65 reais, se eu não me engano. Mas, tem gente que ainda recebe mais: por filho, se não me engano, é 30 reais. Lá em casa, como era só eu que recebia, porque, completou 15 anos, você não recebe. Só que tem aquela questão, porque igual hoje, por mais que a gente enfrentava fila, hoje, as pessoas não enfrentam mais fila. Antigamente, a gente pegava fila de manhã e saía à noite. De manhã só pegava sol, de tarde sol e à noite, às vezes, você pegava chuva. Pegava aquela rua do cinema e era enorme, dobrava a esquina. Hoje, as pessoas reclamam muito e acho que a maioria dessas pessoas que reclama do Bolsa Família, da ajuda do governo, são as pessoas que não receberam, porque se tivesse recebido e tivesse precisão desse dinheiro, não falava mal, não. Vivem outra realidade e dão opinião que não condiz com a realidade. Eu não gosto com o tipo de levantamento que as pessoas fazem porque é uma visão errônea. Totalmente errônea, porque não era o que as pessoas achavam. Então, ajuda muito.²³⁷

O acesso ao Bolsa Família, presente na fala de Laiane, contribuiu para romper esse ciclo, se não de pobreza, mas pelo acesso à outro padrão de instrução, escolaridade, partindo do princípio de que quem tem mais anos de estudos ganha as melhores rendas e têm acesso a melhor saúde. Percebe-se que a baixa escolaridade é o principal empecilho para diminuir a disparidade entre ricos e pobres e, portanto, deve ocorrer um rompimento neste ciclo via Educação.

Uma das famílias beneficiadas que tive a oportunidade de entrevistar foi de Israelita. Pescadora, mãe de 4 filhos matriculados na E.E.Sagrada Família. O marido também

²³⁷ Laiane de Souza Vieira, estudante. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

é pescador e exerce outras atividades, como pedreiro ou em trabalhos em firmas, de forma sazonal. Possui ainda um bar, fruto dos investimentos feitos com o Seguro Defeso. Cheguei até ela através do número de alunos matriculados na Escola cujas informações foram essenciais para compreender essa realidade entre as famílias de pescadores:

Eu, assim, eu recebo o total de 198 reais e os quatro filhos, eu acho que recebe. Todos são cadastrados. E isso me ajuda muito: pagar uma feira, uma água, uma luz, num dá não, dá um reforço melhor. Porque, sem isso, também ficava difícil. Assim, porque, pra manter os menino na escola, num precisa tirar eles pra trabalhar nem nada. Eu, graças a Deus, eu num deixava eles trabalhar. E depois que comecei a receber é que não falta mesmo. Mesmo sem receber, eu num deixava eles deixar de ir, porque esse é o futuro deles, então eu num deixava, de jeito nenhum, faltar aula, eu nunca deixei.

São essas situações que vêm sendo perceptíveis no rendimento escolar e na diminuição da evasão escolar. As famílias que do auxílio necessitam se esforçam para que seus filhos continuem a freqüentar a escola. Israelita valoriza a educação, mesmo passando necessidade, como ela diz, os meninos não faltam aula:

Espero que eles tenham um futuro melhor que o meu, porque eu num quero que eles mexa com rio, eu quero que eles tenha uma profissão. Graças a Deus, a situação nossa melhorou, que, apesar de que a gente passa um pouquinho de dificuldade, mas, graças a Deus, melhorou. Eu recebi o Seguro agora mesmo. Tem 3 anos só que recebo. Melhorou, porque, com ele, nós conseguimos fazer esse investimento aqui e tamo levando a vida. Se não fosse esse dinheirinho extra aí, num teria dado esse investimento. O Bolsa Família ajuda muito, quando a gente num vai no rio, porque, quando a gente num pega, temos a certeza que no final do mês tem aquele dinheiro.²³⁸

Essa situação exposta por Israelita é um claro exemplo de famílias que sobrevivem apenas com os benefícios sociais do Governo Federal.

Isso perpassa também pela ação das prefeituras e de suas respectivas secretarias, responsáveis, tanto no controle sobre esse processo de cadastramento, quanto, principalmente, no oferecimento de ações sócio-educativas realmente viáveis, uma vez que essas ações envolvem desde práticas educativas, culturais, esportivas, artesanais e até técnicas de trabalho.

Na Escola Estadual Sagrada Família, de acordo com os dados levantados na secretaria da escola, no ano de 2012, revela-se um quadro que expõe de forma clara a contribuição dos programas sociais. De acordo com a secretaria da escola, atualmente são 1176 alunos matriculados na instituição e 782 recebem o Bolsa Família, aproximadamente 70% são beneficiários.

²³⁸ Israelita Ferreira Cardoso, 30 anos, pescadora. Entrevista realizada no dia 02/04/2012 em sua residência.

Não procuro aqui tornar alvo de discussão os valores pagos aos beneficiários, pois são dados passíveis de polêmicas diversas. Em determinadas situações e realidades de cada uma das famílias que recebem o auxílio, os valores, mesmo pequenos, tornam de suma importância para o sustento de suas famílias. Se para Israelita, o dinheiro é essencial para suprir as necessidades da casa, para Laiane, o investimento era feito essencialmente na educação, direcionado para os trabalhos escolares:

O dinheiro é pouco, mas chega em boa hora e independente do valor. Você precisa de um dinheiro pra comprar um xerox. Já pensou se você não ter condições de fazer um trabalho em grupo e não ter dinheiro de pagar um xerox e fica pensando? A maioria dos pais não passam o dinheiro pros filhos, e, em casa, minha mãe passava o dinheiro pra gente e a gente tinha mais responsabilidade e tinha que saber administrar. Eu podia comprar doce? Não podia, porque ia tirar de onde? Do Bolsa Escola? Não podia, porque, depois, poderia faltar, então tinha que saber administrar.²³⁹

Percebe-se que o programa deve ser visto mais do que como um auxílio financeiro imediatista. Seu alcance perpassa pela dimensão financeira e também pelas esferas da socialização, da formação humana, educação, cidadania entre outras. Assim, o benefício traz não apenas uma motivação a mais para que seus filhos continuem os estudos, mas uma forma de minimizar as dificuldades sentidas cotidianamente, ou de acordo com Valente:

O objetivo dessas atividades é ampliar os horizontes dos alunos, das famílias e das comunidades mais carentes, para que seja possível estruturar e construir um projeto de vida ainda na infância e adolescência.²⁴⁰

Em relação ao alcance dos benefícios sociais no município de São Francisco, no levantamento de dados realizados na Secretaria Municipal de Assistência Social consta um quadro em que 7221 famílias são cadastradas e recebem o auxílio. De acordo com os dados, as famílias são compostas, em média, por 4 membros, o número de pessoas beneficiadas, entre homens, mulheres e crianças é equivalente ao total de habitantes da zona urbana do município de São Francisco.

Outro aspecto do impacto do Programa, sobre o qual ainda não há estudo ou pesquisas aprofundadas, são as mudanças provocadas no comércio varejista local. Os municípios mais pobres acabam recebendo mais recursos do Bolsa Família do que o próprio

²³⁹ Laiane de Souza Vieira, estudante. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

²⁴⁰ VALENTE, Ana Lúcia. **Espaço aberto: o Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional.** Revista Brasileira de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, nº24, PP. 165-182, Set/Out/Nov/ Dez, 2003, p. 170 .

repassa tributário. Temos visto pesquisas de associações de varejistas que mostram aumento do consumo e em função disso, crescimento da economia local.²⁴¹

Além dos reflexos do Programa Bolsa Família, ele ainda pode proporcionar, de forma direta, uma melhoria na alimentação da família, além de minimizar o quadro de evasão escolar. Em algumas famílias, percebe-se que o benefício é muito usufruído e, em alguns casos, chega até ser o único rendimento mensal, ajudando principalmente na alimentação e no estímulo para as crianças continuarem seus estudos.

Vemos, assim, que o benefício tem sua razão de existir, uma vez que se reflete também na alimentação e, indiretamente, na saúde dos beneficiados. Percebi também que, escola, renda, alimentação, perspectiva de um futuro melhor, dentre outros fatores, além de estarem interligados, também parecem ser pressupostos um do outro. Talvez seja este o caminho, via educação, capaz de criar e tirar-lhes dessa realidade.

No embate entre essa realidade, as lutas cotidianas e o Programa Bolsa Família, a escola mostra-se, sim, como elemento que proporciona a toda a comunidade o esforço rumo não apenas contribuir para o rendimento dos alunos e sua permanência na escola, mas, também, age como elemento de integração social e de cidadania a curto, médio e longo prazo.

Dessa forma, o Programa foi implantado para promover a transformação social e buscar a equidade como critério para a distribuição de oportunidades educacionais, gerando para os filhos uma perspectiva melhor do que aquela que tiveram seus pais. Por meio das falas desses estudantes, de pais e alunos, podemos perceber que ele tem alcançado boa parte dos seus objetivos, apesar dos problemas estruturais ainda existirem.

Além disso, desde sua concepção até os dias atuais, o Programa Bolsa Família parece ter gerado na população uma cultura que visa à escola como fundamento de uma sociedade com que sonhamos. Com a nítida noção de que ela é um elemento de transformação e de ascensão social, vemos que há problemas que antigamente eram mais graves, como o baixo índice de frequência e a alta evasão escolar e hoje são minimizados por meio de estratégias como essa, de uma política de transferência de renda.

É diante desta realidade, de lutas cotidianas para garantir um futuro melhor, procuro enfatizar a importância dos Programas de Transferência de Renda no Brasil.

²⁴¹ BRASILINO, Luís. **As perspectivas do Bolsa Família**. 2006, p. 08. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br>. Acesso em 31/03/2012.

Existem famílias inteiras em que necessitam do benefício, é verdade, mas contemplamos, dentro do possível, mudanças reais para aqueles que usufruíram do programa. Outros frutos, resultados, positivos ou negativos, poderão ser analisados futuramente.

As análises sobre os impactos na vida de diversas famílias expressam claramente as mudanças significativas ocorridas em suas vidas e a perspectiva, de como a educação pode melhorar sua realidade e o mundo em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as narrativas desses trabalhadores, as suas trajetórias de vida, compreendo ser possível a interpretação e a reconstituição de momentos e aspectos que esses sujeitos elegeram como significativos e importantes para expressarem o que vivenciaram. Portanto, não posso considerar que abarqueei a completa trajetória de vida dos mesmos. As experiências narradas por estes sujeitos quando indagados sobre o viver na cidade e no campo, representam a busca por direitos, como saúde, educação, direitos trabalhistas.

Mas, reconhecer e afirmar que as pessoas possuem o direito de não serem excluídas e de não retirarem às condições que lhes conferem a vida não é suficiente. Pois isto, pode ser mais uma das declarações institucionais, burocráticas, demagógicas e públicas que na prática não se concretizam, e que, muitas vezes, servem para interesses de políticos que se utilizam do reconhecimento deste direito para se elegerem a cargos com salários que proporcionam a eles as condições para uma vida tranqüila, e isto, de certa maneira, incomoda a muitos e não apenas a mim, de forma clara, é necessário pontuar essas questões aqui, mas não fazem parte dos nossos objetivos para a pesquisa.

Portanto, para além de validar esse direito, é necessário depreendermos o seu significado e quais as estratégias e lutas as pessoas empreendem no cotidiano para alcançá-los, como o reconhecimento e a valorização do trabalho, “identificação” enquanto trabalhadores ribeirinhos, como pescadores, tombadores, areieiros ou mesmo a busca pelo acesso ao Programa Bolsa Família.

O retorno e o novo olhar para a pesquisa foi possível a partir das experiências e da vivência desses trabalhadores tantas vezes repetido, ribeirinhos. Os sentimentos aflorados no decorrer da pesquisa, hoje, imbuídos de confiança e satisfação ao analisar as mudanças e permanências no modo de viver, os costumes e como as pessoas lidam com o cotidiano.

Acredito que a valorização e o reconhecimento do trabalho estava, sobretudo, no comportamento apresentado pelos trabalhadores que vivem nestas circunstâncias. As atitudes expostas através das narrativas, nas formas de trabalho realizados por eles, nos modos de viver, e as alternativas encontradas para se manter a si e à família significam o poder de ação e transformação desses sujeitos frente às dificuldades cotidianas.

O antigo preconceito atribuído ao Norte de Minas como região problema, inviável ao desenvolvimento, não resolveu as questões que envolvem as vivências diárias de seus moradores, tais como saúde, moradia, trabalho e educação.

A cultura destes trabalhadores propiciou tais intervenções e invenções de estratégias de sobrevivência. Minha compreensão sobre estes modos de vida possivelmente destoaria de idealizações postas como alternativas, ou autonomias. Também, não os vejo como alegorias.

Quando comecei a refletir sobre os trabalhadores ribeirinhos, procurei percebê-los não somente nos espaços de trabalho, mas como todo um modo de viver, que se misturam nesse dia a dia. Ao longo de toda a pesquisa, foi necessário pontuar, analisar, pensar e (re)pensar práticas, estratégias, formas de trabalho que vêm se transformando ao longo de todo o processo histórico.

Estes modos de vida existem como estratégias de permanência na cidade. A vida rural, que antes apontamos como origem de saberes que comporia o trabalho. Porém, a memória e as experiências que estas propiciaram apresentam-se nos cotidianos dos trabalhadores e reveladas em múltiplas instâncias

De posse destas constatações torna-se evidente a busca de alternativas que sirvam para encarar esta realidade. Confesso que, ao iniciar o estudo sobre os modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos pensei em encontrar uma relativa facilidade para encontrar esses trabalhadores e, por conseguinte, tentar analisar suas experiências a partir de seus relatos, suas memórias. Era necessário inserir esses sujeitos dentro do processo de transformação social ocorridos no município nos últimos anos.

Compreender os modos de vida dos trabalhadores ribeirinhos, pescadores, areieiros, tombadores, foi, acima de tudo, conhecer sujeitos que vivenciam constantemente as dificuldades que aos poucos vem se modificando, sendo necessário que organizem e (re) organizem suas vidas a partir desta nova realidade.

As noções de experiência vividas e cultura como um modo de vida, de Thompson e Williams foram fundamentais no processo de amadurecimento deste trabalho. Não apenas para questionar a imagem desses trabalhadores como preguiçosos, que levam a vida “na boa”, sem qualquer tipo de preocupação com o futuro.

Mostraram, a partir de seus depoimentos, que seu trabalho estava assentado nos laços familiares, nos laços de solidariedade que se estabeleciam ao longo das margens do Velho Chico, e suas vidas imersas em contradições e possibilidades.

Ao tentar desvendar, nesta dissertação, os modos de vida e as relações de trabalho dos ribeirinhos, dentre eles os pescadores, os vazanteiros e os areieiros, para além desses estereótipos estabelecidos no vocábulo popular, procurei também, problematizar sobre as mudanças que se processaram em seus modos de vida. E essa é a direção encontrada para

analisar as estratégias utilizadas por esses trabalhadores, não como simples passividade, mas conscientes de sua força e poder de transformação de suas realidades. Lidar com os depoimentos dessas pessoas, a respeito de suas experiências, foi sem dúvida o grande desafio desta pesquisa.

Observo que as políticas sociais e trabalhistas surgem para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que exista uma distância entre pobres e ricos cada vez maior.

O papel do Estado é constituir fundos com o objetivo de assegurar o bem estar social e cumprir o direito estabelecido constitucionalmente que é a garantia de saúde, educação, trabalho e alimentação para todo indivíduo. O Estado vem como provedor destas necessidades, criando políticas sociais que garantam a sobrevivência para os que vivem em situação de extrema pobreza.

Criou-se, portanto, os programas de transferência de renda que são considerados como eixo do atual sistema brasileiro de proteção social. A finalidade desses programas, no curto prazo, é aliviar os problemas decorrentes da realidade social e, no longo prazo, investir no capital humano, propiciando perspectivas de futuro cada vez melhores.

Algumas questões devem ser postas, principalmente, se o programa Bolsa Família tem de fato reduzido o nível de pobreza das famílias brasileiras beneficiadas e quais os impactos futuros do programa.

A partir da reflexão das narrativas, percebi que esses trabalhadores não se faziam presentes nos jornais mas, estavam presentes nos espaços da cidade, no seu dia a dia e constituem enquanto sujeitos que possuem poder de ação e transformação, ainda que por muitas vezes, de forma lenta, sutil, mas, repleta de significados.

Os caminhos percorridos no decorrer da pesquisa não foram fáceis. À medida que vivenciam os diferentes estágios há uma modificação nas expectativas e nos ganhos. Na trajetória da pesquisa foi possível desmitificar a idéia de que os trabalhadores não procuram seus direitos, fato que procurei demonstrar no decorrer da pesquisa, o poder de ação e organização desses trabalhadores.

A presença destes trabalhadores não pode ser resumida apenas no “subir e descer” as ruas da cidade, mas, passei a perceber, a partir das experiências, os modos de vida, a cultura, não de forma isolada, mas, aliadas às mudanças ocorridas dentro do espaço, das relações sociais e de trabalho, nas formas de organização e enquanto sujeitos da história.

FONTES

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. Condições de vida nos municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2010. Disponível em [www.fjp.gov.br.](http://www.fjp.gov.br/) / Tabela síntese de RPC-Municípios/2010. Acesso em 13/01/2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970 – 1980 – 1991. Belo Horizonte, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IPEA. Condições de vida nos municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em www.fjp.gov.br/ Tabela síntese de RPC-Municípios/2010. Acesso em 13/01/2012.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 06/11/2011

IBGE.Censo Demográfico 2007. Disponível em www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 13/01/2012.

Fonte do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF); Censo Agropecuário 1985, dados tabulados no documento do FDR (1993, p.18).

1ª CNPA – Conferência Nacional da Pesca Artesanal – Pescadores e Pescadoras na Luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal. 28 a 30 de Setembro de 2009 – Brasília DF. *p. 12.*

Ata de fundação da Colônia de pescadores de São Francisco. Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas de São Francisco - Comarca de São Francisco - Estado de Minas Gerais. Livro de Registros de títulos e documentos. N°. B3. Folha 133 e verso, sob n° 459.

Legislação Federal:

BRASIL, o Decreto Lei nº 8.287, de 20 de dezembro 1991. Implementa a extensão da política de Seguro Desemprego aos pescadores artesanais. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>> Acesso em: 19 de novembro de 2011.

BRASIL, Decreto Lei 7.998 de 11 de Janeiro de 1990. Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador utilizado para financiar a política de Seguro-Desemprego. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>> Acesso em: 11 de dezembro de 2011 .

BRASIL. Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003. Altera os critérios de concessão do benefício seguro-desemprego destinado ao pescador artesanal no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

BRASIL, Decreto Lei nº 2.284 de 10 de março de 1986. Cria a política de Seguro-Desemprego no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>> Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

BRASIL. Lei 10.779, de 25 de Novembro de 2003. Altera os critérios de concessão do benefício seguro-desemprego destinado ao pescador artesanal no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov/legbras>> Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

BRASIL. Decreto nº 6040/2007. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília – DF, 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. **Medida provisória nº 132** de 20 de outubro de 2003, 2003. Cria o Bolsa Família, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/01/2012

BRASIL. **Presidência da República. Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/01/2012

BRASIL. **Presidência da República. Decreto 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/01/2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Manual de Gestão de Condicionalidades. 1ª Edição. Brasília – DF. 2006.

ACERVOS

ONG PRESERVAR – Núcleo de pesquisa e preservação do patrimônio histórico e cultural de São Francisco-MG.

IBGE. **Censos Demográficos**. 1970, 1980, 1991. Contagem da população de Minas Gerais. Diagnóstico Municipal de São Francisco, 2001. ONG PRESERVAR. Estante 04. Caixa 26.

Colônia dos Pescadores Z-3 de São Francisco.

Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS

Secretaria da E.E. Sagrada Família

Secretaria Municipal de Cultura

ENTREVISTAS

Adelina Alves Figueiredo, 63 anos, vazanteira. Entrevista concedida em 16/09/10 em sua residência.

Altina Franco Cardoso, pescadora e vazanteira. Entrevista realizada em 14/10/2011, na beira do rio.

Argemiro Francisco da Silva, 72 anos, pescador. Entrevista realizada em 13/10/2011, na Colônia de pescadores.

Dirceu Nunes de Souza, 40 anos, areieiro, tombador e barqueiro .Depoimento concedido em 16/09/10, em seu trabalho, no porto de areia.

Geraci Francisca da Silva Duarte, pescadora, vazanteira. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência, no bairro Sagrada Família .

Israelita Ferreira Cardozo, 30 anos, pescadora. Entrevista realizada no dia 02/04/2012 em sua residência, no bairro Sagrada Família.

Joaquim de Jesus Costa , pescador, 53 anos. Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência, no bairro Bandeirante.

João Augusto, 50 anos, pescador, vazanteiro. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência, no bairro Sagrada Família.

João Barbosa, 50 anos, pescador , vazanteiro. Entrevista concedida em 16/06/2011, na rua Padre Benno, no bairro Sagrada Família.

João de Deus Pereira, areieiro, tombador. Entrevista concedida em 11/05/2011 em seu trabalho, no porto de areia.

José Rodrigues de Queiroz, pescador, artesão. Entrevista realizada em 30/04/2011 em sua residência, no bairro Quebra, próximo à orla ribeirinha.

Juscelino Ferreira Gonçalves, pescador, vazanteiro. Entrevista concedida em 30/04/2011, em sua residência, no bairro Sagrada Família.

Laiane de Souza Vieira, estudante do curso de História, bolsista do PIBID. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

Leandro Rodrigues Pereira, 21 anos, estudante do curso de História, bolsista do PIBID. Entrevista realizada dia 04/04/2012 na E.E. Sagrada Família.

Orenice Gomes dos Santos. Pescadora, vazanteira. Entrevista concedida em 29/04/2011, na sua residência, no bairro Sagrada Família.

Socorro Lima Costa, pescadora, 49 anos, pescadora e dona de casa . Entrevista concedida em 12/09/2010 em sua residência, no bairro Bandeirante.

BIBLIOGRAFIA

ARCE, Tacyana. Bolsa- Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: SEE/MG.(Lições de Minas. Vol. 12), 2001.

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. IN: FURTADO, Lourdes. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu paraense Emílio Goeldi, 1993.

ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. (et.all) **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. (et. all) Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, nº. 25 e 26, pp. 9-26, jul.-dez. 2001/ jan.-jul. 2002.

ALMEIDA, Uara Luisa Gonçalves. **A imprensa local: um discurso a serviço do poder**. Monografia. 58 fls. (Graduação em História). Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros – Campus de São Francisco, MG, 2009.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais ambientais**. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, Vol. 23,nº 1, p. 43-59, jan/jun. 2006.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco**. Belo Horizonte, 1983, Mimeo. (Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, FAFICH, UFMG).

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Sobre História: Imprensa e Memória**. In: MACIEL; ALMEIDA;KHOURY(org). Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo: Olho d'água, 2006.

BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **“Povos” de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. 131 fls. (Mestrado em Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BRAZ, Brasiliano. **São Francisco nos caminhos da história**. Belo Horizonte: Lemi, 1977.

BOTELHO NETO, João. **Imagens Sertanejas** . Gráfica Santo Antônio. São Francisco, 2002.

BRASILINO, Luís. **As perspectivas do Bolsa Família**, 2006. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br>.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Trabalho e Movimentos Sociais: memórias e produção historiográfica**. In: CARDOSO; MACHADO. (Orgs.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. pp. 21-24.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Trabalho e Movimentos Sociais: memórias e produção historiográfica**. In: CAMPOS, Nivalda Aparecida. **Poder local e organizações não-governamentais (ONGS) no Nordeste brasileiro: o caso de Lagoa Seca, PB (1994-2006)**. São Carlos: UFSCar, 2010. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Apresentação. CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Orgs.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo; Olho D'água, 2006.

CUNHA, José M. P. (et all). **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br, 2004.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília- DF: MEC, UNESCO, 2004, p. 54.

DIEGUES.A.C; **Tradição e Mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio- antropologia do mar**. Programa de Pesquisa e Conservação de áreas Úmidas no Brasil, São Paulo, 1989.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 16ª Ed. São Paulo, Editora Globo, 2004, p.153

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Introdução**. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Editora Olho d 'Água, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro et all (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo. Editora Olho d'Água, 2000.

_____. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: **Projeto História**. nº. 10. 1993-73-90. PUC-SP, 1993.

_____. **Apresentação**. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: **História e Perspectivas**. Uberlândia. nº. 6. 5-23. Jan-jun, 1992.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína Ferreira. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

FURTADO, Celso. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, E. J. Os trabalhadores pobres. In.: HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 4ªed., Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982., p. 140

JANOTTI, Maria de Lourdes Moco e RSA, Zita de Paula. **“História oral: uma utopia?”**. In: revista de História. São Paulo : ANPUH, vol.13, nº 25/26, pp. 7-16, p. 13.

JESUS, Alysso Luiz Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 35, jul.-dez. 2006.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes e outros(org) **Outras histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

_____. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara, Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Olho d'Água, 2004, p.128.

_____. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: PORTELLI, Alessandro et .all. **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e**

perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2009. pp. 213-240.

_____. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes e outros(org.). **Outras Histórias: Memórias e linguagens.** São Paulo : Olhos d'água, 2006.

LESSA, Simone Narciso. **Trem-de-Ferro: Do Cosmopolitismo ao Sertão.** Campinas. IFCH, Departamento de História, 1993. (Dissertação de Mestrado) .

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun(Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens.** São Paulo, Editora Olho d 'Água, 2006.

MAIA, Claudia de Jesus. **“Lugar e trecho”:** migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MARTINS,Saul. **Cultos populares.** IN: Folclore em MG.- 2ª ed. Revisada e ampliada - BH: UFMG, 1991- 128 p. (Coleção aprender.)

MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “História oral, caminhos e descaminhos”. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH, vol.13, nº25/26, 1993, pp.55-65

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **O Sertão: Um “Outro” Geográfico.** s/p. In: TERRA BRASILENSIS – Revista de História de Pensamento Geográfico no Brasil Anos III – IV, N. 4-5 – Território, 2002- 2003 Rio de Janeiro, RJ, p.19).

NEVES. Zaroni E. R. **Os remeiros do rio São Francisco.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2004, Coleção Que história é esta? 2004.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do Rio São Francisco:** um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte:UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da Sudene. In: ____ et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELES, Vera da Silva. **Pensando a classe operária:** os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: Revista Brasileira de História, n. 6. São Paulo: Marco Zero, 1986. pp. 129-149.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: Funções do tempo na história oral. In: FENELON et. all(orgs). **Muitas memórias, outras Histórias.** São Paulo: Olho d'água, 2004.

PORTELLI, Alessandro (et.all) (Orgs.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos:** temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2009.

_____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996. p. 59-72.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. Forma e significado da representação histórica: a batalha de Evarts e a batalha de Crummies (Kentucky: 1931-1941). In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (39): 11-36. Jul, dez, 2008.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História**. Nº. 14. São Paulo: revista dos estudos pós-graduados em História. PUC-SP, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 14, 1997. p. 25-39.

_____. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et all (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 67-71.

PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte - mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de (Orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie . **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III, V. 1. São Paulo: Difel, 1975.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, 2000. p.47-106.

RODRIGUES, Luciene. “Contribuição da Agricultura Irrigada ao Desenvolvimento Regional: o caso do Projeto Jaíba”. IN: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

RODRIGUES, Maria de Fátima. Diálogo com a escrita sobre o sertão. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas; GALEANO, Alex (org.). **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.291-318.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral; BATIGNIANI, Rosangeli de F. Um olhar sobre a cidade de Januária. **Caminhos da História**, Montes Claros, v.5. n.5,73-89, 2000.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antonio Dó: um bandido social pelas margens do São Francisco – 1910/1929**. (Dissertação de mestrado) 142 f. UFU Instituto de História, 2004.

ROSA, João. Minas Gerais. In: **Ave, Palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 245-250.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SADER, Emir. **O anjo torto**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de. (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010.

SILVA, Valmiro Ferreira. **Uma enchente, uma história, um povo: a formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG**. 2008. 86 f. Monografia (Graduação em História)-Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008.

SPOSATI, Aldaiza. A. **Assistência na trajetória das políticas sócias brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 1992.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THONSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: 8ª edição: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa: vol. I. A árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: vol. II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: vol. III. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTE, Ana Lucia. **Espaço aberto**: o Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional. Revista Brasileira de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, nº24, PP. 165-182, Set/Out/Nov/ Dez, 2003.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita(Orgs). **Desigualdade e a questão social**. 2ª ed. São Paulo:EDUC, 2007.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006.

Wildhagen, Cid (org). **Rede Comunidade Viva**. Belo Horizonte: MDA-SEDVAN-IDENE, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1977.